

Aula 00

*SEFAZ-MG (Auditor Fiscal - área
Auditoria e Fiscalização) Contabilidade
Avançada (Prof Julio e Luciano)*

Autor:

Júlio Cardozo, Luciano Rosa

08 de Fevereiro de 2023

Índice

1) Apresentação do Curso - Contabilidade Geral	3
2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	8
3) Questões Comentadas - CPC 25 - FGV	40
4) Questões Comentadas - CPC 25 - FCC	67
5) Questões Comentadas - CPC 25 - Cebraspe	88
6) Questões Comentadas - CPC 25 - Multibancas	109
7) Questões Comentadas - CPC 25 - Cesgranrio	161
8) Questões Comentadas - CPC 25 - Vunesp	176
9) Lista de Questões - CPC 25 - FGV	210
10) Lista de Questões - CPC 25 - FCC	220
11) Lista de Questões - CPC 25 - Cebraspe	230
12) Lista de Questões - CPC 25 - Multibancas	238
13) Lista de Questões - CPC 25 - Cesgranrio	254
14) Lista de Questões - CPC 25 - Vunesp	261



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, meus amigos. Como estão? Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o melhor curso preparatório para concursos do Brasil!

Temos a felicidade de apresentar a vocês o nosso curso de **Contabilidade** com **TEORIA E QUESTÕES COMENTADAS**.

METODOLOGIA

Conteúdo

Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com a seguinte estrutura didática: **Livros Digitais em PDF (Teoria e Questões) + Vídeos Completos (Teoria + Questões) + Fórum de Dúvidas**.

É muito importante que, em um primeiro momento, você leia o material escrito e, como forma de reforçar algum conteúdo, assista aos vídeos. É uma regra absoluta, professores? NÃO! Mas é a nossa sugestão para vocês, tudo bem?

A Contabilidade é uma ciência desafiadora, é verdade, e exigirá dedicação e comprometimento, mas temos certeza que isso não será problema para vocês.

Gostaríamos de ressaltar que nosso curso está 100% **atualizado** de acordo com:

- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações (LSA) e pilar da Contabilidade.
- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis (CPCs), tema praticamente obrigatório em provas de concursos públicos e exames.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIECAFI).



Questões de Concursos

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.



Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como o tema é cobrado em provas. Temos questões apresentadas ao longo da exposição teórica, como fixação de conteúdo, e no final de cada aula, uma carga extra de exercícios para treinamento.

Resumos e Mapas Mentais

Adicionalmente, na área do aluno, apresentaremos um resumo simples do que foi abordado no conteúdo teórico e, ainda, mapas mentais para ajudar na fixação do conteúdo.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que está auxiliando diversas pessoas a conseguirem aprovação nos mais diversos certames. Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.

APRESENTAÇÃO PESSOAL

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos no site do Estratégia**.

Coautor do livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicados pela **Editora Método**.

Meu nome é **Silvio Sande**, sou graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Visconde de Cairu na Bahia e sou **professor de Contabilidade Geral, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis** aqui no Estratégia Concursos.

Meu nome é **Julio Cardozo**, e sou **professor das disciplinas de Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no Estratégia Concursos.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: [Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos](#)

Instagram: [@contabilidadeconcurso](#), [@prof.silviosande](#) e [@profjuliocardozo](#)



CRONOGRAMA DE AULAS

Os cronogramas estão na área do aluno. Caso seja necessário, alguma alteração pode ser realizada, por isso, é importante acompanhar sempre a área do aluno.

Luciano Rosa/Silvio Sande/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas, falem com a gente.

Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.

Isaac Newton

PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. De maneira geral, entendemos ser mais proveitoso começar pelo PDF, pois, além de mais completos, podemos ter um avanço mais rápido e eficiente no curso. Caso algum assunto fique meio travado no PDF, recorra aos vídeos como apoio. É normal que na nossa jornada de estudos a gente passe por fases, sabiam? Às vezes estamos com mais vontade de estudar os PDFs e outros momentos queremos os vídeos. Isso é perfeitamente normal, acredite! O importante é que seu estudo seja sempre ATIVO e contínuo.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas + Mapas Mentais + Resumos + Slides + Questões da banca.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada). Todavia, costumamos dizer que a Contabilidade Geral hoje contempla a parte inicial até a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 – Professores, preciso terminar a Contabilidade Avançada para estudar Contabilidade de Custos?

Resposta: Não, mas é necessário conhecer pelo menos a parte de Contabilidade Geral que aborda a Demonstração do Resultado do Exercício.



DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA

Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui **algumas dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade**. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

Tenha o costume de SEMPRE ler o seu edital para saber o que será exigido. Isso é um compromisso seu como aluno. Nós, professores, também fazemos isso para prepararmos um curso direcionado e na medida que você precisa para sua prova. Mas você precisa fazer a sua parte.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento de alguns conceitos e convenções. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar Contabilidade exige amadurecimento, paciência e dedicação! “Mais importante do que a velocidade, é a direção”.

Dica 3: Saiba que a Contabilidade é uma ciência com convenções próprias e vocabulário próprios.

Algumas expressões, verbos, convenções são próprios da Contabilidade. Assim, tenha mente aberta para “aceitar” algumas ideias e entenda que, em certas situações, será necessário deixar “pré-conceitos” de lado.

Um exemplo clássico: Débito não significa necessariamente alguma coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido peculiar. Por favor, nos dê esse voto de confiança.

Verbos como realizar, incorrer, transcorrer, apropriar serão apresentados a você nessa jornada e possuem significado especial para a Ciência Contábil.

Dica 4: Um passo de cada vez.

A disciplina é demasiadamente EXTENSA, interligada e o curso está estruturado para ser bem gradual, passo a passo. Os assuntos são interdependentes e, alguns conceitos são apresentados de maneira inicial em uma aula e aprofundados em outras, caso seja necessário para você. Há assuntos que você verá na aula 00 que só serão tratados com profundidade na aula 03, por exemplo.

Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.

Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades. “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas” Sun Tzu.



Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na Contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, reserve tempo na sua rotina para resolução de exercícios!

Dica 7: Não fique muito tempo sem estudar Contabilidade.

Especialmente no começo, é fundamental que não haja grandes intervalos de tempo sem ter contato com a disciplina, pois estamos fazendo a nossa “base contábil”, como se fosse a construção de uma casa mesmo. Se possível, tenha contato diário com a disciplina, mesmo que seja um tempo pequeno.

Dica 8: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook/Telegram para sanar suas dúvidas.

Estamos à disposição de vocês para retirarmos as dúvidas que certamente terão ao longo do estudo. Apenas destacamos que o nosso compromisso é retirarmos as dúvidas referentes AO NOSSO MATERIAL, tudo bem? **Questões de sites de concursos, resoluções provas são atendidas QUANDO POSSÍVEL.**

Dica 9: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

Vamos ao curso?



CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE

Quatro são os itens objeto de estudo nesta norma e que, ao final desta aula, devem estar claros na sua mente:

- 1) Os passivos propriamente ditos;
- 2) As provisões;
- 3) Os passivos contingentes;
- 4) Os ativos contingentes.

Todos são extremamente cobrados em provas.

Definições

O CPC 25 traz algumas definições importantes e devemos conhecê-las:

- Conceito de Provisão

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	OU	Valor
Incerto		

Um exemplo clássico aqui é o seguinte. Imagine que você passe em um concurso para Auditor Fiscal e receba uma ordem de fiscalização em desfavor de determinado contribuinte.

Formada a sua convicção, você lavra um auto de infração de muitos milhões. O sujeito passivo recebe. Consulta, assim, o seu setor jurídico, que decide recorrer.

O setor jurídico, portanto, vai olhar e dizer: ora, é **provável** (mais para sim do que para não) que nós percamos esta lide.

Todavia, não sabemos qual o valor exato, que pode ou não ser aquele do auto, nem quando será efetuado o desembolso, já que essa pendenga pode durar anos a fio.



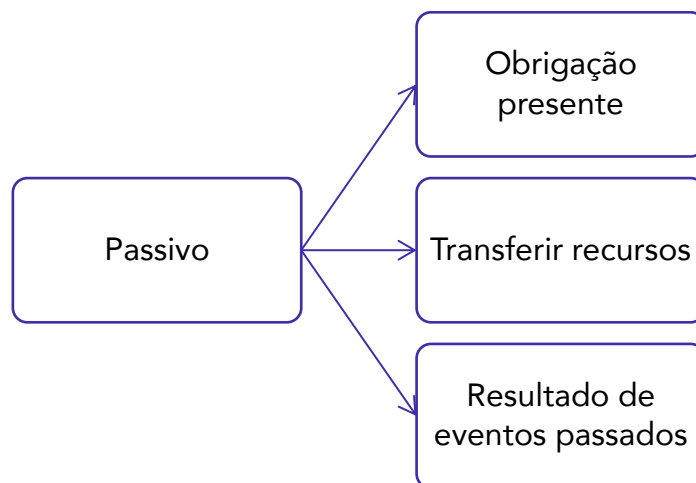
Assim, estamos diante do caso de constituir uma provisão: prazo ou valor incerto.

Entendido? Por enquanto, grave apenas isso.

- Conceito de Passivo “Normal”

Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Esquematemizemos:



Aqui é simples. Contraímos uma dívida com determinado fornecedor no montante de R\$ 100.000,00. Essa dívida é líquida e certa. Ela terá de ser paga na data estipulada.

É uma obrigação presente, pois foi firmada em um contrato ou em algum título de crédito. É derivada de eventos passados, qual seja, a compra da mercadoria.

Também quando liquidarmos, tiraremos recursos (dinheiro) da entidade. Esses recursos, se fossem mantidos poderiam ser aplicados em outros tipos de investimentos.

Esse é um passivo “normal”.



(TCE-RO/Ciências Contábeis/2013) É denominado passivo o componente patrimonial que constitui uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados. Espera-se que a liquidação dessa obrigação resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Comentários:

Como acabamos de salientar, o item está certo.

Para o CPC 00 (R2), item 4.26, passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

E o item 4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- (a) a entidade tem uma obrigação;
- (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico (ver itens de 4.36 a 4.41); e
- (c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados (ver itens de 4.42 a 4.47).

(MTE/AFT/2013) A existência de uma obrigação futura é requisito essencial para a contabilização de um passivo.

Comentários:

Errado, a obrigação deve ser **presente**. A obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar. A obrigação é sempre devida à outra parte (ou partes). A outra parte (ou partes) pode ser uma pessoa ou outra entidade, grupo de pessoas ou outras entidades, ou a sociedade em geral. Não é necessário conhecer a identidade da parte (ou partes) para quem a obrigação é devida.

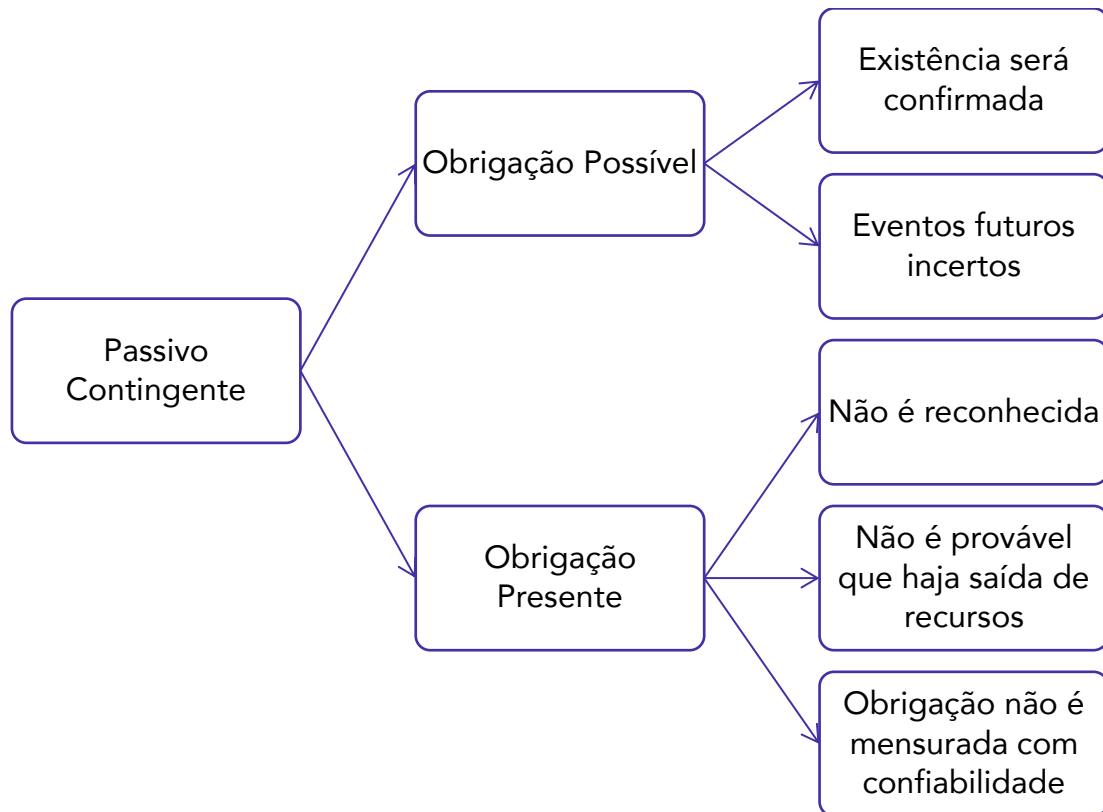
- Conceito de Passivo Contingente

De acordo com o CPC 25, Passivo contingente é:

- (a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos** não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida** porque:
 - (i) **não é provável que uma saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o **valor da obrigação não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.

Esquematizando a definição:





Voltamos ao exemplo do auto de infração que você lavrou contra o contribuinte X, dado logo ali em cima. Naquela situação, era muito provável que a empresa, em determinado momento e por determinado valor, tivesse de desembolsar a quantia ao fisco. A possibilidade de perda era provável.

Aqui não! No passivo contingente, a possibilidade de perda é **possível**, mas é mais para não do que para sim.

Vejam que a definição diz "**não é provável**". Portanto, diferentemente das provisões, **os passivos contingentes não são contabilizados**.

Essa não contabilização se dá:

- Porque a saída de recursos é somente possível.
- Pois você não consegue estimar com confiabilidade o valor desta obrigação.

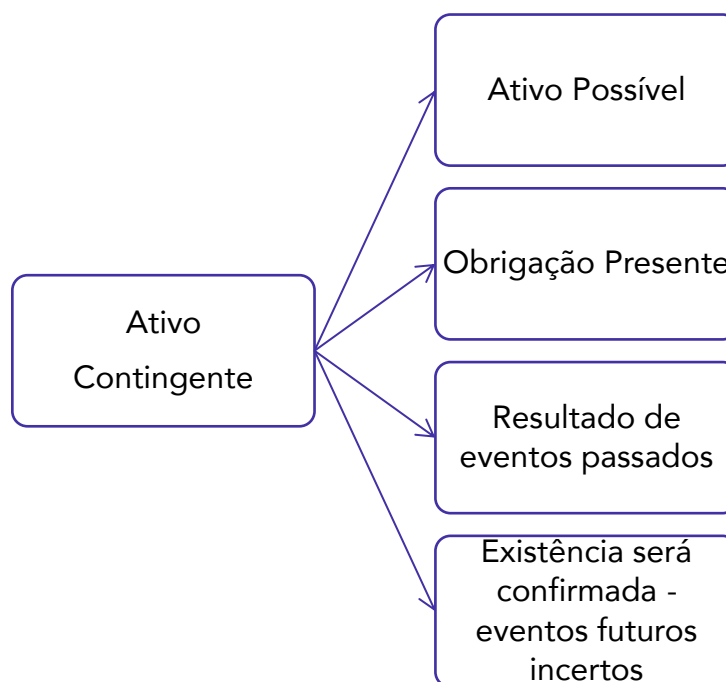


- Conceito de Ativo Contingente

O CPC 25 apresenta a seguinte definição:

Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos** não totalmente sob controle da entidade.

Esquematizemos:



Outro conceito importantíssimo e que sempre aparece em provas.

É simples. Imagine agora que, em vez de ser autuado, você descobriu que pagou um valor maior ao Fisco! Sim, se você pagou um tributo a maior, você tem direito à restituição (também conhecida por repetição do indébito).

Você peticionou e está esperando uma resposta do Governo. Todavia, no decurso deste processo, você descobre que há uma série de restrições para que você pode se aproveitar deste valor e avalia que a possibilidade de receber este montante é somente "possível", ou seja, mais para não do que para sim.

Esta é uma clara hipótese de ativo contingente: a existência do direito será confirmada pela decisão do fisco, que não está sob controle da empresa, a quem só cabe aguardar.

Tome nota! Os ativos contingentes não são contabilizados.



A seguir, uma questão:

(Auditor/MP AL/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.
- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.
- e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

Comentários:

Como dissemos, os ativos contingentes não são contabilizados. Portanto, eliminamos as letras a até c.

Quando a letra e, para ajustar algo a valor presente, esse algo também deverá estar contabilizado, o que não é o caso do ativo contingente. Assim, o nosso gabarito é a letra d.

Como o ativo contingente é divulgado em notas explicativas, periodicamente nós devemos reavaliar para ver se ele está corretamente evidenciado. Se não se tornou algo que deveria ser contabilizado ou se se tornou algo com possibilidade remota de recebimento. Ainda, segundo o CPC 26, as notas explicativas fazem parte do conjunto completo das demonstrações contábeis (apesar de não serem uma demonstração contábil). O gabarito é letra d.

- Outros Conceitos Importantes Para o Entendimento do CPC 25

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Aqui funciona assim. A provisão, o passivo "normal" e o passivo contingente surgem de uma obrigação, correto? Seja um processo judicial, administrativo, uma lei que está para ser publicada etc.

Essa obrigação pode surgir através de duas sortes de eventos:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou



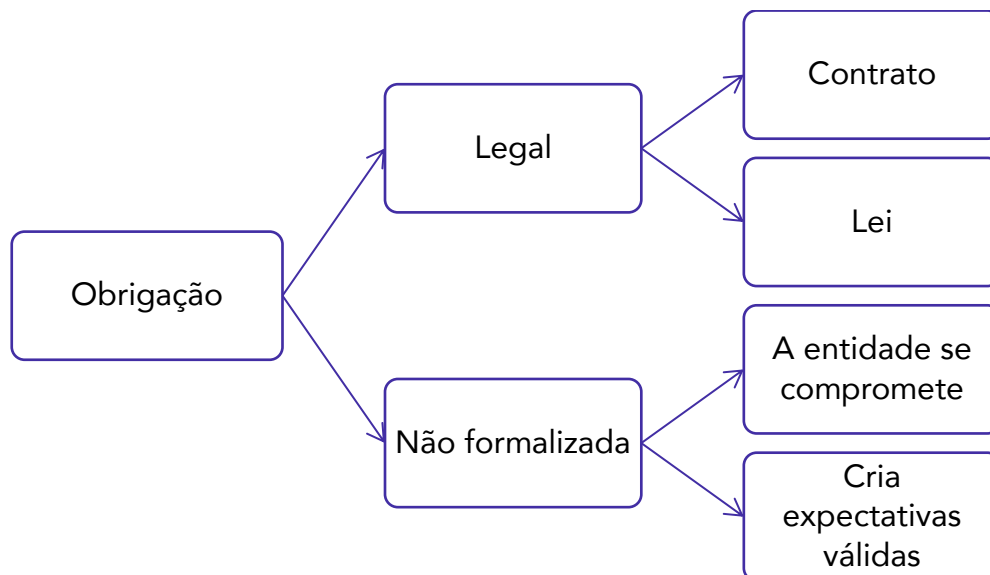
(c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

(a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e

(b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Então, vamos esquematizar?



Assim, uma provisão pode surgir, por exemplo, de uma lei que exija determinada conduta da entidade ou de um contrato firmado pela empresa.

Todavia, pode surgir também de uma obrigação não formalizada, quando a entidade resolve que irá cortar 50% de seus diretores e anuncia amplamente a medida, comunica os diretores e pessoas envolvidas, gerando expectativas válidas.

Por que estamos falando isso? Pois é cobrado em provas.



- Vamos Aprofundar Os Conceitos

Exemplo de passivo contingente e provisão.

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera.

O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Na metade do ano de 20X0 é possível que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado após o final do ano.

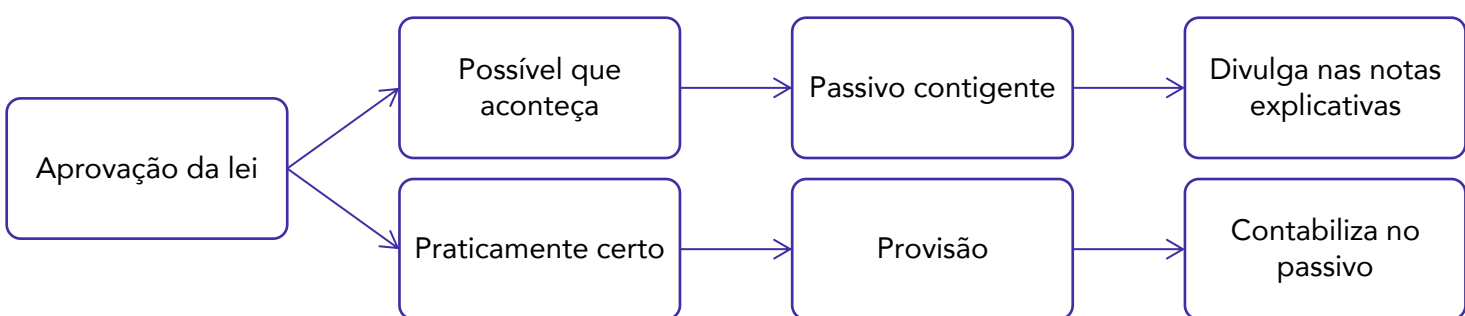
Deverá a empresa, portanto, **divulgar o fato em nota explicativa, pois se trata de uma obrigação possível no futuro.**

Ademais, o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e trata-se de uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Contudo, **se fosse praticamente certo** que a lei seria aprovada rapidamente haveria necessidade de se fazer o **reconhecimento de uma provisão pela melhor estimativa dos custos de limpeza.**

A iminência da publicação da lei transforma o passivo contingente em provisão, o que leva ao reconhecimento. A obrigação passa de possível (passivo contingente) para provável (provisão).

Então, vamos esquematizar?



A lei foi um exemplo, mas temos de tentar aplicar aos diversos casos práticos. Vejamos:

(Técnico/SEFIN RO/2018) Como o processo industrial da Cia. X provoca alto impacto ambiental, ela é obrigada, por lei, a trocar suas máquinas, a cada cinco anos.

Caso a sociedade empresária não faça a troca, ela é obrigada a pagar uma multa anual de R\$ 100.000.



A sociedade empresária deveria trocar suas máquinas em 2015. O valor das máquinas era de R\$ 500.000. Como a sociedade empresária não fez a troca, ela considera que o risco de ser autuada é muito alto.

Considerando apenas esse fato, assinale a opção que indica, em 31/12/2015, o total das provisões da Cia. X.

- a) Zero.
- b) R\$ 100.000.
- c) R\$ 500.000.
- d) R\$ 600.000.
- e) R\$ 1.000.000.

Comentários:

Percebam que em 31.12.2015 já existe uma obrigação presente legal com resultado de eventos passados para a entidade. Além disso, o risco de ser autuada é muito alto e a estimativa é confiável. Portanto, a entidade deverá reconhecer uma provisão no valor de R\$ 100.000.

O gabarito é letra b.

Diferenças Entre Provisões e Passivos Contingentes

Provisões: São reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação

Passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:

1) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou

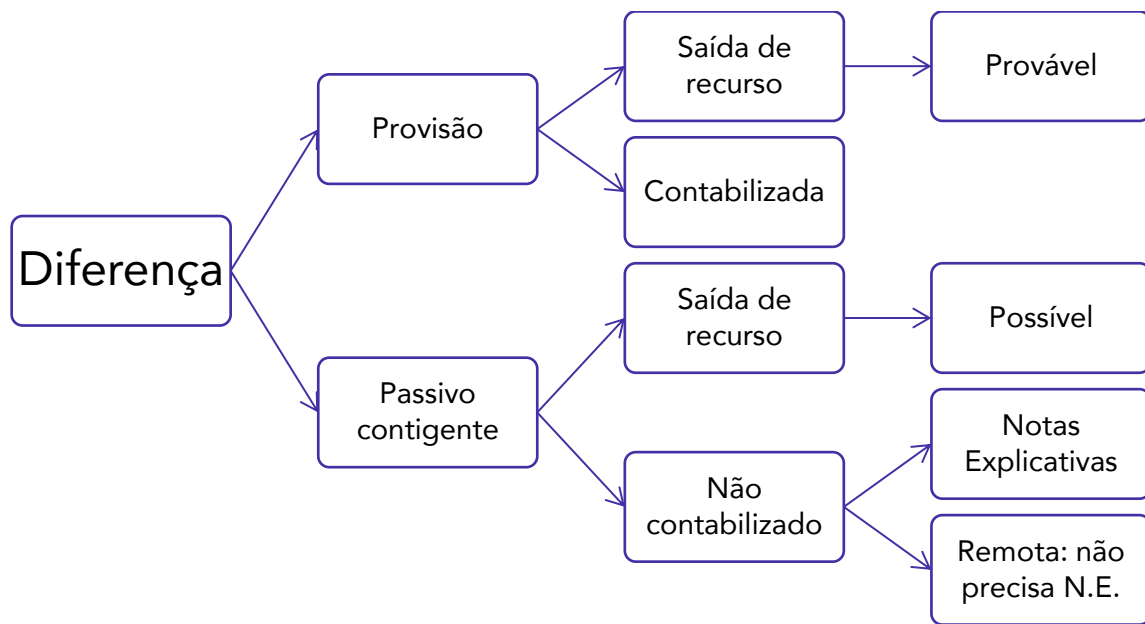
2) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Vejam: passivo contingente não é reconhecido, pois a saída de recursos é somente possível. Na provisão, a saída de recursos é provável.

Há, portanto, uma diferença fundamental entre Provisão e Passivo Contingente: **As provisões são contabilizadas, e os passivos contingentes não são.**



Esquematizemos:



Os **passivos contingentes não são contabilizados**, pois:

- 1) Ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente;
- 2) Ou existe a obrigação presente, mas não é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidá-la;
- 3) Ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.

Então, imagine-se que há um processo judicial de natureza trabalhista para o qual não há indícios suficientes se a entidade terá ou não de desembolsar um valor. Não é provável, por enquanto, que haja um desembolso, pois não há uma estimativa confiável. É somente possível um desembolso. Nesta hipótese, teremos um passivo contingente,

Observemos um quesito:

(CADE/2014) Um passivo contingente deve ser reconhecido quando for decorrente de obrigação presente que resulte de eventos passados devendo as informações desse passivo ser detalhadas em nota explicativa às demonstrações contábeis.

Comentários:

Errado, os passivos contingentes não são reconhecidos (contabilizados).

De acordo com o FIPECAFI, a diferença entre provisão e passivo contingente fica bem clara no caso de **responsabilidade conjunta e solidária** onde a parte da obrigação que se “espera seja liquidada por terceiros é tratada como passivo contingente, sendo “reconhecida a provisão apenas para a parte que cabe à entidade liquidar, a não “ser que haja evidência de que os terceiros não responderão por sua parcela.”



Imaginem, por exemplo, que a empresa A possua uma obrigação conjunta e solidária com a empresa B.

No primeiro momento, cabe à empresa A a obrigação de R\$ 500.000 e a empresa B R\$ 300.000,00. A empresa A deve considerar R\$ 500.000,00 como provisões e R\$ 300.000 como passivo contingente.

Agora, se a empresa B der evidências que não irá honrar a sua parte na obrigação, a empresa A pode ter que reconhecer o valor total da obrigação - R\$ 800.000,00 – como provisões.

Reconhecimento Das Provisões

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão? Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Esquematemizemos:

Provisão reconhecida quando		
Obrigação presente	Estimativa confiável	Provável saída de recurso

Uma questão sobre o assunto:

(FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Comentários:

Como acabamos de salientar, o item está certo. A estimativa confiável é elemento indispensável para o reconhecimento das provisões.



Lançamento Para Constituir A Provisão

Continuando aquele exemplo do auto de infração lavrado por uma autoridade fiscal, vamos supor que o valor da multa foi de R\$ 10.000.000,00.

A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão tributária (despesa)	10.000.000,00
C – Provisões tributárias (passivo)	10.000.000,00

Razonetes:

<u>Despesa com prov.</u>	<u>Prov. Tributária</u>
10.000.000,00	10.000.000,00

Passivo Contingente

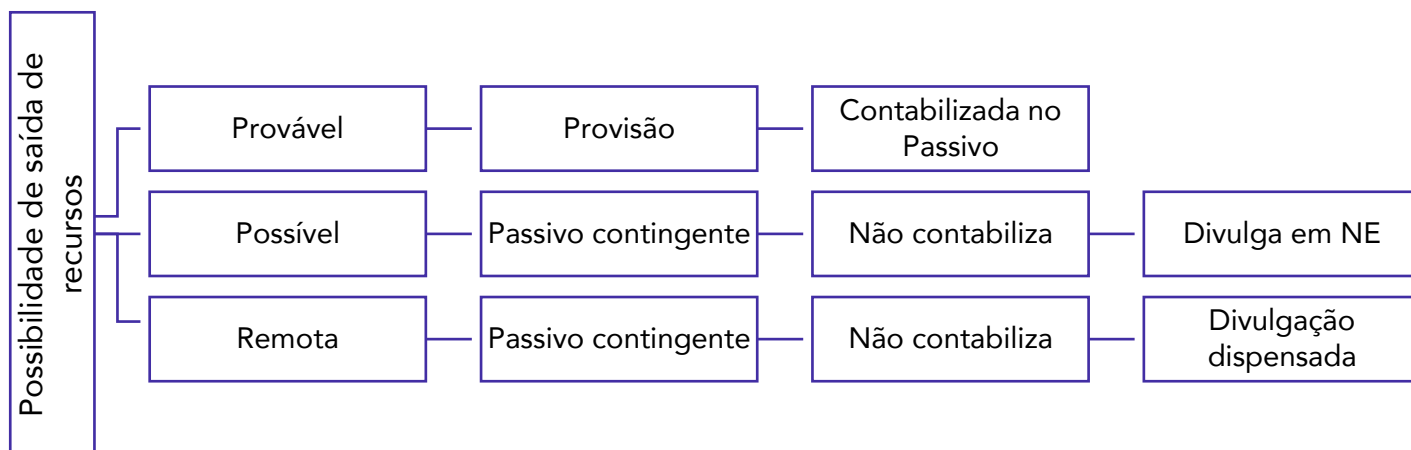
A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Ou seja, o passivo contingente não é contabilizado.

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma **saída de recursos possível, mas não provável** (probabilidade do não é maior que a do sim).

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas**.

E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas**.

Esquematizemos:





(Transpetro/Contador Júnior/2018) A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;
- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- Uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- (A) 50.000,00
- (B) 60.000,00
- (C) 260.000,00
- (D) 310.000,00
- (E) 410.000,00

Comentários:

O CPC 25 define que Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade

Vamos, agora, efetuar a classificação de cada evento apresentado e assim verificarmos quais serão divulgados em Notas Explicativas como provisão:



- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;

Trata-se, na verdade, de um **passivo normal da entidade** e não passivo contingente. Não nos interessa;

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;

Aqui estamos diante de um Passivo Contingente, pois é obrigação presente, resultante de eventos passados não há confiabilidade da mensuração.

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;

Trata-se de um Passivo Contingente, visto que é uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos.

- Uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Trata-se de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25.

Portanto, o total reconhecido como Passivo Contingente e divulgado pela empresa será:

$$60.000 + 200.000 + 50.000 = \text{R\$ } 310.000,00$$

O gabarito é letra d.

(TRT10/Contabilidade/2013) Deve-se reconhecer uma provisão para passivo contingente, caso a entidade preveja a necessidade, ainda que remota, de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar determinada obrigação.

Comentários:

Errado, apenas quando a possibilidade de saída de recursos seja **provável**.

Ativo Contingente

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente**. Devem, sim, ser evidenciado em notas explicativas.

Então, se, por exemplo, você entrou na justiça para reaver um tributo pago a maior, e esse processo está para ser analisado, mas é somente **possível** que o desfecho seja favorável, então, nesta hipótese estamos frente a um ativo contingente, que, como tal, não é contabilizado. Veja, é possível que você ganhe e tenha o direito a receber, mas não é praticamente certo, tampouco provável.



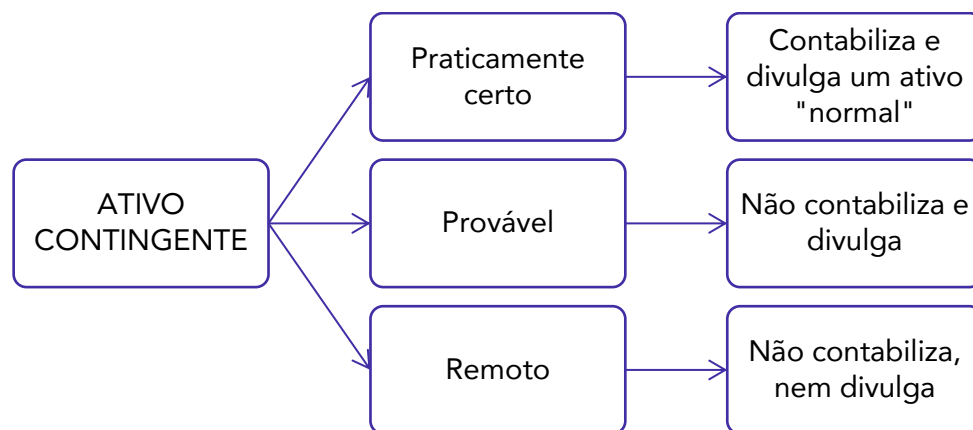
Os **ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade**. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

É bem parecido com o caso do passivo!

Esquematizemos:



Quanto à ótica da entrada de benefícios econômicos na entidade, fica assim:

- 1) Praticamente certa: Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.
- 2) Provável, mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) A entrada não é provável (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.

O CPC aborda exatamente do modo como falamos:

33. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

A seguir, uma questão:



(Exame de Suficiência/2013/2º) A respeito do Ativo Contingente, conforme a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção incorreta.

- A) A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.
- B) O ativo contingente é divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.
- C) Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- D) Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Comentários:

Todas estão corretas, exceto a letra D:

“Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. ”

Errado. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento **não planejado ou de outros não esperados** (...)

Reavaliação a Cada Exercício

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Portanto, ao término do exercício social, você deve fazer uma reavaliação das provisões e dos passivos contingentes.

Vamos exemplificar:

- X1: Provisão constituída – R\$ 10.000.000,00.

Todavia, ao reavaliar, a empresa percebeu que a probabilidade de perda agora é somente possível, no valor de R\$ 4.000.000,00. Portanto, a provisão se tornou um passivo contingente. Veja, **você não deve reverter somente a diferença, mas sim todo o valor.**



Atenção! Você não tem mais uma provisão, portanto, nesta hipótese, nada é contabilizado. Reverte tudo.

- X1: Passivo contingente – R\$ 5.000.000,00. Não há nada contabilizado, portanto.

Todavia, ao reavaliar, a empresa percebeu que a probabilidade de perda agora é provável, no valor de R\$ 6.000.000,00. Uma provisão será constituída neste valor.

Lançamento Para Reverter A Provisão

Caso seja a hipótese de reverter uma provisão, devemos fazer o lançamento seguinte:

Reversão - Prov.	Prov. Tributária
1.000.000,00	1.000.000,00

Agora uma questão de cálculo, a FCC adora:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.



(E) redução de 550.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Assim,

Trabalhista: Reverte R\$ 100.000,00 (receita).

Tributário: Reverte R\$ 700.000,00 (receita).

Por que reverte tudo? Passou de provisão para passivo contingente.

Cível: Não faz nada, já que é passivo contingente.

Ambiental: Provisão de R\$ 150.000,00 (despesa)

Portanto:

$$- 150.000 + 700.000 + 100.000 = 650.000,00 \text{ (receita)}$$

Outra forma de resolver:

A empresa tem as seguintes provisões em 31/12/2014:

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	500.000,00
Tributário	700.000,00
Total	1.200.000,00

Em 2015, deve contabilizar as seguintes provisões (que apresentam possibilidade de desembolso "provável"):

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	400.000,00
Ambiental	150.000,00
Total	550.000,00

Assim, o valor da provisão deve diminuir de \$1.200.000 para \$550.000, o que representa um ganho (um aumento do resultado) no valor de \$ 650.000 (\$1.200.000 - \$550.000).

O gabarito é letra d.



Reconhecimento

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Obrigação presente

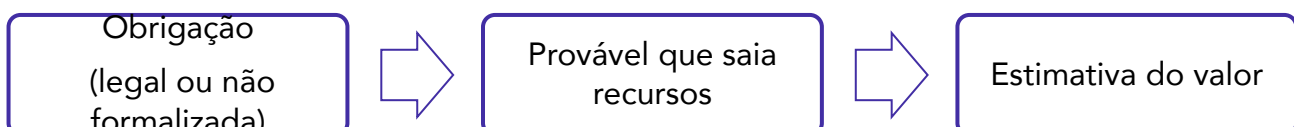
15. Em casos raros não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

Evento passado

17. Um evento passado que conduz a uma obrigação presente é chamado de um evento que cria obrigação. Para um evento ser um evento que cria obrigação, é necessário que a entidade não tenha qualquer alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento. Esse é o caso somente:

- (a) quando a liquidação da obrigação pode ser imposta legalmente; ou
- (b) no caso de obrigação não formalizada, quando o evento (que pode ser uma ação da entidade) **cria expectativas válidas em terceiros** de que a entidade cumprirá a obrigação.

Portanto, são requisitos para reconhecermos uma provisão:



Mais uma vez, são requisitos para se reconhecer uma provisão:

- Obrigação presente. A obrigação pode surgir de um termo legal (contrato, lei, ou qualquer outro instrumento que vincule a entidade) ou ser uma obrigação não formalizada.
- Provável que saia recursos da entidade.
- É possível fazer uma estimativa confiável.



(Analista/Câmara Salvador/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

Comentários:

Mais uma vez, são requisitos para se reconhecer uma provisão:

- Obrigação presente. A obrigação pode surgir de um termo legal (contrato, lei, ou qualquer outro instrumento que vincule a entidade) ou ser uma obrigação não formalizada.
- Provável que saia recursos da entidade.
- É possível fazer uma estimativa confiável.

Note-se que a estimativa não precisa ser perfeita, até por que, na provisão, o valor pode ser incerto. Mas deve ser feita a melhor estimativa possível.

O gabarito é letra b.



Obrigação Não Formalizada

Dissemos anteriormente que a obrigação que cria uma provisão pode ser **legal**, quando adv m de lei ou contrato, ou **não formalizada**.

A obrigação não formalizada não surge de um contrato ou lei, mas sim de um compromisso que a empresa assumiu. Mas como saber se esse compromisso irá gerar uma provisão?

A palavra chave para sabermos se estamos diante ou não de uma obrigação não formalizada   perceber se foi criada **expectativas válidas em terceiros**.

Vamos ver o exemplo através de uma excelente questão da FGV (sempre ela com as melhores questões):

(TCM SP/Agente de Fiscaliza o/2015) A Cia. Delta   uma corpora o de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atua o. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputa o da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso,   necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

Evento que cria obriga o   um evento que cria uma obriga o legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obriga o.

Obriga o não formalizada   uma obriga o que decorre das a oes da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declara o atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e



(b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Muito bem. Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada.

É o fato que de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.

Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso.

O gabarito é letra a.

Reembolso

Imagine que a empresa Alfa tenha constituído uma provisão para pagamento de uma provisão, no valor de R\$ 100.000,00. Contudo, ela possui um contrato de seguro no qual os valores serão reembolsados integralmente para a empresa.

Conforme previsão do CPC 25, quando se espera que algum ou todos os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido quando, e somente quando, for **praticamente certo que o reembolso será recebido se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como ativo separado.**

Percebam que o valor a receber de reembolso deve ser contabilizado como ativo.

O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão.

Na demonstração do resultado do período, a despesa relativa a uma provisão pode ser apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso. Isso é muito interessante.

Calculando o valor das provisões – Valor esperado da garantia

Como chegar ao valor das provisões? Vamos usar, usar exemplos do CPC 25 e de provas para entendermos.

A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão.

Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento



dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores.

De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.

O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$.

Observemos um quesito:

(EMAP/Analista Contábil/2017) empresa X, ré nos processos trabalhistas A, B e C, que discutem a mesma matéria, mas correm em varas trabalhistas distintas, será provavelmente condenada a pagar as indenizações reclamadas. A tabela a seguir refere-se aos processos trabalhistas desfavoráveis à empresa X.

processos	desembolso (em R\$ mil)	probabilidade de ocorrência
A	150	75%
B	90	55%
C	20	85%

Com referência à tabela precedente, julgue o item seguinte.

Na situação hipotética apresentada, o montante de provisão a ser reconhecido é de R\$ 260.000.

Comentários:

A mensuração adequada no caso apresentado será por meio da média ponderada entre todos os possíveis resultados e a probabilidade de ocorrência. Percebam que a questão é clara ao dizer que os processos A, B e C, **discutem a mesma matéria** e a **será provavelmente condenada** a pagar as indenizações reclamadas.

Fica assim:

Processos	Desembolsos	Probabilidade de ocorrência	Valor da Provisão (2 x 3)
A	R\$ 150.000,00	75%	R\$ 112.500,00
B	R\$ 90.000,00	55%	R\$ 49.500,00
C	R\$ 20.000,00	85%	R\$ 17.000,00
		Total da provisão	R\$ 179.000,00

Portanto, o item está errado.



Calculando o valor das provisões – Valor mais provável da provisão

Quando uma única obrigação estiver sendo mensurada, o desfecho individual mais provável pode ser a melhor estimativa do passivo.

Porém, mesmo em tal caso, a entidade considera outras consequências possíveis. Quando outras consequências possíveis forem principalmente mais altas ou principalmente mais baixas do que a.

Vamos entender isso com um exemplo de prova:

(TRT-7ª Região/Analista Judiciário - Contabilidade/2017) Uma companhia enfrenta quatro processos judiciais que, se perdidos, gerarão obrigações de pagamento. Para estipular a soma a ser resguardada para garantir o cumprimento dessas obrigações legais no caso de perda judicial, a companhia cotejou os valores das ações com suas chances de perda, conforme mostra a tabela a seguir.

processo	valor (R\$ mil)	chance de perda
1	200	47%
2	350	58%
3	150	30%
4	100	65%

Considerando-se essa situação hipotética e as normas contábeis vigentes relativas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, é correto afirmar que a empresa deverá provisionar o montante de

- a) R\$ 450.000.
- b) R\$ 650.000.
- c) R\$ 100.000.
- d) R\$ 800.000.

Comentários:

O CPC 25 afirma que para a finalidade deste Pronunciamento Técnico, uma saída de recursos ou outro evento é considerado como **provável se o evento for mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer.

Em termos numéricos, apenas se a chance de perda for superior a 50% vamos reconhecer as provisões, o que seriam os processos 2 e 4.



Percebam que aqui **não havia uma informação que a perda já seria provável em todos os casos**; além disso, os assuntos não eram necessariamente da mesma matéria. Caberia ao candidato fazer esse julgamento.

A empresa deverá provisionar $350.000 + 100.000 = 450.000$. Não fizemos aqui um cálculo com média ponderada. O gabarito é letra a.

EXEMPLOS DO CPC 25

Vamos falar um pouco sobre alguns exemplos que o CPC 25 traz e corriqueiramente aparecem em provas. Vamos ver?

Exemplo 1 – Garantia

Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24).

Aqui, portanto, temos que o fabricante vende um produto com garantia. Essa garantia de 3 anos é maior do que o prazo previsto pelos diplomas legais.

Uma vez que dá essa garantia, é muito provável que alguns produtos apresentarão defeitos.

Assim, a obrigação presente surge com a venda. Ora, a partir do momento em que a venda for efetuada o produto já pode apresentar defeitos.

Sendo possível estimar o percentual e valores, a entidade reconhecerá, então, uma provisão desse valor



Exemplo 2 – Terreno Contaminado – É Praticamente Certo Que a Legislação Será Aprovada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza (ver itens 14 e 22).

Note que nesta hipótese ainda não há uma obrigação. Essa obrigação é praticamente certa para o próximo ano, mas ainda não existe.

Todavia, como essa lei é quase certa de ser aprovada e nós teremos de desembolsar esse valor, reconheceremos uma provisão, pela melhor estimativa disponível para limpar o terreno.

Exemplo 3 – Terreno Contaminado e Obrigação Não Formalizada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação e opera em um país onde não há legislação ambiental. Entretanto, a entidade possui uma política ambiental amplamente divulgada, na qual ela assume a limpeza de toda a contaminação que causa. A entidade tem um histórico de honrar essa política publicada.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, que dá origem a uma obrigação não formalizada, pois a conduta da entidade criou uma expectativa válida na parte afetada pela contaminação de que a entidade irá limpar a contaminação.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.



Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza (ver itens 10 – a definição de obrigação não formalizada –, 14 e 17).

Neste caso, trata-se de uma política amplamente divulgada pela empresa. Ao se comprometer, ela gera expectativas válidas em terceiros (população, governo, etc).

Assim, há uma obrigação não formalizada.

Deve ser reconhecida uma provisão pelo valor que a entidade estima gastar para descontaminar o terreno.

Exemplo 4 – Política de Reembolso

Uma loja de varejo tem a política de reembolsar compras de clientes insatisfeitos, mesmo que não haja obrigação legal para isso. Sua política de efetuar reembolso é amplamente conhecida.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto, que dá origem à obrigação não formalizada porque a conduta da loja criou uma expectativa válida nos seus clientes de que a loja irá reembolsar as compras.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável, haja vista que bens, em certa proporção, são devolvidos para reembolso (ver item 24).

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de reembolso (ver itens 10 – a definição de obrigação não formalizada –, 14, 17 e 24).

Aqui é simples. Eu anuncio amplamente que vou realizar o reembolso, caso o cliente esteja insatisfeito.

Neste caso, vou estimar um valor que julgo será devolvido e, neste montante, reconhecer uma provisão.

Exemplo 5 – Fechamento de Divisão – Nenhuma Implementação Antes do Fechamento do Balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão. Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.



Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação. Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).

Esse exemplo é bastante cobrado em provas de concursos. Vejam! A entidade vai encerrar uma divisão.

Todavia, ela não comunicou a ninguém, não criou expectativa válida em terceiros, nada. Assim, não há uma obrigação presente.

Ela pode simplesmente desistir de encerrar as atividades.

Nenhuma provisão é reconhecida.

Exemplo 6 – Fechamento de Divisão – Comunicação/Implementação Antes do Fechamento do Balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico. Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).

Exemplo 7 – Requerimento Legal Para a Instalação de Filtro de Fumaça

De acordo com a nova legislação, a entidade é requerida a instalar filtros de fumaça nas suas fábricas até 30 de junho de 20X1. A entidade não fez a instalação dos filtros de fumaça.



(a) Em 31 de dezembro de 20X0, na data do balanço.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação porque não há o evento que gera a obrigação mesmo para os custos de instalação dos filtros de fumaça ou para as multas de acordo com a nova legislação.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça (ver itens 14 e 17 a 19).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1, na data do balanço.

Obrigação presente como resultado de um evento passado que gera obrigação – Novamente não há obrigação para os custos de instalação dos filtros de fumaça porque nenhum evento que gera a obrigação ocorreu (a instalação dos filtros). Entretanto, uma obrigação pode surgir do pagamento de multas ou penalidades de acordo com a nova legislação, pois o evento que gera a obrigação ocorreu (a operação da fábrica em não- conformidade com a legislação).

Uma saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – A avaliação da probabilidade de incorrência de multas e penalidades pela não-conformidade da operação depende dos detalhes da legislação e da severidade do regime de execução da lei.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça. Entretanto, uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa de quaisquer multas ou penalidades que sejam mais prováveis de serem impostas (ver itens 14 e 17 a 19).

Vejam! Nesta hipótese, o simples fato de não ter sido instalados os filtros não gera uma obrigação, não gera uma provisão. Contudo, a possibilidade de ter de pagar uma multa ou penalidade, conforme a legislação, pode sim gerar uma provisão. Depende da legislação.

Exemplo 8 – Treinamento Para Atualização de Pessoal Como Resultado de Mudança na Tributação do Imposto de Renda

O governo introduz certo número de mudanças na tributação do imposto de renda. Como resultado dessas mudanças, a entidade do setor financeiro irá necessitar de treinamento para atualização de grande número de seus empregados da área administrativa e de vendas para garantir a conformidade contínua com a regulação bancária. Na data do balanço, nenhum treinamento do pessoal havia sido feito.



Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação porque o evento que gera a obrigação (treinamento para atualização) não foi realizado.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19).

Exemplo 9 – Caso Judicial

Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade não será responsabilizada. Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é provável que a entidade será responsabilizada.

(a) Em 31 de dezembro de 20X0

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, não há obrigação como resultado de eventos passados.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 15 e 16). A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota (item 86).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado na evidência disponível, há uma obrigação presente.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação (itens 14 a 16).



Exemplo 10 – Reparo e Manutenção

Alguns ativos necessitam, além de manutenção de rotina, de gastos substanciais a cada período de alguns anos, para reparos ou reformas principais e a substituição de componentes principais. O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado fornece orientação para a alocação de desembolsos com um ativo aos seus componentes quando esses componentes possuem vidas úteis diferentes ou fornecem benefícios em um padrão diferente.

Exemplo 11 – Custo de Reforma – Não Há Requisito Legal

Um forno possui um revestimento que precisa ser substituído a cada cinco anos por razões técnicas. Na data do balanço, o revestimento foi utilizado por três anos.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). O custo de substituição do revestimento não é reconhecido porque, na data do balanço, não há obrigação de substituir o revestimento existente independentemente das ações futuras da companhia – mesmo que a intenção de incorrer no desembolso dependa da decisão da companhia de continuar operando o forno ou de substituir o revestimento. Ao invés de uma provisão ser reconhecida, a depreciação do revestimento leva em consideração o seu consumo, ou seja, é depreciado em cinco anos. Os custos do novo revestimento, quando incorridos, são capitalizados e o consumo de cada novo revestimento é capturado pela depreciação ao longo dos cinco anos subsequentes.

Exemplo 12 – Custo de Reforma – Há Requisito Legal

Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). Os custos de vistoria da aeronave não são reconhecidos como provisão pelas mesmas razões de não-reconhecimento de provisão para os custos de substituição do revestimento do exemplo 11A. Mesmo o requisito legal para realizar a vistoria não



torna os custos de vistoria um passivo, porque nenhuma obrigação existe para vistoriar a aeronave, independentemente das ações futuras da entidade – a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave. Ao invés da provisão ser reconhecida, a depreciação da aeronave leva em consideração a incidência futura de custos de manutenção, ou seja, um valor equivalente aos custos de manutenção esperados é depreciado em três anos.



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – FGV

1. (FGV/EPE/Analista De Gestão Corporativa –Contabilidade/2024) Uma loja de eletrodomésticos vendeu uma versão especial de geladeiras apenas em dezembro de 2023. No mês, foram vendidas 30 geladeiras da edição especial, tendo a loja auferido receita de R\$60.000.

Em relação às vendas desta geladeira, a loja reconheceu provisão para garantias de R\$8.000, de acordo com as estimativas realizadas por seus especialistas. A garantia tinha validade de 6 meses, a partir da data da compra.

Em 30/06/2023, a loja constatou que os gastos com garantia relacionados às geladeiras vendidas em dezembro, foram de R\$5.000.

Assinale a opção que indica o impacto dessa constatação no resultado da loja, auferido na Demonstração do Resultado do Exercício semestral, em 30/06/2023.

- (A) Aumento de R\$3.000.
- (B) Aumento de R\$5.000.
- (C) Diminuição de R\$3.000.
- (D) Diminuição de R\$5.000.
- (E) Não há impacto.

Comentários:

Questão que trata do CPC 25 e para resolvê-la, vejam este exemplo que está na norma:

Exemplo 1 – Garantia

Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – **A provisão é reconhecida** pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24)

É o caso apresentado na questão; a empresa reconheceu uma provisão de R\$ 8.000 quando efetuou as vendas das geladeiras, **reduzindo o seu resultado nesse mesmo valor**.



Contudo, 30/06/2023, a loja constatou que os gastos com garantia relacionados às geladeiras vendidas em dezembro, foram de R\$5.000 e ela apura o resultado de maneira semestral.

Nesse sentido, ela deverá efetuar a reversão da perda que não foi utilizada, reconhecendo uma receita de R\$ 3.000, aumentando seu resultado.

Gabarito: A

2. (FGV/EPE/Analista De Gestão Corporativa –Contabilidade/2024) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deve-se reconhecer no Balanço Patrimonial, apenas

- (A) os ativos contingentes.
- (B) os passivos contingentes.
- (C) as provisões para contingências.
- (D) os ativos e os passivos contingentes.
- (E) os passivos contingentes e as provisões para contingências.

Comentários:

O CPC 25 afirma expressamente que a entidade não deve reconhecer um passivo contingente nem um ativo contingente.

O passivo contingente é apenas divulgado, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Por sua vez, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

Apenas as provisões serão reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Gabarito: C

3. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em relação aos ativos contingentes, é correto afirmar que

- A resultam de eventos futuros.
- B surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.
- C devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.
- D quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.
- E são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.



Comentários:

De acordo com o CPC 25, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Como consequência da aplicação do conceito de prudência ou conservadorismo, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado;

Vamos analisar as alternativas:

(A) resultam de eventos futuros.

Errado, os ativos contingentes resultam de eventos passados e não futuros.

(B) surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

Errado, é exatamente o contrário, pois geralmente surgem de eventos não planejados ou não esperados.

(C) devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

Errado, ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(D) quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

Errado, realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado **não é um ativo contingente** e o seu reconhecimento é adequado.

(E) são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Correto, conforme previsão do item 35 do CPC 25.

Gabarito: E

4. (FGV/TCE-BA/Auditor Estadual de Controle Externo/2023) Em 12 de dezembro de 2023, uma empresa decide encerrar uma divisão que fabricava painéis solares. Em 20 de dezembro de 2023, foi finalizado o plano detalhado de encerramento da divisão. Cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurarem uma fonte alternativa de fornecimento e avisos de rescisão foram enviados ao pessoal da divisão.

A empresa estima que terá 675 mil reais em gastos, detalhados em:



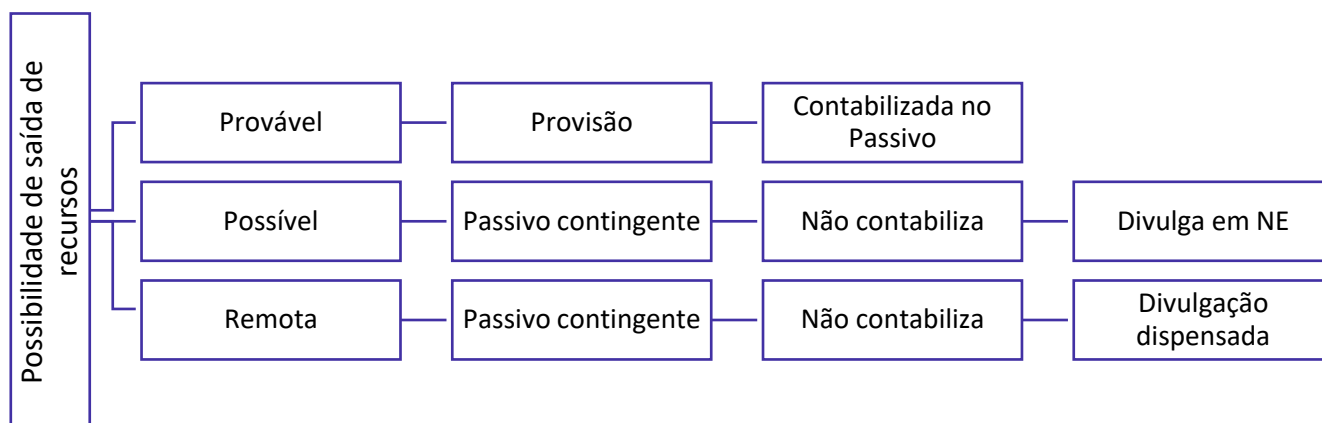
Descrição	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	R\$ 50.000
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	R\$ 250.000
Novo treinamento de funcionários	Possível	R\$ 25.000
Marketing	Possível	R\$ 50.000
Investimento em novos sistemas e redes de distribuição	Provável	R\$ 300.000

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um montante de provisões de reestruturação de:

- (A) R\$ 25.000;
- (B) R\$ 75.000;
- (C) R\$ 300.000;
- (D) R\$ 600.000;
- (E) R\$ 675.000.

Comentários:

Questão bem interessante. Já sabemos como tratar os passivos contingentes, de acordo com o probabilidade de ocorrer um desembolso:



Mas a questão pede o valor da provisão de reestruturação.

80. A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- (a) necessariamente ocasionados pela reestruturação; e



(b) não associados às atividades em andamento da entidade.

81. A provisão para reestruturação não inclui custos como:

(a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;

(b) marketing; ou

(c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Esses desembolsos relacionam-se com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Assim, temos:

Provisão de reestruturação	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	50.000,00
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	250.000,00
Total		300.000,00

Gabarito: C.

5. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 02/01/X0, uma loja foi acionada na justiça por um funcionário que reclamava R\$15.000 por danos morais. A administração da loja julgava que a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000. Assinale a opção que indica o lançamento contábil em 02/01/X0.

- a) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Passivo contingente R\$10.000
- b) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Provisão para contingências R\$10.000
- c) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Provisão para contingências R\$15.000
- d) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Causa a pagar R\$10.000
C - Provisão para perdas R\$5.000
- e) Não deve haver contabilização

Comentários:

Questão que trata do reconhecimento de Provisões. Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.



Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	O U	Vabr
Incerto		

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A questão nos fala que a empresa foi acionada judicialmente por um funcionário, a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000, ou seja, temos uma estimativa confiável de perda.

Portanto, temos que contabilizar uma provisão com base nessa estimativa:

D- Despesa com provisões - Despesa operacional R\$10.000

C- Provisão para contingências R\$10.000

Destacamos que na estrutura da DRE prevista no Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI), as despesas com provisões são classificadas como despesas operacionais.

Gabarito: B

6. (FGV/PC AM/Perito Criminal/4ª Classe/Contabilidade/2022) Uma loja foi acionada na justiça por um cliente que diz ter sido constrangido por seus funcionários. O cliente apresenta provas, de modo que os advogados da loja julgam que é provável a saída de recursos como indenização ao cliente. No entanto, apesar do esforço, não foi possível estimar de modo confiável o valor da obrigação.

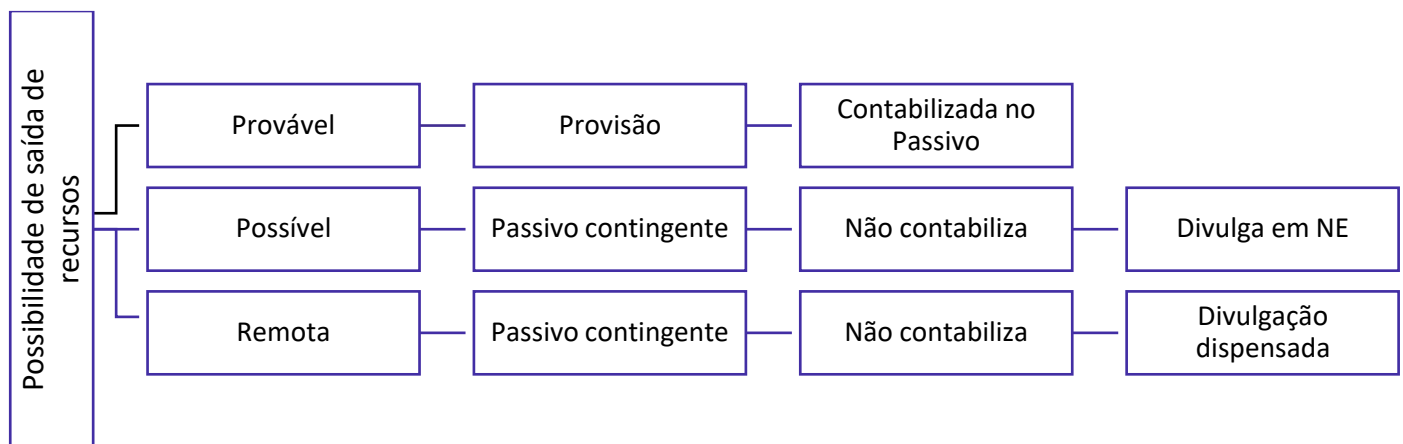
Assinale a opção correta em relação ao tratamento da causa pela loja, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Divulgação como passivo contingente.
- b) Reconhecimento como contas a pagar.
- c) Reconhecimento como provisão para contingências.
- d) Reconhecimento como ajuste do patrimônio líquido.
- e) Não é requerido reconhecimento e nem divulgação.



Comentários:

Para questões de CPC 25 - Provisões, precisamos ter sempre esse esquema em mente:



A questão fala que a empresa foi acionada na justiça e é provável que ela terá perda, todavia, não foi possível efetuarmos uma estimativa confiável da mensuração. Vejam o que o CPC 25, nos apresenta:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) **possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.**

Diante do exposto, não vamos constituir uma provisão, mas trata-se de passivo contingente que não é contabilizado nas demonstrações contábeis, mas apresentado em notas explicativas.

Gabarito A.

7. (FGV/SEFAZ- AM/ Assistente Administrativo/SEFAZ/2022) Em relação às provisões, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Têm prazo ou valor incertos.
- b) Derivam de eventos que ainda irão ocorrer.
- c) Representam contas redutoras do ativo.
- d) Representam obrigações possíveis cuja existência será confirmada.
- e) Não são contabilizadas nas demonstrações contábeis, mas evidenciadas em notas explicativas.

Comentários:



De acordo com o CPC 25 - provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	O U	Valor
Incerto		

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Esquematizemos:

Provisão reconhecida quando		
Obrigação presente	Estimativa confiável	Provável saída de recurso

Gabarito A.

8. (FGV/FunSaúde CE/Técnico Contabilidade/2021) O empregado de uma sociedade empresária foi demitido e entrou na justiça pedindo uma indenização. Os advogados da sociedade empresária julgaram que a probabilidade de perda e a consequente saída de recursos, é remota.

Assinale a opção que indica o posicionamento da contabilidade da sociedade empresária em relação à causa.

- A Deve reconhecer uma provisão e divulgar o fato em nota explicativa.
- B Deve reconhecer uma provisão, mas não divulgar o fato em nota explicativa.
- C Deve divulgar o fato em nota explicativa, mas não reconhecer uma provisão.
- D Deve reconhecer a despesa na Demonstração do Resultado, mas não reconhecer uma provisão.
- E Não deve reconhecer uma provisão e nem divulgar o fato em nota explicativa.

Comentários:



A empresa deve provisionar as ações nas quais seja provável que ocorre desembolso (possibilidade de perda).

Se a possibilidade de perda for possível, a empresa divulga nas notas explicativas, mas não provisiona.

Se a possibilidade de perda for remota, não precisa contabilizar e nem divulgar.

Gabarito E.

9. (FGV/IMBEL/Analista Contábil/2021) Um grupo de empregados acionou uma empresa na justiça, pedindo uma indenização no valor de R\$ 100.000. Os advogados da empresa consideravam que a perda da causa na justiça era provável. Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil do caso nas demonstrações contábeis da empresa.

A Constituição de provisão para contingências.

B Constituição de reserva para contingências.

C Constituição de passivo contingente.

D Diminuição do caixa.

E Nada deve ser feito.

Comentários:

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão?

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;

(b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Como a perda foi julgada provável pelos advogados, **devemos** constituir uma provisão.

Gabarito A.

10. (FGV/IMBEL/Supervisor/Contador/2021) O Balanço Patrimonial de uma entidade apresentava, em 31/12/X0, os saldos a seguir.

- Crédito Fiscal: R\$ 40.000;



- Passivo contingente: R\$ 25.000;
- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Despesa antecipada de salários: R\$ 15.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;
- Disponibilidades: R\$ 34.000.

Com base nos saldos apresentados, assinale a opção que indica o valor do passivo da entidade, na data.

A R\$ 80.000

B R\$ 95.000

C R\$ 105.000

D R\$ 120.000

E R\$ 135.000

Comentários:

Separando as contas do Passivo, temos:

Passivo

Empréstimo bancário: R\$ 50.000

Fornecedores: R\$ 30.000

Total do passivo R\$ 80.000,00

Adendo! Mas, professores, e o passivo contingente? Os passivos contingentes, segundo o CPC 25, são obrigações possíveis da entidade. Não é praticamente certo que haverá um desembolso para liquidar a obrigação. Assim, diferentemente das provisões, **o passivo contingente não é contabilizado como passivo**. Será divulgado em nota explicativa, se a probabilidade de perda for possível, ou nem isso, se a probabilidade de perda for remota.

Por fim, ressaltamos que as outras contas pertencem ao ativo:

Crédito Fiscal: R\$ 40.000

Despesa antecipada de salários: R\$ 15.000

Disponibilidades: R\$ 34.000

Total do passivo R\$ 89.000,00

Gabarito A.

11. (FGV/CM Salvador/Analista Legislativo Municipal/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.



No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

Comentários:

Observem que as palavras chaves: “Incerteza” do “Prazo” ou “Valor”+ “Provável” + “Estimado”.

Diante de tais características, devemos reconhecer uma provisão pela melhor estimativa.

Gabarito B.

12. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.
- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.
- e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

Comentários:

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.

Errados, já que os ativos contingentes não são contabilizados.

- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.

Item correto, conforme o CPC 25:



35. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente (ver item 89).

e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

Errado, os ativos contingentes não são ajustados a valor presente.

Gabarito D

13. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Assinale a opção que indica a existência de um passivo contingente.

- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.
- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.
- e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

Comentários:

- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.
- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.

Errados, trata-se de uma provisão. Lembre-se: **PRO**visão → **PRO**ável

e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

Esse é o nosso gabarito. Fique atento a palavra-chave: "Possível"

Tome nota! Passivo Contingente -> Possível -> Não contabiliza -> divulgar em notas explicativas

Gabarito E.



14. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Um empregado de determinada entidade entrou na justiça cobrando horas extras não remuneradas, no total de R\$ 50.000.

Os consultores jurídicos da entidade consideram que o risco de perda é remoto.

Em relação ao fato, assinale a opção que indica o correto procedimento da entidade.

- a) Reconhecimento de passivo circulante.
- b) Reconhecimento de passivo não circulante.
- c) Reconhecimento de despesa.
- d) Divulgação em nota explicativa.
- e) Não deve haver reconhecimento nem divulgação.

Comentários:

Vimos que os Passivos contingentes podem riscos de saída de recursos possíveis ou remotos. No caso concreto, estamos diante do risco remoto que dispensa até mesmo a divulgação em notas explicativas.

Tome nota! Passivo Contingente -> Remoto-> Não contabiliza -> Não divulgar em N.E.

Gabarito E.

15. (FGV/ALE-RO/Assistente Legislativo/Técnico em Contabilidade/2018) Em 01/02/2018, um antigo funcionário da Cia. K entrou na justiça alegando ter sido mal tratado na empresa e pedindo indenização por danos morais.

Os advogados da Cia. K julgaram que a perda da causa seria provável. No entanto, não conseguiram estimar o valor que poderiam perder, uma vez que o caso é inédito na empresa.

Assinale a opção correta em relação ao procedimento da Cia. K frente ao caso, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Constituição de provisão.
- b) Divulgação em nota explicativa.
- c) Constituição de provisão e divulgação em nota explicativa.
- d) Divulgação no relatório da administração.
- e) Nada deve ser feito.

Comentários:

Embora a perda tenha sido julgada provável pelos advogados, **não devemos reconhecer provisão, já que o pronunciamento exige que atenda todos os critérios. Ou seja, Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável.**

Nesse caso, o pronunciamento permite que se dê o mesmo tratamento dos passivos contingentes. Ou melhor, divulguem em notas explicativas.



26. **Nos casos** extremamente raros em que **NENHUMA ESTIMATIVA CONFIÁVEL POSSA SER FEITA**, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo **É DIVULGADO COMO PASSIVO CONTINGENTE** (ver item 86).

Gabarito B.

16. (FGV/Auditor/CGM/Niterói/2018) A diretoria de uma entidade, em 31.01.2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31.03.2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividades em Minas Gerais ocorreu em 31.05.2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31.07.2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31.08.2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividades, um passivo foi constituído em

- a) 31.01.2017
- b) 31.03.2017
- c) 31.05.2017
- d) 31.07.2017
- e) 31.08.2017

Comentários:

Trata-se de questão sobre CPC 25 – Provisões.

No caso em tela, temos o que chamamos de obrigação não formalizada! Vejam o que diz o CPC:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

72. Uma obrigação não formalizada para reestruturação surge somente quando a entidade:

- (a) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - (i) o negócio ou parte do negócio em questão,
 - (ii) os principais locais afetados,



(iii) o local, as funções e o número aproximado de empregados que serão incentivados financeiramente a se demitir,

(iv) os desembolsos que serão efetuados; e

(v) quando o plano será implantado; e

(b) tiver criado expectativa válida naqueles que serão afetados pela reestruturação, seja ao começar a implantação desse plano ou ao anunciar as suas principais características para aqueles afetados pela reestruturação.

Assim, com a comunicação aos funcionários, clientes e fornecedores, foi criada expectativa válida. Nesta data, portanto, reconheceremos uma provisão pela melhor estimativa dos gastos necessários para encerrar as atividades.

Gabarito B.

17. (FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

(A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;

(B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;

(C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;

(D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;

(E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

A resposta está no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) **em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.**

Muito bem. Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada. É o fato que de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.

Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso.

Gabarito A.

18. (FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015) Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;



- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

Comentários:

Conforme o pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma **obrigação legal ou não formalizada** que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Quando surge um “evento que cria obrigação”, a empresa deve reconhecer (contabilizar) um passivo ou uma provisão. Um evento que cria obrigação pode se originar de **obrigação legal** ou **obrigação não formalizada**.

Vejamos as definições, conforme o CPC 25:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

É fácil entender a “obrigação legal”. A empresa assina um contrato e aluga um imóvel (vai ter que pagar o aluguel), emite um pedido e compra mercadoria (vai ter que pagar o que comprou) e assim por diante.

Mas a “obrigação não formalizada” não é tão simples assim. O ponto chave neste tipo de obrigação é “criar expectativa válidas nas outras partes”.

Um exemplo para explicar melhor: digamos que a empresa X tenha 5 fábricas no Brasil e resolva efetuar uma reestruturação em suas operações e fechar uma de suas fábricas.

A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.



A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes**. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

Muito bem. Vamos analisar as medidas para verificar a necessidade de provisão:

“1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;”

Item de difícil julgamento. Há dois exemplos desse tipo de situação no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Exemplo 5A – Fechamento de divisão – nenhuma implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão.

Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).

Exemplo 5B – Fechamento de divisão – comunicação/ implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico.

Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).



A diferença entre o exemplo 5 A e o 5B é a elaboração do plano detalhado e sua comunicação. Na nossa questão, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa.

Dessa forma, ainda não ocorreu o planejamento detalhado e a comunicação aos clientes, o que não gera provisão, conforme o exemplo 5A.

“2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;”

O presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa. Portanto, os funcionários já estão cientes do programa de demissão de metade dos executivos. Já existe expectativa válida de válida nessas outras partes de que a empresa cumprirá com essas responsabilidades.

Portanto, deve ser provisionado.

“3) Construção de um prédio administrativo;”

Trata-se de construção de ativo da empresa. Deve ser contabilizado à medida em que ocorram os gastos. Não gera provisão.

“4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.”

Vamos supor que o encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo gere uma multa equivalente a três meses de aluguel. A empresa pretende construir um prédio e depois disso encerrar o contrato.

Isso não gera nenhuma provisão. A empresa pode mudar de ideia e não encerrar o contrato. O valor só será devido quando ocorrer o cancelamento.

Em outras palavras, não há obrigação presente resultante de fatos ocorridos, o que caracteriza um passivo.

Assim, apenas o item 2 será provisionado.

Gabarito C.

19. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.



Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (C) D – Contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – Contingências ativas - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – Contingências ativas - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – Outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

Comentários:

Muito bem. Vamos resumir as informações:

- Sem Luz contrata Revender para serviços de instalações elétricas.
- Revender repassa parte do serviço para Azarada.
- Descuido de funcionários da Azarada ocasiona um incêndio.
- Sem Luz processa Revender em 200.000.
- Revender processa Azarada em 200.000.

A empresa Revender, portanto, está respondendo a um processo, em função da ação da Sem Luz, e ao mesmo tempo move um processo contra a Azarada.

“O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000”. A palavra-chave, aqui, é “Provável”.

Se a empresa estiver sendo processada e o desembolso de recursos for “PROVÁVEL”, a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.

Se o desembolso de recursos for “POSSÍVEL”, a empresa não contabiliza, mas divulga.

E se for “REMOTO”, a empresa nem contabiliza e nem divulga.

Como a perda de 100.000 é “provável”, a Revender deverá contabilizar:

D – Despesa (resultado)	100.000
C – Provisão (passivo)	100.000



“Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.”

Aqui, temos um Ativo Contingente. Um Ativo Contingente não deve ser contabilizado.

Mas, se a possibilidade de recebimento de recursos for “praticamente certa”, então não se trata de ativo contingente. Nesse caso, a empresa contabiliza e divulga em Notas Explicativas.

Se o recebimento de recursos for “Provável”, a empresa não contabiliza, mas divulga em Nota Explicativa.

E se a entrada de recursos for “Possível” ou “Remota”, a empresa não contabiliza e nem divulga.

Como é “possível” que a indenização seja recebida, não deverá ser contabilizada e nem divulgada.

Passivo contingente

Provável: Contabiliza e Divulga

Possível: Não contabiliza, mas divulga

Remoto: Não contabiliza e nem divulga

Ativo Contingente

Praticamente certo: Contabiliza e Divulga

Provável: Não contabiliza, mas divulga

Possível: Não contabiliza e nem divulga

A resposta, portanto, é a letra B:

D – despesas operacionais (DRE) – \$ 100.000

C – provisões para riscos cíveis (Passivo) – \$ 100.000

Gabarito B.

20. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhadas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:

- a) 2011.
- b) 2012.
- c) 2013.
- d) 2014.



e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

Comentários:

A ação na justiça é um Passivo Contingente. Quando a possibilidade de desembolso de um passivo contingente for:

Provável: a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.

Possível: empresa não contabiliza, mas divulga

Remoto: não contabiliza e nem divulga

Em 2012, os consultores jurídicos consideraram que o risco de perda era remoto. Nesse caso, a empresa não contabiliza e não divulga.

Em 2013, a Justiça determinou que a empresa deve pagar. Com base na decisão da Justiça, a empresa provisiona a perda, diminuindo o resultado:

D – Despesa com ação trabalhista (Resultado)

C – Ações trabalhista a pagar ou Provisão para ações trabalhista (Passivo)

Portanto, a diminuição do resultado ocorre em 2013. Em 2014 (quando do pagamento) haverá apenas fato permutativo, sem afetar o resultado:

D - Ações trabalhista a pagar (passivo)

C –Caixa ou banco (Ativo)

Gabarito C.

21. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014) Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

(A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.

(B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.

(C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.

(D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.

(E) não contabilizar a provisão.

Comentários:

A questão busca conhecimentos do CPC 25 – Provisões, que passamos a explicar.



Segundo a referida norma:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O CPC ainda define o conceito de reestruturação, dizendo:

Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

- (a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou
- (b) a maneira como o negócio é conduzido.

E continua...

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

- (a) venda ou extinção de linha de negócios;
- (b) fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- (c) mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- (d) reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

Portanto, não resta dúvida de que se trata de uma operação de reestruturação. A questão gira agora em torno do reconhecimento ou não uma provisão. Vejamos...

71. Uma provisão para custos de reestruturação deve ser reconhecida somente quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões estabelecidos no item 14. Os itens 72 a 83 demonstram como os critérios gerais de reconhecimento se aplicam às reestruturações.



Portanto, a questão pairaria sobre se a decisão da administração em encerrar as atividades seria uma obrigação presente **não formalizada** com escopo no artigo 14, a, do CPC 25.

Agora, vem o ponto chave para resolução da questão. Com fulcro no que diz o Pronunciamento:

75. Uma decisão de reestruturação da administração ou da diretoria tomada antes da data do balanço não dá origem a uma obrigação não formalizada na data do balanço, a menos que a entidade tenha, antes da data do balanço:

(a) começado a implementação do plano de reestruturação; ou

(b) anunciado as principais características do plano de reestruturação àqueles afetados por ele, de forma suficientemente específica, criando neles expectativa válida de que a entidade fará a reestruturação.

Com efeito, uma vez que a administração da entidade manteve as informações em sigilo, não cabe falar das exceções previstas nos itens a e b do item 75.

Portanto, nenhuma provisão há que ser reconhecida.

Gabarito E.

22. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.
- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

Comentários:

Nesta questão, as “principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.” Existe, portanto, uma obrigação não formalizada, em virtude da comunicação a terceiros.

Vejamos agora o que entra na provisão, conforme o pronunciamento CPC 25:



80. A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- (a) necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- (b) não associados às atividades em andamento da entidade.

81. **A provisão para reestruturação não inclui custos como:**

- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Esses desembolsos relacionam-se com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Assim, não entra na provisão:

- treinamento (podemos descartar a letra D)
- remanejamento da equipe (descartar letra A)
- marketing (descartar letra E)
- investimento em novos sistemas (descartar letra C)
- redes de distribuição

Sobrou só a letra B, que é o gabarito.

Gabarito B.

23. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013) O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é

- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.

Comentários:



Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Segundo o CPC 25, item 31, a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja **praticamente certa**, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Gabarito D.

24. (FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011) Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.
- B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.
- C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

Comentários:

Já vimos na questão anterior esse resumo:

Saída de recurso:

Provável: reconhece (contabiliza) uma provisão e divulga.

Possível: Não contabiliza, mas divulga.

Remota: Não contabiliza e nem divulga.

Portanto, o gabarito é a letra D: Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.

Gabarito D.



25. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010) A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

Comentários:

“A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é **POSSÍVEL**. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima”.

Trata-se, portanto, de saída de recursos “possível”. Logo, deve ser reconhecido um passivo contingente, divulgando o fato em notas explicativas.

Gabarito B.



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – FCC

1. (FCC/Pref. do Jaboatão dos Guararapes/Auditor Fiscal Tributário/2024) O setor jurídico da empresa Abacaxi SA acompanha periodicamente os processos em que a entidade figura como parte. Um desses processos, aberto pela empresa Laranja S.A., originou-se do suposto não cumprimento de cláusulas do contrato comercial estabelecido entre ambas as entidades. A seguir, apresenta-se o histórico do referido processo judicial:

- 10/06/2020: Abertura do processo judicial pela empresa Laranja S.A., que exige uma indenização de R\$ 600.000,00, em virtude das perdas comerciais sofridas. O setor jurídico da Abacaxi S.A. classificou como remota a chance de saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

- 31/03/2023: O juiz responsável pelo processo deu causa ganha à empresa Laranja S.A. . No entanto, o valor da obrigação não pôde ser mensurado com suficiente confiabilidade. Por essa razão, designou-se perito contábil para a realização dos cálculos. O setor jurídico da Abacaxi S.A. passou a considerar passível a saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

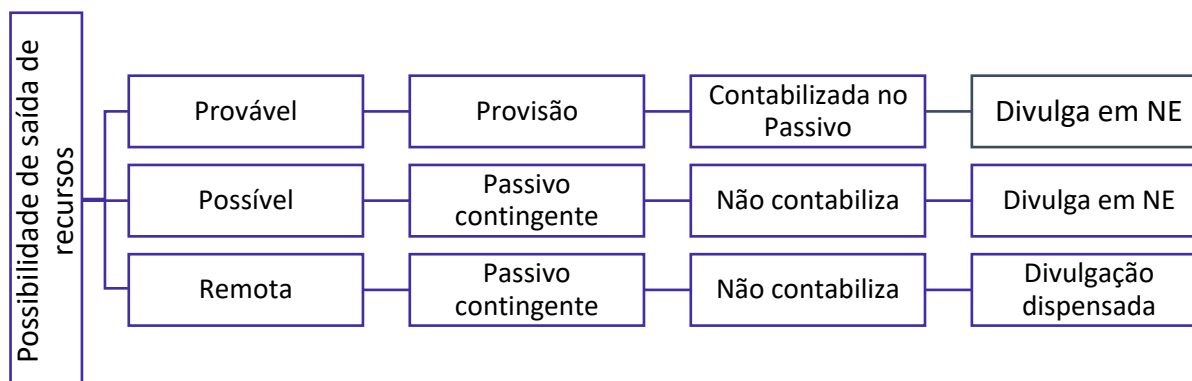
- 26/11/2023: O perito contábil estabeleceu que o valor que deveria ser pago, a título de indenização, à empresa Laranja S.A. era de R\$ 1.156.000,00. Diante disso, o setor jurídico da empresa Abacaxi S.A. passou a classificar o processo como de provável saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

Com base nessas informações, a área contábil da empresa Abacaxi S.A.

- (A) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 26/11/2023, pelo valor de R\$ 1.156.000,00.
- (B) divulgou uma provisão em Notas Explicativas, em 31/03/2023, pelo valor de R\$ 600.000,00, que era a melhor estimativa à época.
- (C) reconheceu um passivo contingente no Balanço Patrimonial, em 26/11/2023, pelo valor de R\$ 1.156.000,00.
- (D) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 31/03/2023, ainda que sem valor definido.
- (E) divulgou um passivo contingente em Notas Explicativas, em 10/06/2020, pelo valor de R\$ 600.000,00.

Comentários:

No tocante a possibilidade de saída de recursos:



Após a avaliação inicial, podem ocorrer mudança na estimativa da probabilidade. Sobre o assunto, o item 59 do CPC 25 ensina que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

O mesmo item, ainda explica que se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Para facilitar, vamos analisar por data:

- 10/06/2020: Abertura do processo judicial pela empresa Laranja S.A., que exige uma indenização de R\$ 600.000.00. em virtude das perdas comerciais sofridas. O setor jurídico da Abacaxi S.A. classificou como remota a chance de saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

Aqui temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas.

- 31/03/2023: O juiz responsável pelo processo deu causa ganha à empresa Laranja S.A. . No entanto, o valor da obrigação não pôde ser mensurado com suficiente confiabilidade. Por essa razão, designou-se perito contábil para a realização dos cálculos. O setor jurídico da Abacaxi S.A. passou a considerar possível a saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

Nesse momento, tal processo enquadra-se na definição de Passivo Contingente prevista na alínea b:

Passivo contingente é:

(a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida porque:**

(i) **não é provável** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.

Resumindo: deixou de ser remota e virou possível. Assim, temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.

- 26/11/2023: O perito contábil estabeleceu que o valor que deveria ser pago, a título de indenização. à empresa Laranja S.A. era de R\$ 1.156.000.00. Diante disso, o setor jurídico da empresa Abacaxi S.A. passou a classificar o processo como de provável saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

Além de atender o requisito tal processo tornou-se provável,

A) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 26/11/2023, pelo valor de R\$ 1.156.000,00.



O item 10 do CPC 25 trouxe algumas definições, entre elas: **Provisão** é um passivo de prazo ou de valor incertos.

No tocante ao reconhecimento, o item 14 impõe três requisitos:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;
- (b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

O pronunciamento exige que todos os critérios sejam satisfeitos: Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável. E esse processo os atendeu nessa data. Esse é o nosso gabarito.

(B) divulgou uma provisão em Notas Explicativas, em 31/03/2023, pelo valor de R\$ 600.000,00, que era a melhor estimativa à época.

Errado, pois nessa data temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos. O qual **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.

(C) reconheceu um passivo contingente no Balanço Patrimonial, em 26/11/2023, pelo valor de R\$ 1.156.000,00.

A entidade **NÃO** deve reconhecer um passivo contingente. Item errado.

(D) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 31/03/2023, ainda que sem valor definido.

Recordamos que o CPC 25 exige três requisitos para reconhecer uma provisão

Provisão reconhecida quando		
Obrigação presente	Estimativa confiável	Provável saída de recurso

Ocorre que nessa data não temos uma estimativa confiável nem uma saída provável. Item errado.

(E) divulgou um passivo contingente em Notas Explicativas, em 10/06/2020, pelo valor de R\$ 600.000,00.

Em 10/06/2020, temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos. Lembramos que ele não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas. Item errado.

Gabarito: A



2. (FCC/MPE AM/Contador/2024) Em dezembro de 20X3, uma tradicional indústria chinesa do segmento automobilístico iniciou suas atividades no Brasil. Para se destacar no mercado nacional e ganhar à confiança de seus clientes, a diretoria da indústria decidiu que, nas vendas de seu primeiro modelo, cujo lançamento está previsto para 20 de janeiro de 20X4, a empresa concederá uma garantia aos seus clientes. Essa garantia abrange consertos - por reparo ou substituição de peças - de defeitos apresentados pelo veículo no prazo de cinco anos a contar da data da venda. A entidade estima que venderá 10.000 unidades de seu novo modelo em 20X4, a um preço unitário de R\$ 80.000,00. Por experiências anteriores com modelos semelhantes, entende-se como provável que os clientes acionem a garantia no prazo concedido. A expectativa para o próximo ano é de que 80% dos veículos não apresentem defeitos, 15% tenham pequenos defeitos, cuja estimativa de gasto para reparação é de R\$ 300.000,00, e que 5% tenham defeitos grandes, cuja estimativa de gasto para reparação é de R\$ 1.000.000,00. Com base apenas nessas informações, a Indústria, em 31/12/20X3,

A não deve reconhecer provisão nem divulgar passivo contingente.

B deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 95.000,00.

C deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 50.000,00 e, adicionalmente, divulgar um passivo contingente em Notas Explicativas no valor de R\$ 45.000,00.

D deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 1.300.000,00.

E deve divulgar um passivo contingente em Notas Explicativas no valor de R\$ 1.300.000,00.

Comentários:

Calma! O lançamento dos veículos está previsto para 20 de janeiro de 20X4. Ocorre que a FCC pediu o tratamento contábil em 31/12/20X3.

Traduzindo:

- 31 de dezembro de 20X3

Tal lançamento é derivado de evento futuro (venda dos veículos em 20/1/20X4), consequentemente não devemos reconhecer provisão nem divulgar passivo contingente.

- 20 de janeiro de 20X4.

As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada **ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas**. O nome para esse método estatístico de estimativa é “**valor esperado**”. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.

O próprio pronunciamento trouxe um exemplo parecido:



Exemplo A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.

O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$.

Nessa data, o valor reconhecido como provisão para garantia será encontrado buscando o valor esperado de gastos com reparos, fica assim:

Reparos de pequenos defeitos = R\$ 300.000,00 x 15% = R\$ 45.000

Reparos de defeitos grandes = R\$ 1.000.000,00 x 5% = R\$ 50.000

Total = 45.000 + 50.000 = R\$ 95.000

Após essa introdução, vamos julgar as alternativas:

A não deve reconhecer provisão nem divulgar passivo contingente.

Em 20X3, a entidade não deve reconhecer nem divulgar provisões. Item certo.

B deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 95.000,00.

Aqui foi pegadinha da banca. Apenas em 20X4 a entidade deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 95.000,00. Item errado.

C deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 50.000,00 e, adicionalmente, divulgar um passivo contingente em Notas Explicativas no valor de R\$ 45.000,00.

Em 20X3, a entidade não deve reconhecer nem divulgar provisões. Item errado.

D deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 1.300.000,00.

Em 20X3, a entidade não deve reconhecer nem divulgar provisões. Item errado.

E deve divulgar um passivo contingente em Notas Explicativas no valor de R\$ 1.300.000,00.

Em 20X3, a entidade não deve reconhecer nem divulgar provisões. Item errado.

Gabarito: A



3. (FCC/TJ BA/Contador/2024. Adaptada) A empresa Bello Colchão identificou, em dezembro de 20X8, os passivos contingentes apresentados a seguir:

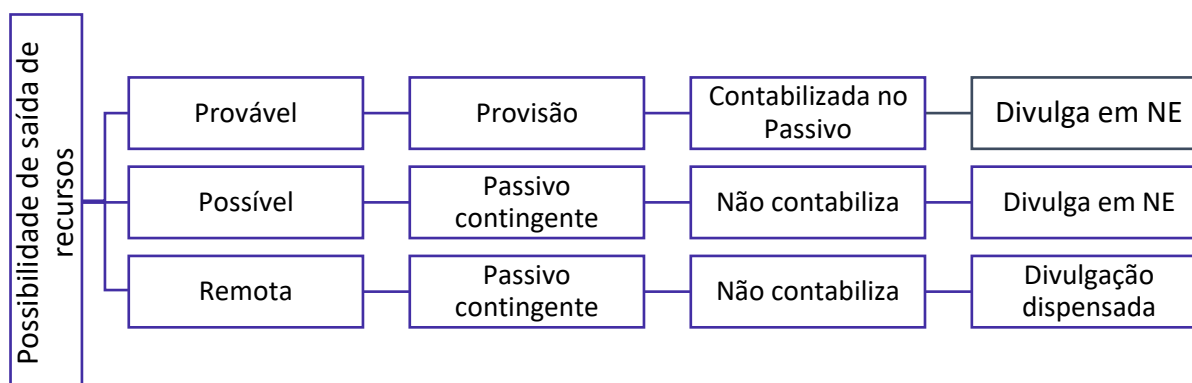
Origem do passivo contingente	Valor estimado (Em R\$)	Classificação dada pela área jurídica
Processos trabalhistas	250.000,00	Provável
Processos tributários	100.000,00	Possível
Processos judiciais	187.000,00	Remoto

Com base nessas informações, a empresa Bello Colchão é requerida a apresentar em seu Balanço Patrimonial de 31/12/20X8 e em suas notas explicativas, respectivamente, passivo contingente no valor, em reais, de

- A 537.000,00 e zero
- B 250.000,00 e 287.000,00
- C 350.000,00 e 187.000,00
- D 250.000,00 e 350.000,00
- E 250.000,00 e zero

Comentários:

No tocante a possibilidade de saída de recursos:



Após essa revisão, vamos analisar o quesito em duas partes:

Parte 1 - Com base nessas informações, a empresa Bello Colchão é requerida a apresentar em seu Balanço Patrimonial de 31/12/20X8 e em suas notas explicativas

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: **Quais são prováveis?**

Filtremos na tabela:



Origem do passivo contingente	Valor estimado (Em R\$)	Classificação dada pela área jurídica
Processos trabalhistas	250.000,00	Provável
Processos tributários	100.000,00	Possível
Processos judiciais	187.000,00	Remoto

Conforme a tabela, o Processos trabalhistas **é o único provável**. Logo, o valor da despesa com Provisão será de **R\$ 250.000**. Neste momento, podemos eliminar as alternativas A e C.

Parte 2 - Com base nessas informações, a empresa Bello Colchão é requerida a apresentar em suas notas explicativas

Agora, precisamos do valor evidenciado em notas explicativas:

Processos trabalhistas: é uma provisão e deve ser divulgada em notas explicativas.

Processos tributários: estamos diante de dois passivos contingentes com “probabilidade possível” de saída de recursos, ele **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.

Processos judiciais: aqui temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas.

Diante do exposto, devemos divulgar em notas explicativas tanto a provisão quanto o passivo contingente possível: R\$ 350.000 (R\$ 250.000 + R\$ 100.000)

Gabarito: D

4. (FCC/COPERGÁS/Economista/2023) A empresa K LW S.A. está respondendo a diversos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. As informações sobre esses processos, em 31/12/X1, são apresentadas a seguir:

Número do Processo	Valor estimado (em reais)	Probabilidade de Perda
1	500.000	Possível
2	120.000	Provável
3	200.000	Provável
4	100.000	Possível
5	250.000	Remota

O valor total que deve ser reconhecido no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/X1 da empresa K LW S.A., exclusivamente em relação aos processos citados é, em reais:

- A Zero.
- B 920.000.
- C 1.170.000.
- D 320.000.
- E 600.000.



Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta:
Quais são prováveis?

Filtremos na tabela:

Número do Processo	Valor estimado (em reais)	Probabilidade de Perda
1	500.000	Possível
2	120.000	Provável
3	200.000	Provável
4	100.000	Possível
5	250.000	Remota

Conforme a tabela, o **Processo 2 e o Processo 3** são os **únicos prováveis**. Logo, o valor da despesa com Provisão será de **R\$ 320.000** (R\$ 120.000 + R\$ 200.000)

Para fins didáticos, analisemos os demais:

- **Processo 1 e 4:** estamos diante de dois passivos contingentes com “probabilidade possível” de saída de recursos, ele **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.
- **Processo 5:** aqui temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas.

Gabarito: D

5. (FCC/TRT-18/Administrativa/Contabilidade/2023) O departamento jurídico da empresa Problemas Gerais S.A. apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- a) 5.600.000,00
- b) 1.720.000,00

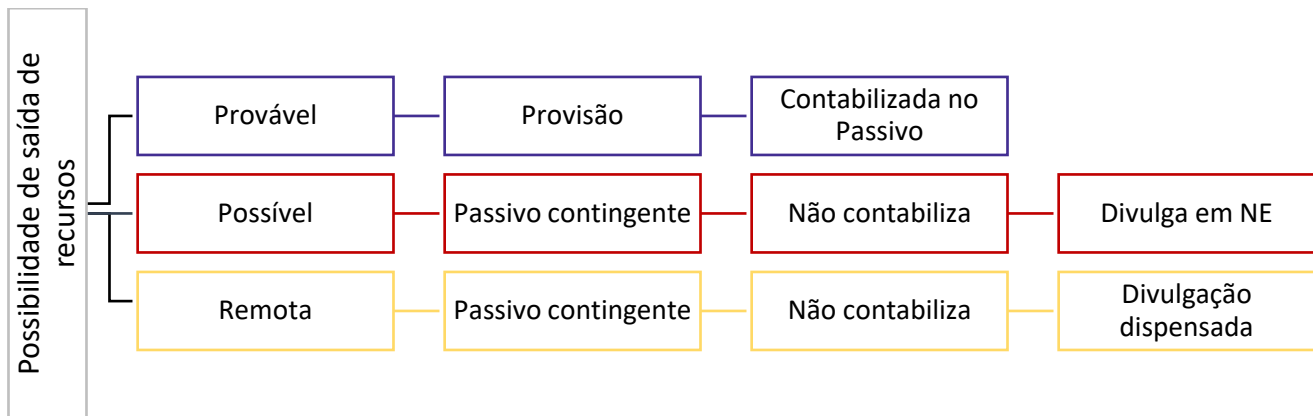


- c) 4.960.000,00
- d) 2.360.000,00
- e) 3.240.000,00

Comentários:

Questão que trata do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, será o saldo que será constituído de Provisões, que são passivos de prazos ou valores incertos:



Analisando os processos apresentados, temos:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável (PROVISÃO)
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível (Passivo Contingente)
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável (PROVISÃO)
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível (Passivo Contingente)
Processo Ambiental	640.000,00	Remota (Passivo Contingente)

Logo, o saldo no passivo referente às provisões será: $1.480.000 + 1.760.000 = \text{R\$ } 3.240.000,00$

Gabarito: E

6. (FCC/SEFAZ- SC/Analista da Receita Estadual/2021) As informações sobre os processos judiciais que uma determinada empresa está respondendo são apresentadas na tabela a seguir:

No do Processo	31/12/2019	31/12/2020	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
1	R\$ 800.000,00	Provável	R\$ 680.000,00
2	R\$ 310.000,00	Possível	R\$ 230.000,00



No do Processo	31/12/2019	31/12/2020	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
3	-	Provável	R\$ 150.000,00
4	-	Remota	R\$ 210.000,00

Com base nas informações acima, o impacto total reconhecido no resultado da empresa no ano de 2020, decorrente destes processos judiciais, foi

- A uma perda de R\$ 150.000,00.
- B um ganho de R\$ 280.000,00.
- C um ganho de R\$ 200.000,00.
- D um ganho de R\$ 120.000,00.
- E uma perda de R\$ 30.000,00.

Comentários:

Vamos analisar cada um dos processos:

Processo I: a perda é provável, mas a estimativa passou de 800.000 para 680.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 120.000.**

Processo II: a perda em 31/12/2020 é possível, logo, é necessário reverter o saldo em 31/12/2019 desse processo. Consequentemente, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 310.000.**

Processo III: a perda é provável, assim sendo, é necessário constituir provisão, **no valor de R\$ 150.000, com uma despesa.**

Processo IV: Classificada como **Remota**, não é contabilizado, nem divulgado em Notas Explicativas.

Efeito no resultado: $120.000 + 310.000 - 150.000 = 280.000$ positivo.

Gabarito: B

7. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Considere os conceitos abaixo:

I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

II. Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço Patrimonial, visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.

III. Provisões, por serem caracterizadas como passivos contingentes, não são reconhecidas em Balanço Patrimonial.



IV. As provisões remotas são reconhecidas no passivo em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

Comentários:

I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

Correto, temos um “Ctrl C + Ctrl V” da definição prevista no pronunciamento contábil nº 25.

II. Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço Patrimonial, visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.

Para facilitar o entendimento, vamos dividi-lo em duas partes:

“Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço [...]”

27. A entidade não deve reconhecer um passivo contingente.

Com base no pronunciamento, a primeira parte está correta.

“[...] visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.”

Ainda, conforme as definições desse pronunciamento:

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será **confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros INCERTOS não totalmente sob controle da entidade**; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:



- (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação **NÃO PODE SER MENSURADO** com suficiente **CONFIABILIDADE**.

A segunda parte também está correta. Consequentemente, item II está correto.

III. Provisões, por serem caracterizadas ~~como passivos contingentes~~, não são reconhecidas em Balanço Patrimonial.

Errado, provisões não são passivos contingentes e são reconhecidas em Balanço Patrimonial.

IV. As provisões ~~remotas são reconhecidas no passivo~~ em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

Errado, os passivos contingentes que podem ser remotos ou possíveis e não são reconhecidos. Eles são apenas divulgados em Notas Explicativas, exceto quando remotos.

Lembramos que as **PROV**isões ocorrem quando a possibilidade de saída de recursos é **PROV**ável. Elas são reconhecidas no passivo em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

Gabarito: B

8. (FCC/SEFAZ BA/Auditor Fiscal/Administração, Finanças e Controle Interno/2019) Em 31/12/2017, uma empresa estava respondendo a dois processos, sendo um relacionado a questionamentos de ex-funcionários e outro a uma autuação efetuada por um órgão de fiscalização tributária. O Balanço Patrimonial da empresa apresentava, nessa data, no grupo do passivo não circulante, a conta Provisões com a composição e o saldo total constantes da tabela a seguir:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 400.000,00
Tributário	R\$ 720.000,00
Saldo total da conta	R\$ 1.120.000,00

Para a realização do Balanço Patrimonial em 31/12/2018 a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2017 e identificou, adicionalmente, dois novos processos judiciais surgidos em 2018. A tabela a seguir apresenta as informações obtidas de uma assessoria jurídica independente sobre os diversos processos a que a empresa responde em 31/12/2018:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado de perda em 31/12/2018
Trabalhista	Provável	R\$ 320.000,00
Tributário	Possível	R\$ 400.000,00
Cível	Possível	R\$ 200.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 160.000,00

Com base nas informações apresentadas, o efeito líquido total causado na Demonstração do Resultado de 2018 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,



- a) Despesa de 1.080.000,00.
- b) Despesa de 480.000,00.
- c) Receita de 40.000,00.
- d) Receita de 800.000,00.
- e) Receita de 640.000,00.

Comentários:

Vimos que apenas são reconhecidas no passivo, apenas as saída de recursos Prováveis. Conseqüentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ainda, reconhecer aquelas que passaram a ser prováveis após a mudança da probabilidade.

Trabalhista Reverte	R\$ 80.000,00
Tributário Reverte	R\$ 720.000,00
<u>Ambiental Constitui</u>	<u>-R\$ 160.000,00</u>
Resultado Receita	R\$ 640.000,00

Outra forma de resolver:

Em 2017, o total da provisão era de \$ 400 + \$ 720 = \$ 1.120.

Em 2018, a provisão passa para \$ 320 + \$ 160 = \$ 480.

Resultado: \$ 1.120 – \$ 480 = \$ 640 (receita, pois a provisão diminui).

Gabarito: E

9. (FCC/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava no passivo o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos valores abaixo.

Processo	Saldo em 31/12/2017
Ambiental	R\$ 300.000,00
Trabalhista	R\$ 540.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições destes dois processos e identificou dois novos processos que surgiram durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre os processos foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 240.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 450.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 270.000,00



Na Demonstração do Resultado de 2018, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi:

- (A) Receita total no valor de R\$ 200.000,00.
- (B) Despesa total no valor de R\$ 70.000,00.
- (C) Despesa total no valor de R\$ 720.000,00.
- (D) Despesa total no valor de R\$ 270.000,00.
- (E) Despesa total no valor de R\$ 520.000,00.

Comentários:

Vamos analisar cada um dos processos:

Ambiental: a perda é provável, mas a estimativa passou de 300.000 para 240.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 60.000**

Trabalhista: a perda é provável, mas a estimativa passou de 540.000 para 400.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 140.000**

Fiscal I: a perda é possível, assim sendo, não é necessário constituir provisão, apenas um passivo contingente.

Fiscal II: a perda é provável, assim sendo, é necessário constituir provisão, **no valor de R\$ 270.000, com uma despesa.**

Efeito no resultado: $60.000 + 140.000 - 270.000 = (70.000)$ negativo.

Gabarito: B

10. (FCC/ISS Manaus/Técnico Fazendário/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava, no passivo, o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2017
Fiscal	R\$ 200.000,00
Trabalhista	R\$ 640.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições desses dois processos e identificou um novo processo que surgiu durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre eles foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Fiscal	Possível	R\$ 250.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 500.000,00
Ambiental (novo)	Possível	R\$ 260.000,00

O valor total evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 correspondente aos diversos processos a que a empresa está respondendo foi, em reais:



- a) 840.000,00.
- b) 500.000,00.
- c) 640.000,00.
- d) 900.000,00.
- e) 1.010.000,00.

Comentários:

É importante recordar que são reconhecidas no passivo, apenas as saídas de recursos Prováveis. Ou seja, as provisões. Conseqüentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ou melhor, revertemos as que se tornarem passivos contingentes (saídas possíveis ou remotas).

Fiscal: a perda em 31/12/2018 é possível, logo, é necessário reverter o saldo em 31/12/2017 desse processo. Conseqüentemente, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 200.000**

Trabalhista: a perda é provável, mas a estimativa passou de 640.000 para 500.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 140.000**

Ambiental (novo): a perda é possível, portanto, não é necessário constituir provisão, apenas um passivo contingente.

O valor total evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018:

Balanço Patrimonial	
Passivo	Saldo em 31/12/2018
Trabalhista	R\$ 500.000,00

Gabarito: B

Atenção: Para responder às duas próximas questões, considere as informações a seguir.

A Cia. Produtos Naturais apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2016 o saldo total de R\$ 470.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2016
Trabalhista 1	R\$ 190.000,00
Ambiental 1	R\$ 280.000,00

No final de 2017, a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2016 e identificou quatro novos processos judiciais surgidos em 2017. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2017, são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de perda em 31/12/2017	Valor estimado de perda em 31/12/2017
Trabalhista 1	Provável	R\$ 210.000,00
Trabalhista 2	Possível	R\$ 150.000,00
Tributário 1	Possível	R\$ 340.000,00



Tributário 2	Provável	R\$ 170.000,00
Cível 1	Provável	R\$ 140.000,00
Ambiental 1	Possível	R\$ 250.000,00

11. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o impacto total causado no Resultado de 2017 da Cia. Produtos Naturais, relacionado às Provisões, foi, em reais,

- (A) 60.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 50.000,00, negativo.
- (D) 520.000,00, negativo.
- (E) 310.000,00, negativo.

Comentário:

A empresa deve provisionar os processos com provável possibilidade de perda. Se a perda for possível, a empresa não contabiliza, mas divulga em nota explicativa. Se a possibilidade de perda for remota, não contabiliza e nem divulga. A provisão anterior era de \$ 190.000 + \$ 280.000 = \$ 470.000.

O valor da nova provisão será o seguinte:

Tipo de processo	Probabilidade de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	210.000
Tributário 2	Provável	170.000
Cível 1	Provável	140.000
Total provisão		520.000

Efeito no Resultado: \$ 520.000 - \$ 470.000 = \$ 50.000, negativo.

Gabarito: C

12. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais de 31/12/2017, foi, em reais,

- A) 550.000,00.
- B) 500.000,00.
- C) 780.000,00.
- D) 530.000,00.
- E) 520.000,00.

Comentário:

O saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais:



Tipo de processo	Probabilidade de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	210.000
Tributário 2	Provável	170.000
Cível 1	Provável	140.000
Total provisão		520.000

Gabarito: E

13. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2016, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2016
Ambiental	R\$ 600.000,00
Trabalhista	R\$ 1.080.000,00

Em 31/12/2017 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2017	Valor estimado em 31/12/2017 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 480.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 800.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 900.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 540.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2017, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- (A) despesa total no valor de R\$ 1.040.000,00.
- (B) receita total no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) despesa total no valor de R\$ 1.440.000,00.
- (D) despesa total no valor de R\$ 140.000,00.
- (E) despesa total no valor de R\$ 540.000,00.

Comentários:

A empresa deve provisionar os processos em que a probabilidade de perda seja provável.

Ambiental	480.000
Trabalhista	800.000
<u>Fiscal II</u>	<u>540.000</u>
Total	1.820.000

A provisão anterior era de $1.080.000 + 600.000 = 1.680.000$

Efeito no resultado = $1.840.000 - 1.680.000 = 140.000$, negativo.



Gabarito: D

14. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) A empresa Novos Problemas S.A. nunca teve problemas com ações de qualquer natureza, mas no ano de 2017 se deparou com alguns processos movidos contra ela. Até o dia 31/12/2017 não ocorreu nenhuma audiência ou julgamento para qualquer dos processos. A assessoria jurídica apresentou para a diretoria da empresa, em 31/12/2017, as informações constantes da tabela a seguir, onde constam a avaliação feita quanto à possibilidade de perda dos diversos processos e os valores prováveis que poderão ser desembolsados pela empresa:

Informações apresentadas em 31/12/2017		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao PIS	18.000.000,00	Possível
Ação Fiscal relativa ao ICMS	12.000.000,00	Remota
Ação por danos ambientais	3.000.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	12.000.000,00	Provável

Sabendo que os valores estimados para as ações são confiáveis e as probabilidades de perda foram avaliadas com critérios adequados, o valor total que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Novos Problemas S.A. é, em reais,

- (A) 17.000.000,00.
- (B) 21.000.000,00.
- (C) 50.000.000,00.
- (D) 38.000.000,00.
- (E) 0,00 (zero).

Comentários:

A empresa deve provisionar as ações nas quais seja provável que ocorre desembolso (possibilidade de perda).

Se a possibilidade de perda for possível, a empresa divulga nas notas explicativas, mas não provisiona. Se a possibilidade de perda for remota, não precisa contabilizar e nem divulgar.

Ações com possibilidade de perda provável:

Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000
<u>Ações trabalhistas</u>	<u>12.000.000</u>
Total da provisão	17.000.000

Gabarito: A



15. (FCC/Analista/DPE AM/2018) O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00

Comentários:

Vamos analisar cada processo:

- Ação Trabalhista:

Saldo Inicial = 300.000, mas foi reavaliado para 250.000 e continua sendo classificada como **Provável** = **reversão de provisão de 50.000 (receita)**.

- Ação Fiscal:

Saldo Inicial = 800.000, mas foi reavaliado para 700.000 e continua sendo classificada como **Provável** = **reversão de provisão de 100.000 (receita)**.

- Ação Ambiental:

Classificada como **Provável**, saldo de R\$ 80.000 = provisão de R\$ 80.000 no período (**despesa**).

- Ação Cível:



Classificada como **Possível**, não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa.

Efeito no resultado = $50.000 + 100.000 - 80.000 =$ aumento de 70.000.

Gabarito: E

16. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Desenrola está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2016, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	400.000	Provável
Fiscal I	220.000	Provável
Cível	100.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2017, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	300.000	Provável
Fiscal I	280.000	Provável
Fiscal II	320.000	Possível
Cível	140.000	Provável
Ambiental	170.000	Remota

Com base nas informações, o impacto no resultado de 2017 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- (A) 100.000,00 negativo.
- (B) 720.000,00 negativo.
- (C) 40.000,00 positivo.
- (D) 320.000,00 negativo.
- (E) 580.000,00 negativo.

Comentários:

- Trabalhista I:

Saldo Inicial = 400.000, mas foi reavaliado para 300.000 e continua sendo classificada como **Provável = reversão de provisão de 100.000 (receita).**

- Fiscal I:

Saldo Inicial = 220.000, mas foi reavaliado para 280.000 e continua sendo classificada como **Provável = despesa de provisão de 60.000.**

- Cível:



Classificada como **Possível**, não era contabilizado, mas foi reclassificado para Provável e com saldo de 140.000. (**Despesa de provisão de 140.000**). Com o saldo anterior não era contabilizado, não há necessidade de reversão ou complementação.

- Fiscal II:

Classificada como **Possível**, não é contabilizado, mas divulgado em Notas Explicativas.

- Ambiental

Classificada como **Remota**, não é contabilizado, nem divulgado em Notas Explicativas.

Efeito no resultado = 100.000 - 60.000 - 140.000 = efeito negativo de 100.000.

Gabarito: A



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/ITAIPU/Contador/2024) Relativamente ao conceito e ao tratamento contábil de provisões, passivos e ativos contingentes, julgue os itens que se seguem.

I Quando, em decorrência de eventos passados, há um ativo possível cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, o reconhecimento em conta de ativo é adequado desde que a entrada de benefícios econômicos seja, a critério da gestão da entidade, praticamente certa.

II Provisão é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, contudo com prazo ou valor incertos.

III Uma obrigação presente, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade é um passivo contingente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

I Quando, em decorrência de eventos passados, há um ativo possível cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, o reconhecimento em conta de ativo é adequado desde que a entrada de benefícios econômicos seja, a critério da gestão da entidade, praticamente certa.

Correto, pessoal, no caso apresentado o ativo NÃO é contingente, logo, poderá ser reconhecido.

II Provisão é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, contudo com prazo ou valor incertos.

Correto, a provisão é, por definição, um passivo de prazo ou valores incertos. E por ser um passivo é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

III Uma obrigação presente, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade é um passivo contingente.



Correto, definição prevista no CPC 25.

Gabarito: E

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito das provisões e passivos e ativos contingentes.

2. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) O nome comercial de determinada entidade, amplamente reconhecido no mercado, vem sendo utilizado de forma indevida por um concorrente. A empresa entrou com ação pedindo que o concorrente pare de utilizar seu nome comercial e a indenize pelas perdas provocadas pelo tempo de uso indevido. Segundo avaliação do departamento jurídico da entidade, a ação tem grande chance de sucesso e o recebimento da indenização é provável. Nessa situação, a entidade reclamante pode registrar o ativo provável, desde que constitua nota explicativa detalhando sua origem.

Comentários:

Questão errada, pessoal e o item tem uma pegadinha. Aqui não é a possibilidade de perda que é provável, o que ensejaria a contabilização de uma provisão.

Na verdade, seria o ganho, a entrada de recursos que é provável, o que representa, para o CPC 25, um ativo contingente.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

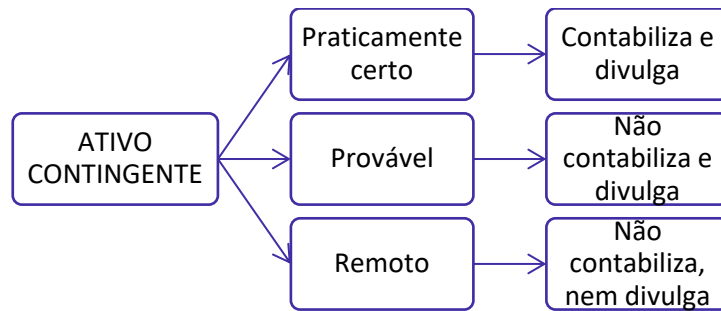
Precisamos saber que ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente. Portanto, item errado.

3. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada empresa comercial possui duas ações judiciais nas quais apela contra o que entende serem cobranças indevidas da receita federal. Para amparar as obrigações presentes nessas ações, foram constituídos depósitos judiciais relativos aos valores questionados. Em relação à primeira ação, os advogados consideram remota a chance de vitória da empresa. A segunda ação tem mais chance de sucesso, sendo possível que a empresa reverta as cobranças indevidas. Nessa situação, a empresa não deve fazer qualquer contabilização relativa a essas duas ações, devendo limitar-se a divulgar uma nota explicativa apenas para a segunda ação.

Comentários:

Vamos apresentar aquele esquema que tem que estar no sangue para questões que tratam de ativos contingentes:





Então vamos analisar as informações.

No primeiro caso, o GANHO da empresa foi classificada como remoto, trata-se de um ativo contingente, não temos que contabilizar nem divulgar.

Agora, no segundo caso, o ganho da empresa foi classificado com possível, assim sendo, temos um ativo contingente que não será contabilizado tampouco divulgado.

O CPC 25, item 34, afirma:

O ativo contingente é divulgado, como exigido pelo item 89, quando for **provável** a entrada de benefícios econômicos

Portanto, o item está errado, pois no segundo caso também não temos que divulgar esse ativo contingente.

4. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada entidade enfrente uma ação trabalhista por pagamento de horas extras e segundo avaliação do departamento jurídico da empresa, essa ação tende a ser vencida pelos funcionários, desfecho usual de situações similares. Nessa situação, a empresa deve provisionar o valor provável da obrigação respectiva, divulgando o fato em suas notas explicativas.

Comentários:

Dado que a ação trabalhista tende a ser vencida pelos funcionários (saída futura de recursos é provável), deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa. O gabarito é certo.

5. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) A obrigação que envolve incerteza sobre o prazo ou valor do desembolso futuro para sua extinção deve ser registrada nas contas de provisão.

Comentários:

Caberia recurso!!! O gabarito da questão apontado pela banca foi correto, visto que, provisão é, por definição, um passivo de prazo ou de valor incertos. Todavia, **não é toda a obrigação que a empresa possui, ainda que com incerteza sobre prazo ou valor, que será reconhecida como provisão.** Por exemplo: um passivo contingente.

Passivo contingente é:



- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Para que haja o reconhecimento de uma provisão, existem critérios de reconhecimento para provisão, previstos no item 14 do CPC 25, a saber:

Provisão 14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. **Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida**

Assim sendo, o item deveria ser considerado como incorreto ou anulado pela banca.

6. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Os passivos contingentes devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, independente de sua natureza ou do fato que lhes deu origem.

Comentários:

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma saída de recursos possível, mas não provável (probabilidade do não é maior que a do sim). Os Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua divulgação será feita tão somente em notas explicativas. E mais, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas. O gabarito é errado.

7. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes —, o procedimento contábil a ser adotado em relação ao reconhecimento contábil de ativos contingentes é

A reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando for provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

B reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando a entrada de benefícios econômicos futuros se tornar praticamente certa, ocasião em que o referido ativo deixa de ser considerado contingente.



C não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial, mas divulgá-lo em notas explicativas quando for possível que esse ativo venha a gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

D reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial sempre que houver alguma possibilidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

E não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial e somente divulgá-lo em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar praticamente certa.

Comentários:

A reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando for provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

D reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial sempre que houver alguma possibilidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle

Errados, os ativos contingentes não são contabilizados e também não são totalmente sob controle da entidade. Conforme o CPC 25:

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

B reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando a entrada de benefícios econômicos futuros se tornar praticamente certa, ocasião em que o referido ativo deixa de ser considerado contingente.

Correto, mais uma vez pedimos que gravem: **ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.** Ou seja, quando for praticamente certo, ele será um ativo e não um ativo contingente, por isso esse benefício deverá ser reconhecido no Balanço patrimonial.

C não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial, mas divulgá-lo em notas explicativas quando for possível que esse ativo venha a gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

Errado, a entidade não contabilizará o ativo contingente e deverá divulgá-lo em notas explicativas quando for **Provável**, mas não praticamente certa.

A pegadinha do item é associar Possível + Notas Explicativas com ativo contingente, assim os candidatos lembrariam do Passivo contingente e errariam.

Tome nota!

Passivo contingente → Possível → Não contabiliza e Divulga em NE

Ativo contingente → Provável → Não contabiliza e Divulga em NE



E não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial e somente divulgá-lo em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar ~~praticamente certa~~.

Errado, os ativos contingentes somente serão divulgados em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar PROVÁVEL.

O gabarito é letra b.

8. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) Caso a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços de um passivo contingente se torne provável,

- a) uma nota explicativa deverá ser divulgada nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- b) esses valores deverão ser registrados em contas de controle nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- c) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o valor necessário para a extinção da obrigação.
- d) uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- e) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o prazo para a extinção da obrigação.

Comentários:

Questão literal do CPC 25:

30. Os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros serão exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, **A PROVISÃO DEVE SER RECONHECIDA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO NO QUAL OCORRE A MUDANÇA NA ESTIMATIVA DA PROBABILIDADE** (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

Encontramos tal afirmação na alternativa D. Agora, vejamos os erros das outras alternativas:

- a) uma nota explicativa ~~deverá ser divulgada~~ nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

O pronunciamento exige uma nota explicativa quando temos um passivo contingente, a menos que sua possibilidade saída de recursos seja remota.

No caso concreto, o quesito afirma que tal possibilidade passou a ser provável, logo não teremos mais um passivo contingente, mas sim uma provisão. Observem que o item 30 desse CPC não faz exigência da divulgação de uma nota explicativa no período de mudança de probabilidade.



b) esses valores deverão ser registrados em ~~contas de controle~~ nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Errado, esses valores deverão ser registrados na conta “Provisão” nas demonstrações contábeis do período.

c) ~~nada deverá ser feito~~, até que haja ~~certeza~~ sobre o valor necessário para a extinção da obrigação.

Errado, falamos que a **Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos**. Assim, o uso de estimativas é uma parte essencial no reconhecimento de uma provisão, já que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço.

d) uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Com base no item 30 do CPC 25, tal alternativa está correta.

e) ~~nada deverá ser feito~~, até que haja ~~certeza~~ sobre o prazo para a extinção da obrigação.

Errado, novamente destacamos: **Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos**. Assim, não será necessário ter certeza, bastando que a possibilidade de saída dos recursos seja provável.

O gabarito é letra d.

9. (CEBRASPE/TJ-AM/Analista Judiciário - Contabilidade/2019) O reconhecimento de provisões no passivo ocorre quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como prováveis, possíveis ou remotas.

Comentários:

Errado, vimos que as **PROVISÕES SOMENTE SERÃO RECONHECIDA** quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como **PROVÁVEIS**

Com relação ao reconhecimento, à avaliação, à mensuração e à escrituração de itens patrimoniais passivos e do patrimônio líquido, julgue o item seguinte.

10. (CEBRASPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Ciências Contábeis/2019) A possibilidade de perda em ação judicial trabalhista, mesmo que mensurada confiavelmente como remota, deve ser reconhecida, por ser resultado de eventos passados e constituir obrigação presente que demandará sacrifício de recursos que possam trazer benefícios econômicos futuros.

Comentários:

Caso a possibilidade de saída de recursos fosse PROVÁVEL, a entidade deveria contabilizar a provisão trabalhista no passivo. No entanto, como o item afirmou que tal possibilidade é remota, a entidade está diante de um passivo contingente remoto, o qual dispensa até mesmo a divulgação em notas explicativas.



Portanto, o quesito está errado.

11. (CEBRASPE/TCM-BA/Auditor Estadual - Controle Externo/2018) Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade de sua ocorrência for

- a) igual a 20%.
- b) superior a 20% e inferior a 30%.
- c) superior a 30% e inferior a 40%.
- d) superior a 40% e inferior a 50%.
- e) superior a 50%.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação.

Uma saída de recursos ou outro evento é considerado como **provável** se o evento for **mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, **se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer**.

Em termos matemáticos, a probabilidade de ocorrer deve ser superior a 50%. O gabarito é letra e.

12. (CEBRASPE/SEFAZ RS/Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Com relação ao tratamento contábil, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve

- a) ser divulgado em notas explicativas.
- b) ser reconhecido no patrimônio líquido, na conta de reservas.
- c) ser reconhecido no passivo, na conta de ajustes de avaliação patrimonial.
- d) não ser reconhecido no balanço patrimonial nem divulgado em notas explicativas.
- e) ser reconhecido no passivo, na conta de provisões.

Comentários:

A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Ou seja, o passivo contingente não é contabilizado. O passivo contingente caracteriza-se por ser uma saída de recursos possível, mas não provável (probabilidade do não é maior que a do sim). Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua divulgação será feita tão somente em notas explicativas. E mais, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas. Portanto, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve ser divulgado em notas explicativas. O gabarito é letra a.



Julgue o item seguinte, com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

13. (CEBRASPE/FUB/Técnico Contabilidade/2018) Os ativos contingentes não devem ser objeto de reconhecimento pela contabilidade.

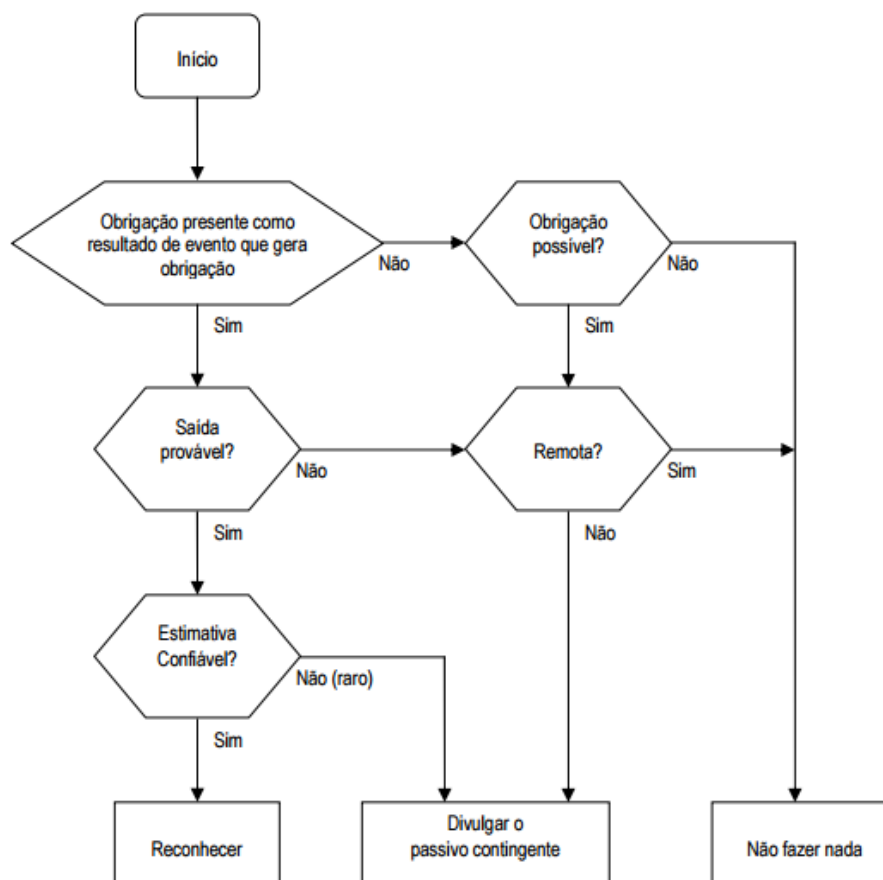
Comentários:

Correto, grave o seguinte: os ativos contingentes não são contabilizados.

14. (CEBRASPE/SEDF/Analista/2017) Um fabricante deve registrar um passivo líquido e certo relativo às garantias de reparo ou troca de seus produtos, dadas aos compradores, se, pela sua experiência passada, for provável — ou seja, mais provável que sim do que não — que algumas garantias serão executadas pelos compradores.

Comentários:

A questão trouxe um exemplo que está no CPC 25. Esse pronunciamento traz um mapa ilustrativo para sabermos se estamos ou não frente a um caso de reconhecimento de provisão. Vejam:



Exemplo 1 – Garantia

Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo. Ou seja, ainda que a possibilidade de um determinado produto quebrar seja pequena, a possibilidade de que alguns quebrarão durante o período da garantia é alta, considerando-se o conjunto de todos os produtos vendidos.

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço.

Portanto, o fabricante não irá reconhecer um passivo Líquido e certo, mas uma **provisão** que é um passivo de valor ou prazo incertos. O gabarito é errado.

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

15. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Na situação apresentada, a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é considerada possível, pois a probabilidade de a saída de recursos ocorrer é superior à de ela não ocorrer.

Comentários:

Mais uma questão retirada de um exemplo previsto no CPC 25:

Exemplo 2 – Terreno contaminado – é praticamente certo que a legislação será aprovada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade



vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

Nesse exemplo, é importante ressaltar que, antes da aprovação da legislação requerendo a limpeza, havia um passivo contingente, o qual não era reconhecido contabilmente (não era contabilizado)

A mudança da legislação, exigindo a limpeza, transforma o passivo contingente em provisão, a qual deve ser reconhecida pela melhor estimativa.

No exemplo apresentado na questão, o evento que gera a obrigação é poluição ambiental das áreas impactadas é praticamente certo que a legislação obrigue a limpeza.

A saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação é **provável** e não possível, como afirmou a questão.

Diante do exposto, a empresa DEVE reconhecer uma provisão. O gabarito é errado.

16. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

Comentários:

Conforme previsão do CPC 25:

45. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão deve ser o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação.

46. Em virtude do valor do dinheiro no tempo, as provisões relacionadas com saídas de caixa que surgem logo após a data do balanço são mais onerosas do que aquelas em que as saídas de caixa de mesmo valor surgem mais tarde. Em função disso, as provisões são descontadas, **quando o efeito é material.**

Assim sendo, se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade. O gabarito é certo.



17. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No término do exercício social em curso, a empresa deverá reconhecer um passivo contingente.

Comentários:

Errado, como a saída de recursos para a limpeza das áreas poluídas é provável, a empresa deverá reconhecer uma **provisão** e não um passivo contingente;

18. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

Comentários:

O CPC 25 define que **evento que cria obrigação** é um evento que cria uma obrigação **legal ou não formalizada** que faça com que a entidade **não tenha nenhuma alternativa** realista senão **liquidar** essa obrigação.

Por sua vez, Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

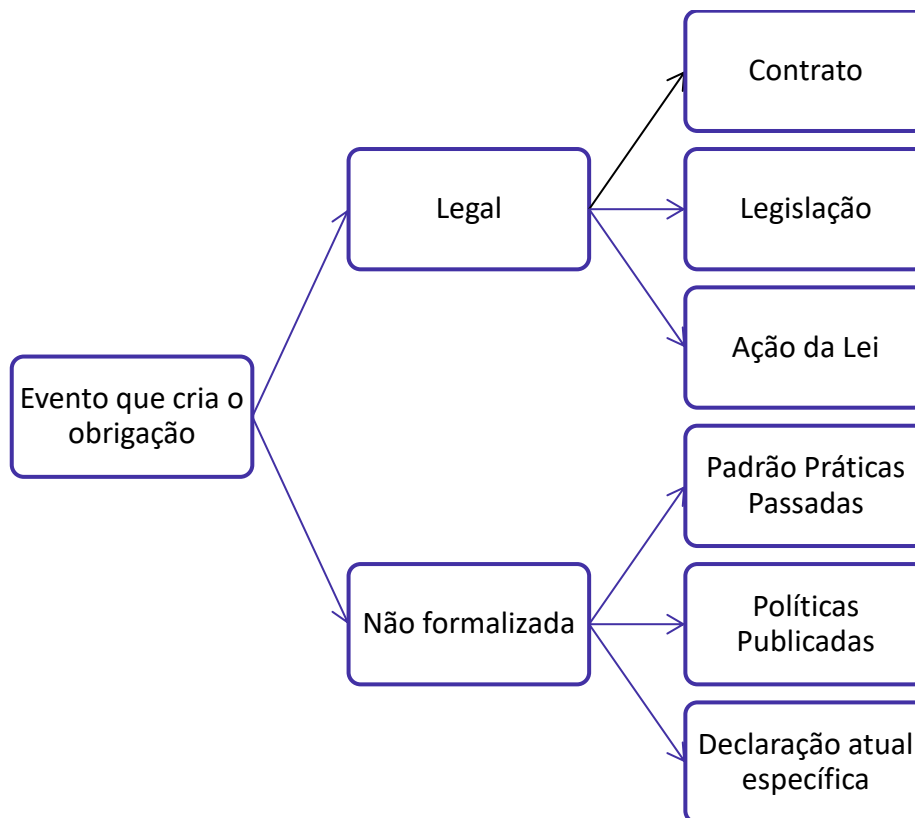
- (a) **contrato** (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) **legislação**; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de **declaração atual suficientemente específica**, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Esquematisando essas definições temos:





Na nossa questão, a empresa apresentou publicamente uma declaração que independentemente da aprovação da lei antipoluição, ela aceitará publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, portanto, trata-se de um evento que cria a obrigação para empresa.

Vejamos ainda o que diz o CPC 25:

21. Um evento que não gera imediatamente uma obrigação pode gerá-la em data posterior, por força de alterações na lei ou porque um ato da entidade (por exemplo, uma declaração pública suficientemente específica) dá origem a uma obrigação não formalizada. Por exemplo, quando forem causados danos ambientais, pode não haver obrigação para remediar as consequências. Porém, o fato de ter havido o dano torna-se um evento que cria obrigações quando uma nova lei exige que o dano existente seja retificado ou quando a entidade publicamente aceita a responsabilidade pela retificação de modo a criar uma obrigação não formalizada.

O gabarito é certo.

19. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Caso a empresa tenha direito ao reembolso, por terceiro, do total a ser desembolsado para reparação da área poluída, esse direito a reembolso deverá ser registrado em uma conta retificadora de passivo.

Comentários:

Está previsto no CPC 25:



Quando se espera que algum ou todos os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido quando, **e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido** se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como **ativo separado**. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão.

Portanto, afirmar que esse direito a reembolso será classificada como retificadora do passivo está errado. A classificação correta é no Ativo. Seria o caso de contratos de seguro, cláusulas de indenização ou garantias de fornecedores. O gabarito é errado.

Em outubro de 2010, uma empresa acionou judicialmente seu principal fornecedor de matérias-primas reivindicando um direito. Até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse provável uma entrada de benefícios econômicos. No final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão judicial a favor da empresa, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item, acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

20. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No final de 2015, a empresa teve de reconhecer, em suas demonstrações contábeis, o ativo e os ganhos decorrentes da decisão judicial proferida a seu favor.

Comentários:

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.**

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Ativo Contingente: A entrada de benefícios econômicos é:

- 1) **Praticamente certa: Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.**
- 2) **Provável**, mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) **A entrada não é provável** (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.



Esquematizemos:

Quadro comparativo – Passivo contingente e Ativo contingente

Passivo Contingente	AÇÃO	Ativo Contingente
Provável	Contabiliza e divulga	Praticamente certo
Possível	Não contabiliza, mas divulga	Provável
Remoto	Não contabiliza e nem divulga	Possível / Remoto

A questão fala que no final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão **judicial a favor da empresa**, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016. Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo. O gabarito é certo.

21. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No período de 2010 a 2014, a empresa teve a obrigação de divulgar, nas datas de cada balanço, informações acerca da natureza dos ativos contingentes e, quando praticáveis, as estimativas dos efeitos financeiros dos referidos ativos.

Comentários:

A questão afirma que até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse **provável** uma entrada de benefícios econômicos. Conforme previsão do CPC 25, temos um Ativo Contingente que não será contabilizado, mas divulgado em notas explicativas. O gabarito é certo.

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

22. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016) O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

Comentários:

Item errado, pois como a empresa já foi multada, ela já possui uma obrigação presente, portanto, reconhecemos um Passivo e não uma Provisão.

23. (CEBRASPE/TCE-PR/Analista de Controle – Contábil/2016) Em 2015, a Cia. Alfa foi autuada pelo não recolhimento de R\$ 3.000.000, referentes a determinado imposto. Em 31/12/2015, foi reconhecida contabilmente uma provisão de apenas R\$ 1.500.000, por sugestão do setor jurídico da companhia. Simultaneamente, a Cia. Alfa impetrou recurso junto ao órgão fiscal. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000. A companhia optou por não recorrer dessa decisão. Em seguida, em 18/3/2016, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015.



Nesse caso hipotético, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Cia. Alfa consiste em reconhecer, nas demonstrações contábeis

- a) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- b) de 2016, uma provisão de R\$ 1.500.000.
- c) do ano em que ocorrer o efetivo recolhimento, uma despesa tributária de R\$ 2.000.000.
- d) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 500.000.
- e) de 2016, uma provisão de R\$ 500.000.

Comentários:

Questão bem interessante e vejamos o que diz o CPC 25:

16. Em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente. Em casos raros – como em um **processo judicial**, por exemplo –, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve **determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos.**

A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos **após a data do balanço**. Com base em tal evidência:

(a) **quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão** (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e

(b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos (ver item 86).

Além disso, temos um exemplo trazido pela norma, veja:

Exemplo 10A – Caso judicial

Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade **não será responsabilizada**.

Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é **provável** que a entidade será responsabilizada.



(a) Em 31 de dezembro de 20X0

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, **não há obrigação como resultado de eventos passados**.

Conclusão – **Nenhuma provisão é reconhecida** (ver itens 15 e 16). A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota (item 86).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado na evidência disponível, **há uma obrigação presente**. Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – **Provável**.

Conclusão – **Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação** (itens 14 a 16).

Percebam que esse exemplo se aplica à nossa questão. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000, isto é, existe uma obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação. Portanto, em relação às demonstrações contábeis de 2015, a empresa já tinha uma provisão contabilizada de R\$ 1.500.000, cabendo a ela reconhecer uma provisão complementar de R\$ 500.000. O gabarito é letra d.

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue o item subsequente.

24. (CEBRASPE/DPU/Contador/2016) Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

Comentários:

Vejamos o que está previsto no CPC 25:

24. Quando há várias obrigações semelhantes (por exemplo, **garantias sobre produtos** ou contratos semelhantes), a avaliação da probabilidade de que uma saída de recursos será exigida na liquidação deverá considerar o tipo de obrigação como um todo.

Embora possa ser pequena a probabilidade de uma saída de recursos para qualquer item isoladamente, pode ser **provável que alguma saída de recursos** ocorra para o tipo de obrigação. **Se esse for o caso, uma provisão é reconhecida** (se os outros critérios para reconhecimento forem atendidos).



Contabilização:

D – Despesa (resultado)	100.000
C – Provisão (passivo)	100.000

O gabarito é certo.

Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

25. (CEBRASPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015) O ativo contingente não deve ser reconhecido no balanço patrimonial da entidade, pois, entre outros motivos, não é um evento totalmente sob o controle da empresa.

Comentários:

Segundo o CPC 25, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto. Os ativos contingentes **não são reconhecidos** nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O gabarito é certo.

Com relação ao tratamento contábil de itens patrimoniais, julgue o item a seguir.

26. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O tempo é um fator que diferencia provisões para contingências de reservas para contingências: as primeiras referem-se a eventos passados, e as últimas, a futuros.

Comentários:

Vamos recorrer ao seguinte esquema:

Reserva para contingência	Provisões para contingências
Compensação de perda em exercício futuro	Cobertura de perda em que já houve fato gerador
Segrega no PL parcela de lucros que poderia ir para dividendos	Constituída independente do lucro ou prejuízo do exercício
É revertida para lucros acumulados (ocorrendo ou não o evento), integrando BC dos dividendos	Não há reversão de valores, em regra.
Conta do PL, reserva de lucros. Não afeta resultado	Conta do passivo e contrapartida em despesa no resultado.
Exemplos: geadas, inundações, secas, empresas que operam com períodos altamente lucrativos e depois com baixa lucratividade	Exemplos: indenizações contratuais, contingências fiscais, trabalhistas



O gabarito é certo.

Julgue o item subsequente, relativo aos procedimentos contábeis de mensuração de ativos e passivos que devem ser efetuados pela UnB.

27. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Comentários:

Item correto. O uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade. Isso é especialmente verdadeiro no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço. Exceto em casos extremamente raros, a entidade é capaz de determinar um conjunto de desfechos possíveis e, dessa forma, fazer uma estimativa da obrigação que seja suficientemente confiável para ser usada no reconhecimento da provisão. Nos casos extremamente raros em que **nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo é divulgado como passivo contingente.**

28. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A empresa X está sendo acusada pela concorrente Y de prática desleal, por combinar preços com as demais concorrentes. A empresa Y pede judicialmente uma indenização de R\$ 1 milhão. Nessa situação, a empresa X deve reconhecer uma obrigação no passivo, pelo valor requerido, mesmo que seja remota a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Comentários:

Item **errado**, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, a empresa não reconhece um passivo contingente e está dispensada de divulgação em notas explicativas.

Uma companhia aberta que fabrica aparelhos celulares vende o seu produto oferecendo garantia ao cliente no momento da venda. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda. A experiência passada revela que é provável que haja reclamações dentro do período de cobertura da garantia. O fabricante tem condições de fazer uma estimativa confiável do valor com o qual terá que arcar em caso de danos nos aparelhos.

Com base na situação hipotética apresentada e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue.

29. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) A restrição, nesse caso, para o reconhecimento contábil de uma provisão está relacionada à inexistência de uma obrigação presente.

Comentários:



Item errado, pois estamos diante de um evento que cria obrigação para a empresa. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda.

30. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) O fabricante está diante de uma situação que configura a existência de um passivo contingente. Nesse caso, o procedimento contábil apropriado é a divulgação desse passivo contingente em notas explicativas.

Comentários:

Item errado, de acordo com a previsão do CPC 25, quando há várias obrigações semelhantes (por exemplo, **garantias sobre produtos** ou contratos semelhantes), a avaliação da probabilidade de que uma saída de recursos será exigida na liquidação deverá considerar o tipo de obrigação como um todo.

Embora possa ser pequena a probabilidade de uma saída de recursos para qualquer item isoladamente, pode ser **provável que alguma saída de recursos** ocorra para o tipo de obrigação. **Se esse for o caso, uma provisão é reconhecida** (se os outros critérios para reconhecimento forem atendidos) e não um passivo contingente.

31. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza.

Comentários:

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos. O gabarito é certo.

32. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro.

Comentários:

Segundo o CPC 25, os passivos contingentes **não são reconhecidos e registrados.**

Diferenças entre provisões e passivos contingentes:

(a) **provisões** – que **são reconhecidas como passivo** (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;

(b) **passivos contingentes** – que **não são reconhecidos como passivo** porque são:



(i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou

(ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Portanto, grave-se esta diferença essencial: **as provisões são contabilizadas, os passivos contingentes não!** O gabarito é errado.

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

33. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Uma empresa, após ter apurado lucro de R\$ 100.000,00, destinou um terço desse valor para contingências futuras. Nessa situação, a empresa contabilizará, no mesmo exercício, R\$ 30.000,00 a crédito de uma conta de provisão para contingências.

Comentários:

Errado, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de **reserva** com a finalidade de compensar, em **exercício futuro**, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado (LSA, art. 195).

As **reservas de contingências**, especificamente, objetivam salvaguardar o capital social, de modo que se posteriormente algo acontecer, decorrente de perda julgada provável cujo valor possa ser estimado, a companhia esteja preparada.

O item erra, pois a empresa não deve constituir uma provisão, mas uma reserva para contingências.

Julgue o item que se segue, acerca da utilização das técnicas contábeis no registro e controle do patrimônio das entidades.

34. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Se as circunstâncias justificarem, as provisões devem ser constituídas ainda que a entidade correspondente esteja operando com prejuízo.

Comentários:

Provisões são passivos de prazo ou valor incertos e a sua constituição independem da situação econômica da empresa. O gabarito é certo.



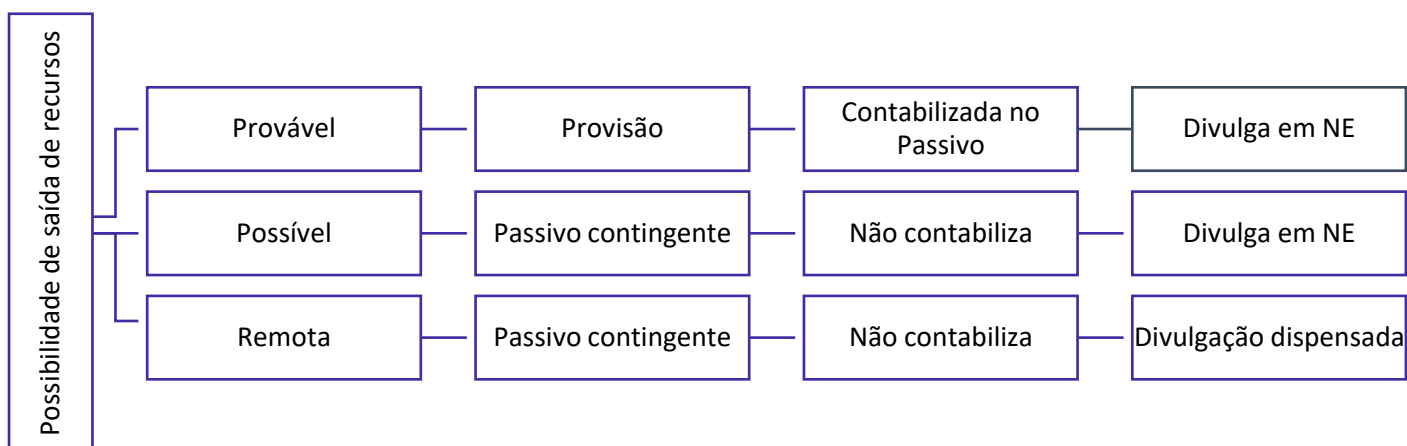
QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – MULTIBANCAS

1. (FUNDATEC/Pref. Jari/Contador/2024) Em um processo trabalhista em que, na avaliação do advogado, a probabilidade de perda é possível, assinale a alternativa que evidencia o correto procedimento contábil.

- A Provisão contábil de 50% do valor da causa, tendo em vista a classificação intermediária.
- B Provisão contábil de 100% do valor da causa, pois a partir da classificação “possível”, já é obrigatório esse registro.
- C Não é necessário provisionamento contábil, somente a menção em notas explicativas.
- D Não é necessário o provisionamento contábil, uma vez que a entrega do parecer do advogado isenta o contador de tal registro, inclusive da menção em notas explicativas.
- E Provisão contábil do valor pleiteado pela parte autora e menção em notas explicativas.

Comentários:

Quando a possibilidade de saída de recursos:



Observa-se que tal processo foi classificado como possível. Consequentemente, temos um passivo contingente.

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua divulgação será feita tão somente em notas explicativas. E mais, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas.

Gabarito: C.

2. (FUNDATEC/Pref. Criciúma/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2024) Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação:



I. Fechamento de locais de negócios de um país ou região ou realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro(a).

II. Mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência.

III. Venda ou extinção de linha de negócios.

Quais estão corretas?

A Apenas I.

B Apenas II.

C Apenas III.

D Apenas I e II.

E I, II e III.

Comentários:

O item 10 do CPC 25, define Reestruturação como um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou a maneira como o negócio é conduzido.

Ressaltamos que a decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.

A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes**. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

No tocante aos exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação, o CPC 25 cita os seguintes:

- venda ou extinção de linha de negócios;
- fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade

Após essa introdução, vamos julgar os itens:

I. Fechamento de locais de negócios de um país ou região ou realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro(a).

Certo, isso é previsto na alínea c do item 70:



Reestruturação

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

(b) fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;

II. Mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência.

Certo, isso é previsto na alínea c do item 70:

Reestruturação

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

(c) mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e

III. Venda ou extinção de linha de negócios.

Certo, consoante a alínea a do item 70:

Reestruturação

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

(a) venda ou extinção de linha de negócios;

Diante do exposto, estão corretos: I, II e III.

Gabarito: E.

3. (INSTITUTO AOCP/UFS/TÉCNICO CONTABILIDADE/2024) A empresa KGU está respondendo a diversos processos. Ao elaborar o Balanço Patrimonial, referente ao período de 31/12/X1, o jurídico da empresa realizou a análise de cada um desses processos e apresentou as seguintes probabilidades de perda para cada caso e estimativa de desembolso:

Tipo de Processo	Estimativa de desembolso	Probabilidade de perda
Processo Fiscal	R\$ 100.000	Provável
Processo Trabalhista	R\$ 200.000	Possível
Processo Ambiental	R\$ 150.000	Provável
Processo Cível	R\$ 250.000	Remota

Considerando as informações apresentadas, assinale a alternativa que mostra corretamente o valor a ser apresentado como provisão, no passivo, em 31/12/X1.



- A R\$ 100.000.
- B R\$ 450.000.
- C R\$ 700.000.
- D R\$ 200.000.
- E R\$ 250.000.

Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta:
Quais são prováveis?

Filtremos na tabela:

Tipo de Processo	Estimativa de desembolso	Probabilidade de perda
Processo Fiscal	R\$ 100.000	Provável
Processo Trabalhista	R\$ 200.000	Possível
Processo Ambiental	R\$ 150.000	Provável
Processo Cível	R\$ 250.000	Remota

Conforme a tabela, o **Processo Fiscal e o Processo Ambiental são os únicos prováveis**. Logo, o valor da despesa com Provisão será de **R\$ 250.000** (R\$ 100.000 + R\$ 150.000)

Para fins didáticos, analisemos os demais:

- **Processo Trabalhista:** a perda é possível, assim sendo, não é necessário constituir provisão, apenas um passivo contingente.
- **Processo Cível:** a perda é remota, assim sendo, não reconhece um passivo contingente e está dispensada de divulgação em notas explicativas.

Gabarito: E

4. (Instituto AOCP/SEAP PR/Contador/2024) Durante o exercício financeiro de 2023, a Construtora Futura S.A. enfrentou um cenário desafiador devido a atrasos significativos em um de seus principais projetos de construção.

Em dezembro de 2023, a empresa foi notificada por um cliente sobre uma possível ação judicial, exigindo compensação pelos atrasos. A equipe jurídica da Construtora Futura avaliou que a ação judicial tem uma probabilidade de perda baixa, sendo um cenário possível, mas que não é provável. A equipe jurídica estimou que, em caso de perda, a empresa terá que pagar uma indenização de R\$ 1.500.000.

Considerando o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a Lei no 6.404/1976, qual é a abordagem contábil mais adequada para a Construtora Futura S.A. ao final do exercício de 2023?

A Reconhecer uma provisão no valor de R\$ 1.500.000, já que há uma possibilidade de perda na ação judicial.



B Não fazer nenhum registro contábil, mas divulgar a possível ação judicial e a estimativa de perda nas notas explicativas.

C Registrar um passivo contingente no balanço patrimonial, refletindo a incerteza do desfecho da ação judicial.

D Reconhecer um ativo contingente, pois a ação ainda não foi formalmente iniciada e o desfecho é incerto.

E Registrar o valor de R\$ 1.500.000 como despesa operacional, antecipando uma possível perda no futuro.

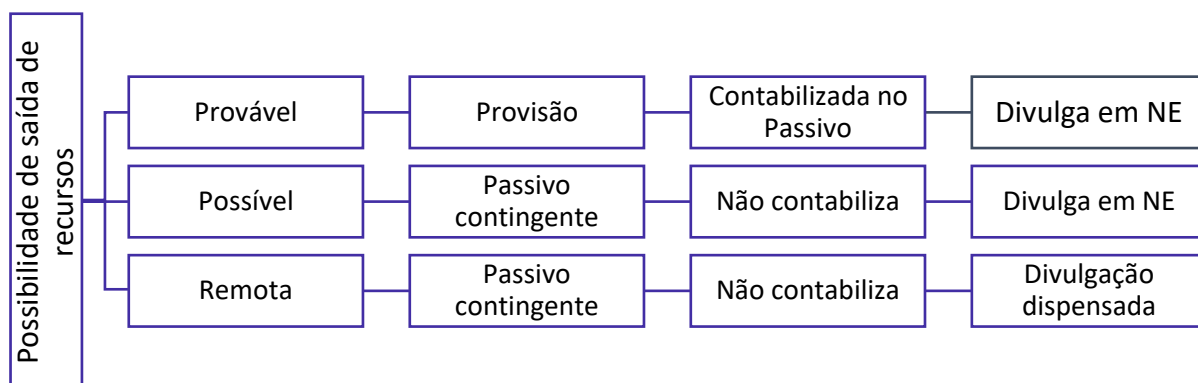
Comentários:

Para facilitar a visualização, montemos uma tabela:

Tipo de Processo	Estimativa de desembolso	Probabilidade de perda
Processo Cível	R\$ 1.500.000	Possível

Consoante o CPC 25, só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**. Neste momento, devemos fazer a seguinte pergunta: **É provável?**

- Não! Professor, e agora? Vamos recorrer ao nosso esquema:



Como ele é possível, então teremos um passivo contingente e apenas devemos divulgar nas notas explicativas.

Após essa introdução, vamos julgar as alternativas:

A Reconhecer uma provisão no valor de R\$ 1.500.000, já que há uma possibilidade de perda na ação judicial.

Na verdade, estamos diante de um passivo contingente. E com base no CPC 25, a entidade **não deve reconhecer um passivo contingente**. Item errado.

B Não fazer nenhum registro contábil, mas divulgar a possível ação judicial e a estimativa de perda nas notas explicativas.

Como a possibilidade de saída de recursos é possível, temos um passivo contingente possível. Tal possibilidade exige apenas a divulgação em notas explicativas. Esse é o nosso gabarito.



C Registrar um passivo contingente no balanço patrimonial, refletindo a incerteza do desfecho da ação judicial.

Consoante o CPC 25, a entidade **não deve reconhecer um passivo contingente**. Item errado.

D Reconhecer um ativo contingente, pois a ação ainda não foi formalmente iniciada e o desfecho é incerto.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Não é o caso da questão, aqui a entidade está sofrendo o processo e se analisa a possibilidade de SAÍDA de recursos. Item errado.

E Registrar o valor de R\$ 1.500.000 como despesa operacional, antecipando uma possível perda no futuro.

O CPC 00 define despesa como reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Não é o caso da questão, aqui temos um passivo contingente que não é contabilizado. Item errado.

Gabarito: B.

5. (Instituto AOC/TRF 2ª Região/Analista Judiciário/Contabilidade/2024) De acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25 (CPC 25), a respeito dos ativos contingentes, é INCORRETO afirmar que

A resultam de eventos passados.

B não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

C surgem, geralmente, de eventos não planejados ou inesperados.

D são avaliados periodicamente para assegurar que as informações nas demonstrações contábeis estejam atualizadas.

E devem ser registrados nas demonstrações contábeis apenas quando a entrada de recursos for provável.

Comentários:

Fique Atento! O quesito quer a alternativa **INCORRETA**.

O item 10 do CPC 25 trouxe algumas definições, entre elas: **Ativo contingente** é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos não totalmente sob controle** da entidade.

Após essa introdução, vamos analisar as alternativas:

A resultam de eventos passados.



Isso mesmo, eles são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Item certo.

B não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

Aqui a banca acabou explorando a literalidade do item 33 dessa norma:

Os ativos contingentes **não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.** Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Item certo.

C surgem, geralmente, de eventos não planejados ou inesperados.

O item 32 desse pronunciamento ensina que os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Ainda, trouxe o seguinte exemplo: uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto. Item certo.

D são avaliados periodicamente para assegurar que as informações nas demonstrações contábeis estejam atualizadas.

O item 35 dessa norma contábil destaca que os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Item certo.

E devem ser registrados nas demonstrações contábeis apenas quando a entrada de recursos for provável.

Cuidado! Para os ativos o CPC 25 é mais cuidadoso e exige o “praticamente certo”.

Parafraseando o item 35: O ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa para praticamente certo.

Item incorreto.

Para finalizar, o resumo:

Provisões → Contabiliza e divulga quando forem PROVÁVEIS

Passivo Contingente → Não Contabiliza e apenas divulga quando for possível.

Ativo Normal → Contabiliza e divulga quando forem Praticamente Certos.



Ativo Contingente → Não Contabiliza e apenas divulga quando for provável.

Gabarito: E.

6. (Instituto AOC/TRF 2ª Região/Técnico Judiciário/Contabilidade/2024) Uma entidade apresentou cinco processos independentes, cada um sobre um assunto diferente, sendo que em cada um deles há chances de que indenizações sejam reclamadas em desfavor da entidade. Cada um desses processos tramitava em varas judiciárias distintas.

A probabilidade de desembolsos futuros está detalhada na tabela a seguir.

Processos	Desembolso	Probabilidade de ocorrência
1	R\$ 75.000	10%
2	R\$ 50.000	60%
3	R\$ 12.000	15%
4	R\$ 96.000	55%
5	R\$ 51.000	90%

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que indica corretamente o valor a ser reconhecido como provisão no balanço patrimonial da entidade.

- A R\$ 51.000.
- B R\$ 101.000.
- C R\$ 146.000.
- D R\$ 197.000.
- E R\$ 284.000.

Comentários:

Destaquemos as características-chaves: processos independentes + há chances de perda (não avisa se já são prováveis ou não) + varas judiciárias distintas.

Nesse tipo vamos **reconhecer como provisão aqueles com probabilidade maior que 50%.**

Filtremos:

Processos	Desembolso	Probabilidade de ocorrência
1	R\$ 75.000	10%
2	R\$ 50.000	60%
3	R\$ 12.000	15%
4	R\$ 96.000	55%
5	R\$ 51.000	90%

Conforme a tabela, o **Processos 2,4 e 5 são os únicos prováveis**. Logo, o valor da despesa com Provisão será de **R\$ 197.000** (R\$ 50.000 + R\$ 96.000 + R\$ 51.000)

Gabarito: D.



7. (INSTITUTO VERBENA/PREF. CIDADE OCIDENTAL-GO/TÉCNICO EM CONTABILIDADE/2023) As informações sobre os processos judiciais, com estimativa confiável, que uma determinada empresa está respondendo são apresentadas na tabela a seguir.

Nº do processo	31/12/2021		31/12/2022	
	R\$ Estimativa	Probabilidade de perda	R\$ Nova estimativa	Probabilidade de perda
1	600.000,00	Provável	800.000,00	Provável
2	350.000,00	Provável	200.000,00	Possível
3	900.000,00	Possível	700.000,00	Remota
4	400.000,00	Possível	1.050.000,00	Provável

Com base nas informações da Tabela e considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o impacto total reconhecido no resultado da empresa no ano de 2022, decorrente destes processos judiciais, foi de

A reversão de despesa de R\$ 350.000,00.

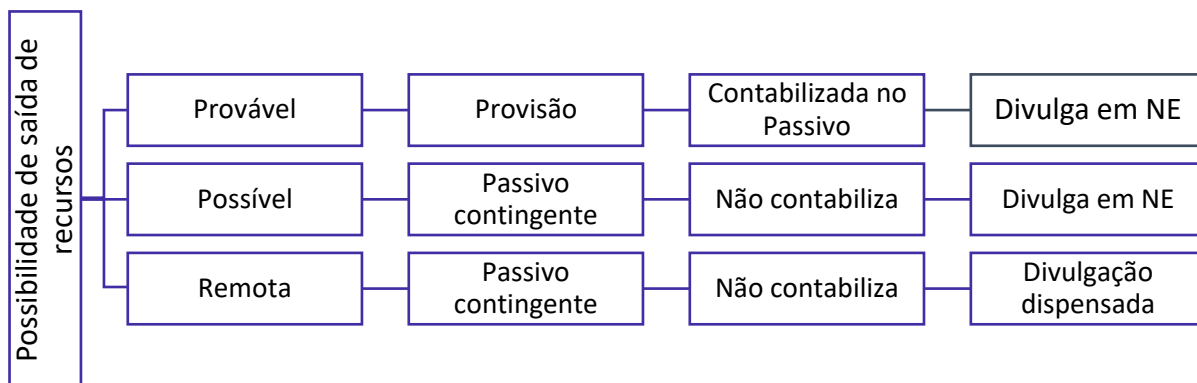
B aumento de despesa de R\$ 500.000,00.

C reversão de despesa de R\$ 600.000,00.

D aumento de despesa de R\$ 900.000,00.

Comentários:

No tocante a possibilidade de saída de recursos:



Após a avaliação inicial, podem ocorrer mudança na estimativa da probabilidade. Sobre o assunto, o item 59 do CPC 25 ensina que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

O mesmo item, ainda explica que se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Para facilitar a visualização vamos demonstrar as suas respectivas situações conforme o ano:

- **Situação em 2021**



Processo Nº 1 = R\$ 600.000,00 = Provável

Processo Nº 2 = R\$ 350.000,00 = Provável

Processo Nº 3 = R\$ 900.000,00 = Possível

Processo Nº 4 = R\$ 400.000,00 = Possível

- **Situação em 2022**

Processo Nº 1 = R\$ 800.000,00 = Provável

Processo Nº 2 = R\$ 200.000,00 = Possível

Processo Nº 3 = R\$ 700.000,00 = Remota

Processo Nº 4 = R\$ 1.050.000,00 = Provável

Análise:

- Processo Nº 1 = continuou como provável, mas a estimativa passou de 600.000 para 800.000, assim, temos uma **despesa com provisão de 200.000**.
- Processo Nº 2 = deixou de ser provável e virou possível. Assim, temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas. Como ela tinha saldo anterior, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 350.000**.
- Processo Nº 3 = deixou de ser possível e virou remota. **Aqui temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas.**
- Processo Nº 4 = tornou-se provável, assim, temos **uma despesa com provisão de 1.050.000**.

Efeito no resultado: $-200.000 + 350.000 - 1.050.000 = 900.000$ negativos (Aumento de despesa)

Gabarito: D.

- 8. (Instituto ACCESS/UFAP/ Técnico Contabilidade/2024) Uma empresa aérea foi acionada na justiça por um grupo de clientes que solicitaram comida vegetariana em uma viagem internacional e não tiveram o seu pedido atendido. O grupo solicita recebimento de R\$20.000. Os advogados da empresa consideram a perda na justiça provável.**

Assinale a alternativa que indique corretamente os lançamentos contábeis relacionados a esse fato.

A D- Despesa de Contingências C- Reserva de Contingências R\$20.000 R\$20.000

B D- Despesa de Contingências C- Provisão para Contingências R\$20.000 R\$20.000

C D- Despesa de Contingências C- Disponibilidades R\$20.000 R\$20.000

D D- Ativo Contingente C- Provisão para Contingências R\$20.000 R\$20.000

E D- Ativo Contingente C- Reserva para Contingências R\$20.000 R\$20.000

Comentários:



Para facilitar a visualização, montemos uma tabela:

Tipo de Processo	Estimativa de desembolso	Probabilidade de perda
Processo Cível	R\$ 20.000	Provável

Consoante o CPC 25, só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**. Neste momento, devemos fazer a seguinte pergunta: **É provável?**

- Sim! Como ele é PROVÁVEL, então reconheceremos uma PROVISÃO por meio do seguinte lançamento:

D - Despesa de Contingências R\$20.000

C- Provisão para Contingências R\$20.000

Para finalizar, analisaremos cada alternativa:

A D- Despesa de Contingências C- Reserva de Contingências R\$20.000 R\$20.000

Cuidado para não confundir Provisão para Contingências com a Reserva de Contingência. Vejamos um esquema com as principais diferenças:

Reserva para contingência	Provisões para contingências
Compensação de perda em exercício futuro	Cobertura de perda em que já houve fato gerador
Segrega no PL parcela de lucros que poderia ir para dividendos	Constituída independente do lucro ou prejuízo do exercício
É revertida para lucros acumulados (ocorrendo ou não o evento), integrando BC dos dividendos	Não há reversão de valores, em regra.
Conta do PL, reserva de lucros. Não afeta resultado	Conta do passivo e contrapartida em despesa no resultado.
Exemplos: geadas, inundações, secas, empresas que operam com períodos altamente lucrativos e depois com baixa lucratividade	Exemplos: indenizações contratuais, contingências fiscais, trabalhistas

Fique Atento! O tempo é um fator que diferencia provisões para contingências de reservas para contingências: as primeiras referem-se a eventos passados, e as últimas, a futuros. Item errado.

B D- Despesa de Contingências C- Provisão para Contingências R\$20.000 R\$20.000

Conforme comentário da introdução, esse é o nosso gabarito.

C D- Despesa de Contingências C- Disponibilidades R\$20.000 R\$20.000

As provisões são passivas de prazo ou valor incerto. Isto é, não ocorre saída de recursos no seu reconhecimento. Somente no momento do pagamento. Vejamos a contabilização completa:

- Reconhecimento (momento que os advogados da empresa consideram a perda na justiça provável):



D - Despesa de Contingências (DRE) R\$20.000

C- Provisão para Contingências (Passivo) R\$20.000

Posteriormente, quando ocorrer o pagamento:

D - Provisão para Contingências (Passivo) R\$20.000

C - Disponibilidades (Ativo) R\$20.000

Enfim, item errado.

D D- Ativo Contingente C- Provisão para Contingências R\$20.000 R\$20.000

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Não é o caso da questão, aqui a entidade está sofrendo o processo e se analisa a possibilidade de SAIDA de recursos. Item errado.

E D- Ativo Contingente C- Reserva para Contingências R\$20.000 R\$20.000

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Não é o caso da questão, aqui a entidade está sofrendo o processo e se analisa a possibilidade de SAIDA de recursos. Item errado.

Gabarito: B.

9. (IAUPE/CM Tabira/Técnico Controle Interno/2024) Sobre passivo contingente, é CORRETO afirmar que

A

é uma obrigação difícil de acontecer e resultante de eventos passados, cuja existência foi confirmada, apenas, pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

B é uma obrigação possível resultante de eventos futuros cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um evento futuro e certo que não está totalmente sob o controle da entidade.

C é uma obrigação difícil de acontecer que será resultante de eventos futuros e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

D é uma obrigação possível resultante de eventos futuros e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um evento futuro e certo e que está totalmente sob o controle da entidade.

E é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade

Comentários:

O item 10 do CPC 25 trouxe algumas definições, entre elas:



Passivo contingente é:

- (a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida porque:**
 - (i) **não é provável** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.

Depois dessa revisão, vamos julgar as alternativas:

é uma obrigação ~~difícil~~ de acontecer e resultante de eventos passados, cuja existência ~~foi confirmada~~, apenas, pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Na verdade, é uma obrigação **POSSÍVEL**, cuja existência **SERÁ CONFIRMADA** apenas pela ocorrência **OU NÃO...** Alternativa errada.

B é uma obrigação possível resultante de eventos ~~futuros~~ cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um evento futuro e ~~certo~~ que não está totalmente sob o controle da entidade.

No tocante ao tempo, eles se referem a eventos **PASSADOS**. Outro erro é que será confirmada por eventos futuros **INCERTOS** e não certos. Alternativa errada.

C é uma obrigação ~~difícil~~ de acontecer que será resultante de eventos ~~futuros~~ e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Corrigindo: Possível ... Passados. Alternativa errada.

D é uma obrigação possível resultante de eventos ~~futuros~~ e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um evento futuro e ~~certo~~ e que ~~está totalmente sob o controle da entidade~~.

Consertando: Passados ... INCERTO ... **NÃO** estão totalmente sob controle da entidade. Alternativa errada.

E é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade

Essa é a literalidade da alínea a dessa definição. Alternativa Certa.

Gabarito: E.

10. (IAUPE/CM Tabira/Técnico Controle Interno/2024) As provisões devem ser reconhecidas, quando estiverem presentes os seguintes requisitos:



- I. Exista uma obrigação presente (formalizada ou não), resultante de eventos passados.
- II. Seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.
- III. Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;
- IV. Exista uma provável dívida futura de difícil liquidação imediata.

Estão CORRETOS

- A I e II, apenas.
- B III e IV, apenas.
- C II e III, apenas.
- D I, II e III, apenas.
- E I, II, III e IV.

Comentários:

O item 10 do CPC 25 trouxe algumas definições, entre elas: **Provisão** é um passivo de prazo ou de valor incertos.

No tocante ao reconhecimento, o item 14 impõe três requisitos:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;
- (b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

O pronunciamento exige que todos os critérios sejam satisfeitos: Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável.

Agora vamos analisar os itens:

I. Exista uma obrigação presente (formalizada ou não), resultante de eventos passados.

Certo, de acordo com a alínea a do item 14:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

II. Seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.



Certo, segundo a alínea b do item 14:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

III. Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;

Certo, consoante a alínea c do item 14:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

IV. Exista uma provável dívida futura de difícil liquidação imediata.

Aqui foi invenção da banca. Lembre-se que são três requisitos para reconhecimento:

Provisão reconhecida quando		
Obrigação presente	Estimativa confiável	Provável saída de recurso

Gabarito: D.

11. (INQC/CPTRANS/Técnico Contabilidade/2024) A empresa DANIEL SAN, foi acionada judicialmente por ex-funcionários, assim, alguns processos trabalhistas 15, 25, 30 e 35, que discutem a mesma matéria, e correm em varas trabalhistas distintas. Os advogados da empresa classificaram os processos como de provável condenação a pagar as indenizações reclamadas.

A tabela, a seguir, descreve os processos trabalhistas desfavoráveis à empresa.

Processo nº	Valor da ação (R\$)	Probabilidade de ocorrência
15	130.000,00	50%
25	25.000,00	60%
30	80.000,00	80%
35	68.000,00	100%

De acordo com as informações elencadas, o valor total a ser provisionado é de:

A 68.000,00



B 147.000,00

C 212.000,00

D 303.000,00

Comentários:

Tipo: Vários Processos + Mesma Natureza (Por exemplo, todos são trabalhistas) + Juízes Distintos ou Varas Distintas + Já avisa que são prováveis (Isto é, já são provisões)

Nesse tipo **multiplicaremos cada valor com sua respectiva probabilidade. Em seguida, somamos.** É o famoso: Valor esperado.

Calculando, temos:

Processo nº 15 = 130.000,00 x 50% = R\$ 65.000,00

Processo nº 25 = 25.000,00 x 60% = R\$ 15.000,00

Processo nº 30 = 80.000,00 x 80% = R\$ 64.000,00

Processo nº 35 = 68.000,00 x 100% = R\$ 68.000,00

O valor esperado desses processos trabalhista é: R\$ 212.000,00.

Gabarito: C.

12. (FUNDATEC/BRDE/Contador/2023) Sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Pronunciamento Técnico CPC 25, reconhecido pela Resolução CMN nº 3.823/2009, foi editado com o objetivo de assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Sobre esse Pronunciamento Técnico, analise as assertivas a seguir:

I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

II. Contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer suas obrigações não excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

III. Uma provisão deve ser reconhecida quando as seguintes condições forem satisfeitas: a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quais estão corretas?

A Apenas I.

B Apenas II.



C Apenas I e II.

D Apenas I e III.

E I, II e III.

Comentários:

I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Certo, essa é a definição prevista no item 10 do referido pronunciamento. Vejam:

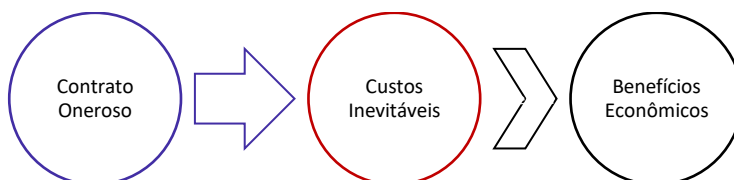
Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos não totalmente sob controle** da entidade.

II. Contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer suas obrigações não excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

Na realidade, os custos inevitáveis de satisfazer suas obrigações **EXCEDEM** os benefícios econômicos. Observem a definição presente no item 10:

Contrato oneroso é um contrato em que os **custos inevitáveis** de satisfazer as obrigações do contrato **excedem** os **benefícios econômicos** que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

Para facilitar a visualização, um esquema:



Item errado.

III. Uma provisão deve ser reconhecida quando as seguintes condições forem satisfeitas: a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;

(b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.



O pronunciamento exige que todos os critérios sejam satisfeitos: Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável. Item certo.

Portanto, estão corretos: I e III.

Gabarito: D.

13. (FUNDATEC/IFFAR/Técnico Contabilidade/2023) Com relação às provisões no contexto da Contabilidade, assinale a alternativa correta.

A Provisão é um passivo de prazo ou de valor certos.

B Ativo contingente deve ser reconhecido.

C Passivo contingente deve ser reconhecido.

D O valor reconhecido como provisão deve ser a maior estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação passada na data do balanço.

E O efeito de possível legislação nova deve ser considerado na mensuração da obrigação existente quando existe evidência objetiva suficiente de que a promulgação da lei é praticamente certa.

Comentários:

A Provisão é um passivo de prazo ou de valor certos.

Na verdade, é um passivo de prazo ou de valor **INCERTO**. Item errado.

B Ativo contingente deve ser reconhecido.

Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos não totalmente sob controle** da entidade.

A entidade **NÃO** deve reconhecer um ativo contingente.

Ocorrendo a mudança de estimativa desse evento para praticamente certo, ele deixa de ser um ativo contingente e passará a ser um ativo. Enfim, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa para praticamente certo.

Item errado.

C Passivo contingente deve ser reconhecido.

Passivo contingente é:

(a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida porque:**



- (i) **não é provável** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.

A entidade **NÃO** deve reconhecer um passivo contingente. Item errado.

D O valor reconhecido como provisão deve ser a maior estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação passada na data do balanço.

Verdade seja dita: é a **MELHOR** e não a maior.

O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento. Item errado.

E O efeito de possível legislação nova deve ser considerado na mensuração da obrigação existente quando existe evidência objetiva suficiente de que a promulgação da lei é praticamente certa.

O item 50 do CPC 25 explica que o efeito de possível legislação nova deve ser considerada na mensuração da obrigação existente quando existe evidência objetiva suficiente de que a promulgação da lei é praticamente certa. Item certo.

Ressaltamos que em muitos casos não existe evidência objetiva suficiente até que a nova legislação seja promulgada.

Gabarito: E.

14. (FUNDATEC/CAU RS/Contador/2023) Em relação ao registro de operações típicas de empresas privadas e à constituição de Provisão para Reestruturação, analise as assertivas a seguir:

- I. A Provisão para Reestruturação inclui gastos com investimentos em novos sistemas e redes de distribuição.
- II. Perdas operacionais futuras, identificáveis até a data da reestruturação devem sempre ser incluídas em uma provisão.
- III. Os ganhos na alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar uma provisão para reestruturação, mesmo que a venda de ativos seja vista como parte da reestruturação.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E I, II e III.



Comentários:

I. A Provisão para Reestruturação inclui gastos com investimentos em novos sistemas e redes de distribuição.

O item 10 do CPC 25, define Reestruturação como um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou a maneira como o negócio é conduzido.

Sobre os tipos de desembolsos que devem ser inclusos na provisão para reestruturação, o item 80 desse pronunciamento inclui SOMENTE os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam: NECESSARIAMENTE ocasionados pela reestruturação; e NÃO associados às atividades em andamento da entidade.

Já o item 81, cita alguns custos que **não são inclusos na provisão para reestruturação**:

- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.**

Adicionalmente, explica que esses desembolsos se relacionam com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação. Item errado.

II. Perdas operacionais futuras, identificáveis até a data da reestruturação devem sempre ser incluídas em uma provisão.

É o contrário: Perdas operacionais futuras não devem ser incluídas em uma provisão

As perdas operacionais futuras **não satisfazem à definição de passivo, nem os critérios** gerais de **reconhecimento das provisões**.

De forma semelhante, o item 82 informa o seguinte:

82. Perdas operacionais futuras, identificáveis até a data da reestruturação **não devem ser incluídas em uma provisão**, a menos que se relacionem a contrato oneroso, conforme definido no item 10.

Item errado.

III. Os ganhos na alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar uma provisão para reestruturação, mesmo que a venda de ativos seja vista como parte da reestruturação.

Os ganhos da alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar a provisão.

A banca acabou utilizando a literalidade do item 83. Vejam:



51. Os ganhos da alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar a provisão.

83. Conforme exigido pelo item 51, os ganhos na alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar uma provisão para reestruturação, mesmo que a venda de ativos seja vista como parte da reestruturação.

Item certo. Assim, estão corretos: Apenas III.

Gabarito: C.

15. (INSTITUTO MAIS/Pref. Santos/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2023) Uma provisão deve ser usada somente para os desembolsos para os quais foi

A originalmente reconhecida.

B relacionada com o benefício econômico.

C relacionada como despesa.

D classificada como provável.

Comentários:

Consoante o item 61 do CPC 25, uma provisão **deve ser usada SOMENTE para os desembolsos para os quais a provisão foi originalmente reconhecida.**

Nas palavras do item 62, a justificativa é que reconhecer os desembolsos contra uma provisão que foi originalmente reconhecida para outra finalidade esconderia o impacto de dois eventos diferentes

Gabarito: A

16. (FUVEST/USP/Contador/2023) A empresa Toda Encrencada S.A. está respondendo a quatro processos judiciais e as informações referentes a eles, em 31/12/2020 e 31/12/2021, são apresentadas na tabela a seguir:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida no passivo em 31/12/2020	Informações disponíveis em 31/12/2021	
		Classificação da probabilidade de perda pela empresa	Valor estimado de Perda
1	R\$ 750.000,00	Provável	R\$ 600.000,00
2	R\$ 450.000,00	Possível	R\$ 270.000,00
3	Zero	Possível	R\$ 240.000,00
4	Zero	Provável	R\$ 360.000,00

Com base nestas informações, o impacto líquido reconhecido no resultado de 2021 da empresa *Toda Encrencada S.A.* foi

A um ganho de R\$ 240.000,00

B uma perda de R\$ 30.000,00



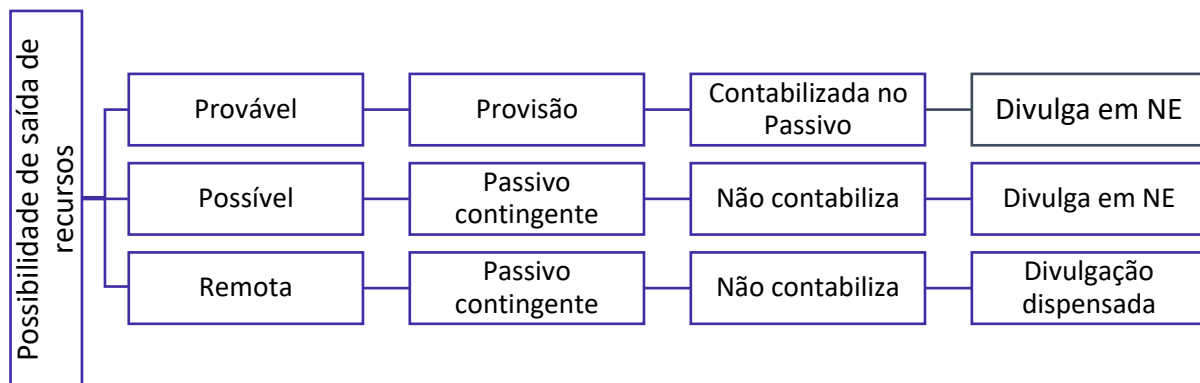
C uma perda de R\$ 180.000,00

D uma perda de R\$ 270.000,00

E uma perda de R\$ 360.000,00

Comentários:

No tocante a possibilidade de saída de recursos:



Após a avaliação inicial, podem ocorrer mudança na estimativa da probabilidade. Sobre o assunto, o item 59 do CPC 25 ensina que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

O mesmo item, ainda explica que se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Para facilitar a visualização, vamos demonstrar as suas respectivas situações conforme o ano:

- **Situação em 2020**

Processo Nº 1 = R\$ 750.000,00 = Provável

Processo Nº 2 = R\$ 450.000,00 = Provável

Processo Nº 3 = R\$ 00,00

Processo Nº 4 = R\$ 00,00

- **Situação em 2021**

Processo Nº 1 = R\$ 600.000,00 = Provável

Processo Nº 2 = R\$ 270.000,00 = Possível

Processo Nº 3 = R\$ 240.000,00 = Possível

Processo Nº 4 = R\$ 360.000,00 = Provável

Análise:



Processo Nº 1 = continuou como provável, mas a estimativa passou de 750.000 para 600.000, assim, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 150.000.**

Processo Nº 2 = deixou de ser provável e virou possível. Assim, temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas. Como ela tinha saldo anterior, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 450.000.**

Processo Nº 3 = tornou-se possível. Aqui temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos **não é reconhecido no balanço patrimonial e apenas deve ser divulgado em notas explicativas.**

Processo Nº 4 = tornou-se provável, assim, temos **uma despesa com provisão de 360.000.**

Efeito no resultado: 150.000 + 450.000 – 360.000 = 240.000 positivo (ganho)

Gabarito: A.

17. (Instituto ACCESS/CM Itaguaçu/Auditor Interno/2023) Uma organização vende seus produtos com garantia de custos de reparação para qualquer defeito de fabricação pelo prazo de 1 ano. A organização calcula que, se todos os produtos vendidos apresentarem defeitos mais complexos, irá incorrer em custos de reparação de R\$ 40.000,00, mas, se forem detectados defeitos menos complexos em todos os produtos vendidos, irá incorrer em custos de reparação de R\$ 10.000,00. A experiência passada e as expectativas futuras indicam que, para o ano de 2023, do total de produtos vendidos, 70% não apresentarão defeitos, 25% apresentarão defeitos menos complexos e 5% terão defeitos mais complexos.

Considerando somente as informações apresentadas, a organização deverá

A divulgar um passivo contingente de R\$ 500,00.

B reconhecer uma provisão passiva de R\$ 4.500,00.

C divulgar um passivo contingente de R\$ 10.500,00.

D reconhecer uma provisão passiva de R\$ 50.000,00.

Comentários:

Traduzindo: É o famoso método do Valor esperado.

As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada **ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas**. O nome para esse método estatístico de estimativa é “**valor esperado**”. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.



Assim, o valor reconhecido como provisão para garantia será encontrado buscando o valor esperado de gastos com reparos, fica assim:

Reparos de defeitos menos complexos = R\$ 10.000,00 x 20% = R\$ 2.000

Reparos defeitos menos complexos = R\$ 40.000,00 x 5% = R\$ 2.500

Total = 2.000 + 2.500 = R\$ 4.500

Gabarito: B.

18. (INSTITUTO MAIS/Pref. Santos/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2023) As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a

A provisão deve ser revertida.

B entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ajustes na data do balanço.

C provisão deve ser mantida.

D entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ajustes na data do balanço, de acordo com a opinião do auditor.

Comentários:

Após a avaliação inicial, podem ocorrer mudança na estimativa da probabilidade. Sobre o assunto, o item 59 do CPC 25 ensina que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

O mesmo item, ainda explica que se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Gabarito: A

19. (INSTITUTO MAIS/Pref. Santos/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2023) Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais em que o desfecho seja incerto.

Dessa forma, a entidade

A deve reconhecer um ativo contingente.

B não deve reconhecer um ativo contingente.

C não deve divulgar quando for provável a saída de benefícios econômicos.

D não deve divulgar quando for possível a saída de benefícios econômicos.

Comentários:



Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos não totalmente sob controle** da entidade.

A entidade **NÃO** deve reconhecer um ativo contingente.

Ocorrendo a mudança de estimativa desse evento para praticamente certo, ele deixa de ser um ativo contingente e passará a ser um ativo. Enfim, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa para praticamente certo.

Para fechar, analisaremos as alternativas:

A deve reconhecer um ativo contingente.

Errado, pois o item 31 veda o reconhecimento de um ativo contingente.

B não deve reconhecer um ativo contingente.

Grave: A entidade **não deve reconhecer um ativo contingente**. Esse é o nosso gabarito.

C não deve divulgar quando for provável a saída de benefícios econômicos.

Falso, na realidade devemos divulgar um ativo contingente quando for provável a **ENTRADA** de benefícios econômicos para a entidade.

D não deve divulgar quando for possível a saída de benefícios econômicos.

Errado, na verdade não contabilizamos nem divulgamos um ativo contingente quando for possível a **ENTRADA** de benefícios econômicos para a entidade.

Gabarito: B

20. (DIRENS Aeronáutica/CIAAR EAOAP/Ciências Contábeis/2023) A sociedade empresária Zeta Ltda. está envolvida em duas demandas judiciais, a seguir demonstradas, juntamente com a avaliação realizada pelo departamento jurídico da empresa.

- Ação judicial de reparação de danos movida pela empresa contra um terceiro, por meio da qual a sociedade empresária Zeta Ltda. pleiteia receber R\$ 150.000,00 a título de indenização. Avaliação do departamento jurídico: é provável que a empresa logre êxito, visto já ter obtido decisão favorável em primeira instância judicial, haver sólido embasamento técnico acerca da argumentação apresentada, bem como jurisprudência favorável.
- Ação de execução fiscal movida pela fazenda estadual para cobrança de dívidas tributárias da ordem de R\$ 250.000,00. Avaliação do departamento jurídico: entende que a cobrança é indevida e assim instruiu a defesa da empresa. Embora não considere provável, admite ser possível que a fazenda estadual tenha êxito na ação e, conseqüentemente, sendo possível que a empresa venha a ter que, no futuro, desembolsar o valor objeto da execução.



Considerando os critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, qual impacto as avaliações feitas pelo departamento jurídico da sociedade empresária Zeta Ltda. produziram no Balanço Patrimonial da empresa?

- A O ativo e o passivo aumentariam.
- B Não haveria alteração no ativo, nem no passivo.
- C O ativo aumentaria e não haveria alteração no passivo.
- D O passivo aumentaria e não haveria alteração no ativo.

Comentários:

Como são duas situações, vamos analisar separadamente:

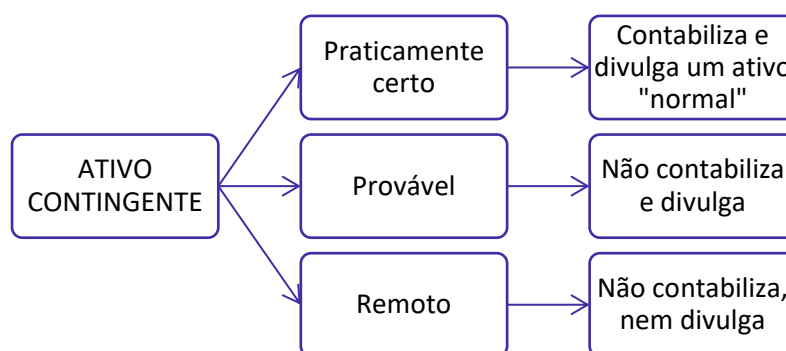
- **Ação judicial de reparação de danos movida pela empresa contra um terceiro, por meio da qual a sociedade empresária Zeta Ltda. pleiteia receber R\$ 150.000,00 a título de indenização. Avaliação do departamento jurídico: é provável que a empresa logre êxito, visto já ter obtido decisão favorável em primeira instância judicial, haver sólido embasamento técnico acerca da argumentação apresentada, bem como jurisprudência favorável.**

Para facilitar a visualização, montemos uma tabela:

Tipo de Processo	Estimativa de recebimento	Probabilidade de recebimento
Processo Cível	R\$ 150.000	Provável

Consoante o CPC 25, não se deve reconhecer ativos contingentes e só reconhecemos como **ativo normal** os que são **praticamente certos**. Neste momento, devemos fazer a seguinte pergunta: **É praticamente certo?**

- Não! Professor, e agora? Vamos recorrer ao nosso esquema:



Como ele é provável, então teremos um ativo contingente e apenas devemos divulgar nas notas explicativas.

Traduzindo: sem efeitos patrimoniais.

- **Ação de execução fiscal movida pela fazenda estadual para cobrança de dívidas tributárias da ordem de R\$ 250.000,00. Avaliação do departamento jurídico: entende que a cobrança é indevida e assim instruiu a defesa da empresa. Embora não considere provável, admite ser possível que a fazenda estadual tenha**



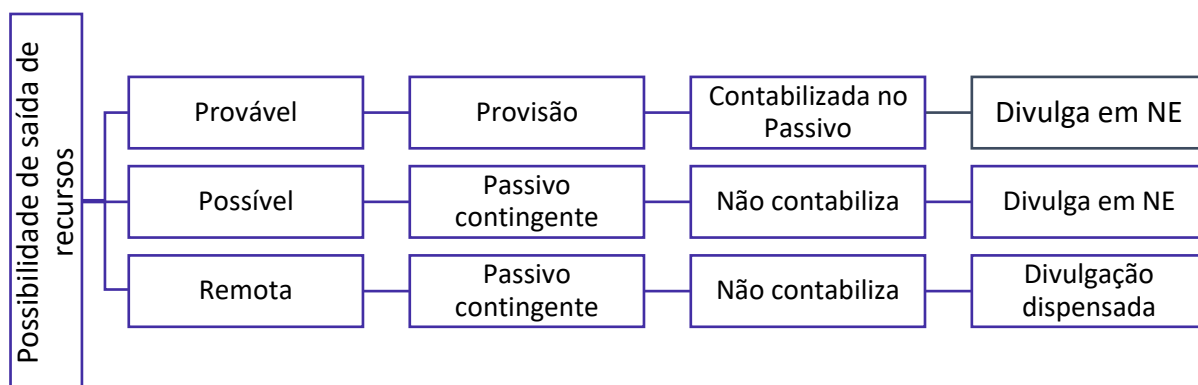
êxito na ação e, conseqüentemente, sendo possível que a empresa venha a ter que, no futuro, desembolsar o valor objeto da execução.

Para facilitar a visualização, montemos uma tabela:

Tipo de Processo	Estimativa de desembolso	Probabilidade de perda
Processo Tributário	R\$ 250.000	Possível

Consoante o CPC 25, só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**. Neste momento, devemos fazer a seguinte pergunta: **É provável?**

- Não! Professor, e agora? Vamos recorrer ao nosso esquema:



Como ele é possível, então teremos um passivo contingente e apenas devemos divulgar nas notas explicativas.

Traduzindo: sem efeitos patrimoniais.

Após essa introdução, vamos julgar as alternativas:

A O ativo e o passivo aumentariam.

Não reconhecemos nem ativos contingentes nem passivos contingentes. Apenas divulgaremos em notas explicativas dado que o ativo contingente é provável e o passivo contingente é possível. Alternativa Errada.

B Não haveria alteração no ativo, nem no passivo.

Não houve alteração patrimonial, isto é, não haveria alteração no ativo, nem no passivo. Esse é o nosso gabarito.

C O ativo aumentaria e não haveria alteração no passivo.

Na verdade, também não haveria alteração no ativo. Item errado.

D O passivo aumentaria e não haveria alteração no ativo.



Verdade seja dita: também não haveria alteração no passivo. Item errado.

Gabarito: B.

21. (IBADE/RBPREV/Contador/2023) Sobre as provisões, assinale a alternativa INCORRETA.

- A São passivos de valor incerto
- B São regulamentadas pelo CPC 25
- C São eventos que podem reduzir o passivo ou aumentar o ativo
- D Quando uma perda é definida, ela passa a não ser mais considerada uma provisão
- E Não possuem data fixada para pagamento

Comentários:

Fique Atento! A questão quer a alternativa **INCORRETA**.

A São passivos de valor incerto

Certo, essa é parte da definição prevista no item 10 do referido pronunciamento. Vejam: **Provisão** é um passivo de prazo ou de valor incertos.

B São regulamentadas pelo CPC 25

O item 1 desse pronunciamento contábil explica que o CPC 25 deve ser aplicado por todas as entidades na contabilização de provisões, e de passivos e ativos contingentes, **exceto**:

- (a) os que resultem de contratos a executar, a menos que o contrato seja oneroso; e
- (b) os cobertos por outro pronunciamento.

Alternativa certa.

C São eventos que podem reduzir o passivo ou aumentar o ativo

ATENÇÃO: antigamente atribuíam o termo “provisão” para contas do ativo (como provisão para depreciação acumulada, provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas em estoque), **mas repare que esse valor não será pago a ninguém**. Apenas reflete uma desvalorização ocorrida. **Essa nomenclatura não é a ideal**, visto que **provisão é um passivo de prazo ou valor incerto**.

Nesse sentido, o item 7 desse CPC define provisão como passivo de prazo ou valor incertos. Adicionalmente, ressalva que em alguns países o termo “provisão” é também usado no contexto de itens tais como depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa: **estes são ajustes dos valores contábeis de ativos e não são tratados neste Pronunciamento Técnico**

Enfim, o reconhecimento de uma provisão é feito da seguinte forma:



Reconhecimento:

D – Despesa com provisão (↓Conta de Resultado: Despesa)

C – Provisões (↑Passivo)

Já sua reversão:

D - Provisões (↓Conta Patrimonial: Passivo)

C - Reversão de Provisões (↑Conta de Resultado: Ganho)

Enfim, não provocam aumento no Ativo. Item incorreto.

D Quando uma perda é definida, ela passa a não ser mais considerada uma provisão

Vejamos as definições previstas no CPC 25 e vamos citar um exemplo de cada:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Por exemplo: Ação trabalhista com possibilidade de saída de recursos provável.

Passivo¹ é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Por exemplo: Multa sofrida após fiscalização dos auditores fiscais do trabalho.

Neste último exemplo, a empresa já foi multada (perda é definida/certa), ela já possui uma obrigação presente, portanto, reconhecemos um Passivo e não uma Provisão. Item certo.

E Não possuem data fixada para pagamento

Aqui a banca parafraseou o seguinte trecho da definição de Provisão: “Passivo de prazo incerto”. Item certo.

Gabarito: C.

22. (FUNCERN/CM Natal/Contador/2023) Uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade, denomina-se

A Despesa.

B Passivo Circulante.

C Passivo Contingente.

D Prejuízo Realizável a Longo Prazo.

¹ A definição de passivo neste Pronunciamento não foi revisada após a revisão da definição de passivo no CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Alterada pela Revisão CPC 14).



Comentários:

A banca acabou explorando a definição de Passivo Contingente prevista no item 10 do CPC 25:

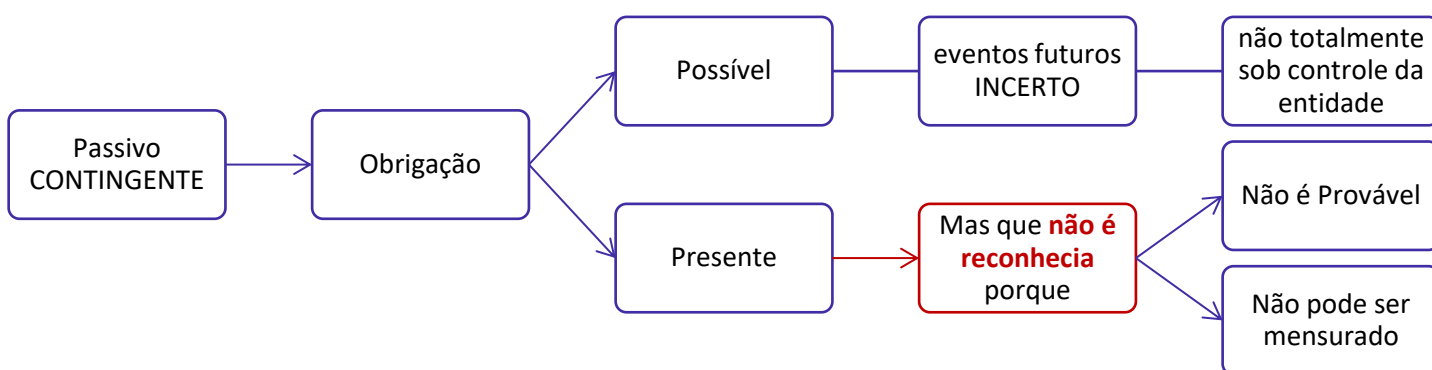
Passivo contingente é:

(a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida porque:**

(i) **não é provável** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.



Gabarito: C.

23. (IBFC/UFPB/Contador/2023) Segundo a Resolução CFC nº 1.374/2011 “alguns passivos somente podem ser mensurados por meio do emprego de significativo grau de estimativa”. No Brasil, denominam-se esses passivos de “provisões”. Sobre as provisões e passivos contingentes, normatizados pela NBC TG 25, analise as afirmativas a seguir.

I. Presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável, as provisões são reconhecidas como passivo porque são obrigações presentes, e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

II. Passivos Contingentes não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem, ou não, uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou obrigações presentes que não satisfazem aos critérios de reconhecimento da NBC TG 25 (R1).

III. Os Ativos Contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis, pois tratam-se de resultados que serão realizados.

Assinale a alternativa correta.

A Apenas as afirmativas I e II estão corretas

B Apenas as afirmativas I e III estão corretas



- C As afirmativas I, II e III estão corretas
- D Apenas a afirmativa I está correta
- E Apenas as afirmativas II e III estão corretas

Comentários:

I. Presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável, as provisões são reconhecidas como passivo porque são obrigações presentes, e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

No tocante ao reconhecimento, o item 14 do CPC 25 informa o seguinte:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;
- (b) seja **PROVÁVEL** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Observa-se que o item I parafraseou o item 14 da referida norma. Item certo.

II. Passivos Contingentes não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem, ou não, uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou obrigações presentes que não satisfazem aos critérios de reconhecimento da NBC TG 25 (R1).

Nas palavras do CPC 25:

13. Este Pronunciamento Técnico distingue entre:

- (a) provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (b) passivos contingentes – que **não são reconhecidos** como passivo porque são:
 - (i) **obrigações possíveis**, visto que **ainda há de ser confirmado** se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou



(ii) **obrigações presentes** que **não satisfazem os critérios de reconhecimento** deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Item certo.

II. Os Ativos Contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis, pois tratam-se de resultados que serão realizados.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32 do CPC 25).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. (item 33 do CPC 25).

Item errado.

Por fim, conclui-se que **apenas as afirmativas I e II estão corretas**

Gabarito: A

24. (IBFC/UFPB/Contador/2023) Em agosto de 20X9, a empresa ABC recebeu comunicado de um processo trabalhista contra si, movido por um ex-funcionário seu que trabalhou para ela entre os anos de 20X6 e 20X7. O processo, no valor de R\$150.000,00 está em trâmite judicial e seu advogado avaliou que é provável que empresa ABC seja condenada, ou seja, que tenha que pagar o valor pleiteado no processo.

Sobre o caso descrito acima e em relação à contabilidade da empresa ABC referente a agosto de 20X9, assinale a alternativa correta.

A Como a exigibilidade da obrigação dependerá de uma ação no futuro a decisão do juiz acerca do processo, trata-se de um passivo contingente, portanto, não deve ser reconhecido na conta

B Para atender o princípio contábil da competência, a empresa ABC deverá refazer sua contabilidade de 20X6 e 20X7

C A avaliação do advogado sobre a provável condenação é elemento suficiente para que a empresa reconheça a despesa em agosto de 20X9, tendo como contrapartida uma conta de provisão, visto que há incerteza quanto à data de pagamento

D A empresa deverá reconhecer uma despesa de R\$150.000,00 no momento da decisão de condenação pelo juiz. Como não há previsão sobre quando isso irá acontecer, tal informação constará apenas nas Notas Explicativas da contabilidade de agosto de 20X9

E Por ser provável a condenação da empresa, será reconhecida uma despesa em agosto e a contrapartida do lançamento contábil será de um passivo comum, tal como contas a pagar ou impostos a recolher, por exemplo



Comentários:

Nesse tipo de questão temos que caçar as palavras-chaves: **processo trabalhista contra si + valor de R\$150.000,00 + está em trâmite judicial + provável**. Essas são características das provisões.

Observa-se que tal processo atendeu os critérios de reconhecimento de uma Provisão:

- **Obrigação presente:** processo trabalhista contra si
- **Resultado de evento passado:** funcionário seu que trabalhou para ela entre os anos de 20X6 e 20X7
- **Provável:** advogado avaliou que é provável que empresa ABC seja condenada
- **Estimativa confiável do valor da obrigação:** valor de R\$150.000,00

Após essa introdução, julguemos as alternativas:

A Como a exigibilidade da obrigação dependerá de uma ação no futuro a decisão do juiz acerca do processo, trata-se de um passivo contingente, portanto, não deve ser reconhecido na conta

Devemos contabilizar uma provisão e divulgar em notas explicativas. Item errado.

B Para atender o princípio contábil da competência, a empresa ABC deverá refazer sua contabilidade de 20X6 e 20X7

Errado, pois apenas cumpriu os requisitos de reconhecimento em agosto de 20X9.

C A avaliação do advogado sobre a provável condenação é elemento suficiente para que a empresa reconheça a despesa em agosto de 20X9, tendo como contrapartida uma conta de provisão, visto que há incerteza quanto à data de pagamento.

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

O processo, no valor de R\$150.000,00 está em trâmite judicial e seu advogado avaliou que é provável que empresa ABC seja condenada. Assim, estamos diante do caso de constituir uma provisão.

Em agosto X9, A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão trabalhista (despesa)	100.000,00
C – Provisões trabalhista (passivo)	100.000,00

Item certo.

D A empresa deverá reconhecer uma despesa de R\$150.000,00 no momento da decisão de condenação pelo juiz. Como não há previsão sobre quando isso irá acontecer, tal informação constará apenas nas Notas Explicativas da contabilidade de agosto de 20X9.

Errado, devemos contabilizar uma despesa de provisão trabalhista quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Isso ocorreu em agosto de 20X9.



E Por ser provável a condenação da empresa, será reconhecida uma despesa em agosto e a contrapartida do lançamento contábil será de um passivo comum, tal como contas a pagar ou impostos a recolher, por exemplo

As provisões podem ser distintas de outros passivos porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação. Isso é previsto no item 11 da referida norma:

Provisão e outros passivos

11. As provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (accruals) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação. Por contraste:

(a) as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e

(b) os passivos derivados de apropriações por competência (accruals) são passivos a pagar por bens ou serviços fornecidos ou recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo valores devidos a empregados (por exemplo, valores relacionados com pagamento de férias). Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.

Os passivos derivados de apropriação por competência (accruals) são frequentemente divulgados como parte das contas a pagar, enquanto as provisões são divulgadas separadamente.

Item errado.

Gabarito: C

25. (IBFC/SESACRE/Técnico Contabilidade/2022) A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 25 (R2), estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes. Quanto aos termos e significados usados nesta Norma, leia as alternativas a seguir e assinale a alternativa incorreta.

A Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos

B Evento que cria obrigação é aquele que gera uma obrigação legal ou não formalizada fazendo com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação

C Contrato Oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato são bem menores que os benefícios econômicos que serão recebidos ao longo do contrato

D Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade

Comentários:



Fique Atento! A questão quer a alternativa **INCORRETA**.

Este quesito cobrou a literalidade das definições presentes no item 10 do referido pronunciamento:

Definições

10. Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos. (Alternativa A)

Passivo² é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação. (Alternativa B)

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

² A definição de passivo neste Pronunciamento não foi revisada após a revisão da definição de passivo no CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Alterada pela Revisão CPC 14).



(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. (Alternativa D)

Contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. (Alternativa C)

Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

(a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou

(b) a maneira como o negócio é conduzido.

Diante do exposto, a alternativa C erra ao afirmar que os custos são bem menores que os benefícios. Na realidade, eles excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

Gabarito: C

26. (IBFC/Pref. Dourados/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2022) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 R2 tem o objetivo de estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Analise as informações a seguir e assinale a alternativa correta.

A A contabilidade deve efetuar provisões para contrapartida de despesas que reduzem o valor do Ativo, como provisão para depreciação acumulada, provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas em estoque. Todas essas contas credoras geram obrigação com terceiros

B Passivos como férias, 13o salário, Imposto de Renda, e outros, devem ser contabilizados no Passivo como provisões, pois são obrigações já constituídas e não restam dúvidas sobre seus valores

C Passivo é uma obrigação futura da empresa, derivadas de eventos que ainda vão ocorrer, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade

D Passivo Contingente é uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado

Comentários:



A A contabilidade deve efetuar provisões para contrapartida de despesas que reduzem o valor do Ativo, como provisão para depreciação acumulada, provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas em estoque. Todas essas contas credoras geram obrigação com terceiros

ATENÇÃO: antigamente essas contas eram chamadas de “provisão”, mas repare que esse valor não será pago a ninguém. Apenas reflete uma desvalorização ocorrida.

Essa nomenclatura não é a ideal, visto que provisão é um passivo de prazo ou valor incerto.

A "provisão" que pode ser paga a alguém fica no passivo.

Exemplo: provisões para ações trabalhistas etc.

O "AJUSTE" que se destina apenas a corrigir o valor de uma ativo (não será paga a ninguém) fica como retificadora do ativo.

Nesse sentido, o item 7 desse CPC define provisão como passivo de prazo ou valor incertos. Adicionalmente, ressalva que em alguns países o termo “provisão” é também usado no contexto de itens tais como depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa: **estes são ajustes dos valores contábeis de ativos e não são tratados neste Pronunciamento Técnico**. Item errado.

B Passivos como férias, 13º salário, Imposto de Renda, e outros, devem ser contabilizados no Passivo como provisões, pois são obrigações já constituídas e não restam dúvidas sobre seus valores

Chamada de maneira corriqueira na Contabilidade de "provisão para férias", você já ouviu esse nome? Contudo, pessoal, no caso da apropriação das férias, não há o que se falar em provisões, visto que, estas são passivos de PRAZO OU VALORES INCERTOS.

O item 11 do CPC 25 fala expressamente que as provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (accruals) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Os passivos gerados pela apropriação de despesas por competência, como 13º salário, férias, são chamados de accruals. Item errado.

C Passivo é uma obrigação futura da empresa, derivadas de eventos que ainda vão ocorrer, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade

Na verdade, passivo é uma obrigação **PRESENTE** da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. Item errado.

D Passivo Contingente é uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado

O item 13 dessa norma explica que os passivos contingentes não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis ou obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento. Item certo.



Gabarito: D

27. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Por meio de Memorando Conjunto do Departamento Jurídico e do Departamento Tributário, o Departamento de Contabilidade da Cia. Terra Prometida é comunicado de que a entidade acaba de ingressar com ação judicial contra a União, pleiteando créditos tributários cobrados a maior nos últimos cinco anos. O documento informa ainda que, em casos parecidos, não há consenso sobre o efetivo direito das empresas, sendo possível, mas improvável, o desfecho favorável da ação. Diante da situação descrita, e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador da Cia. Terra Prometida:

- A) Não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.
- B) Deve registrar em conta de Ativo Diferido o valor das diferenças apuradas pelos outros setores, atualizados monetariamente e corrigidos por juros de mora.
- C) Deve divulgar o fato em notas explicativas sem, no entanto, proceder ao registro de qualquer direito no Balanço Patrimonial, ante a incerteza de fruição de benefícios econômicos futuros.
- D) Deve registrar em conta de Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo – Créditos Tributários, o montante provável de realização da ação judicial, em valores nominais, divulgando o fato em notas explicativas.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

Gabarito: A

28. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Em reunião com o departamento de contabilidade, o advogado de determinada empresa informa à chefia responsável, que, no último mês, a empresa foi notificada da existência de três ações judiciais, cujas características são:

- I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.
- II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.
- III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.



Considerando o exposto e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- A) O contador deve proceder ao reconhecimento de um passivo exigível de R\$ 15.000,00, além de constituir provisão no Passivo Não Circulante no valor de R\$ 23.000,00.
- B) As ações judiciais descritas nos itens I, II e III configuram-se como passivos contingentes; portanto, não é necessária qualquer provisão ou divulgação em Notas Explicativas.
- C) O procedimento a ser adotado pelo contador, em conformidade com a Norma citada, é o reconhecimento imediato de provisão no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 38.000,00.
- D) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas Passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

Comentários:

Questão que trata dos critérios que devem ser atendidos para o reconhecimento de provisões, de acordo com o CPC 25. Vamos analisar cada opção.

I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga **provável** que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

Como a perda é PROVÁVEL e possui uma estimativa confiável, a empresa deverá constituir uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser **possível** uma saída de recursos, mas **não sabe estimar com confiança** o prazo de sua ocorrência.

Considerando que a perda é POSSÍVEL e não há uma estimativa confiável referente à perda, não foram atendidos os critérios de reconhecimento de provisões. Trata-se de um Passivo Contingente, o qual não será contabilizado, mas apenas divulgado em Notas Explicativas.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é **REMOTA**, quase nula.

Considerando que a perda é REMOTA, trata-se de um Passivo Contingente, o qual não será contabilizado, nem divulgado em Notas Explicativas.

Gabarito: D



29. (FUNDATEC/Pref. Vacaria/Técnico Contabilidade/2021) As provisões referem-se a obrigações _____, quanto ao prazo de pagamento e valor a ser quitado. Os Accruals são _____ a pagar que não foram faturados ou formalizados e pagos, e a incerteza de sua estimativa é _____ do que as provisões, sendo divulgados frequentemente no contas a _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A incertas – ativos – maior – receber
- B certas – provisões – menor – pagar
- C duvidosas – despesas – maior – receber
- D improváveis – receitas – menor – pagar
- E incertas – passivos – menor – pagar

Comentários:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

O item 11 do **CPC 25** fala **expressamente** que as **provisões podem ser distintas de outros passivos** tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (**accruals**) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Recordamos que Accruals são os passivos gerados pela apropriação de despesas por competência, como 13º salário, férias. Portanto, não devemos reconhecer aqui provisões, mas Passivos a Pagar.

Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.

Preenchendo as lacunas, temos:

As provisões referem-se a obrigações **INCERTAS**, quanto ao prazo de pagamento e valor a ser quitado. Os Accruals são **PASSIVOS** a pagar que não foram faturados ou formalizados e pagos, e a incerteza de sua estimativa é **MENOR** do que as provisões, sendo divulgados frequentemente no contas a **PAGAR**.

Gabarito: E.

Acerca das provisões, dos passivos e das contingências passivas, analise as informações a seguir:

Em 31/12/2019, determinada empresa havia reconhecido um passivo na conta de provisões no valor total de R\$ 840.000,00, conforme as seguintes informações:

- Processo Tributário (1) = R\$ 100.000,00
- Processo Cível (2) = R\$ 400.000,00

Em 31/12/2020, o departamento jurídico dessa empresa analisou as condições desses dois processos existentes e identificou mais dois novos processos que surgiram durante o exercício de 2020. Dessa forma, foram apresentadas as seguintes informações sobre todos os processos judiciais que envolvem a empresa:



- Processo Tributário (1): a probabilidade de perda é provável no valor de R\$ 40.000,00.
- Processo Cível (2): a probabilidade de perda é provável no valor de R\$ 300.000,00.
- Processo Trabalhista (3): a probabilidade de perda é possível no valor de R\$ 200.000,00.
- Processo Fiscal (4): a probabilidade de perda é remota no valor de R\$ 80.000,00.

Com base nas informações apresentadas, julgue as próximas cinco questões.

30. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Tributário (1), trata-se de uma provisão que representa um passivo de prazo ou de valor incerto, presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável de uma obrigação presente.

Comentários:

O reconhecimento de uma provisão exige todas as seguintes características: obrigação presente, estimativa confiável e provável saída de recursos. Isso é previsto no CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;

(b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Analisemos o Processo Tributário (1):

- **Situação em 2019**

Processo Tributário (1) = R\$ 100.000,00 = Provável

- **Situação em 2020**

Processo Tributário (1) = R\$ 40.000,00 = Provável

Nota-se que ele continuou como provável, mas a estimativa passou de 100.000 para 40.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 60.000**

Diante do exposto, é correto afirmar que no Processo Tributário (1), trata-se de uma provisão que representa um passivo de prazo ou de valor incerto, presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável de uma obrigação presente.

Gabarito: Certo



31. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Cível (2), a perda é provável, porém a estimativa da provisão passou de R\$ 400.000,00 para R\$ 300.000,00. Desse modo, tem-se o reconhecimento no resultado de uma receita com reversão da perda no valor de R\$ 100.000,00.

Comentários:

É importante recordar que são reconhecidas no passivo, apenas as saídas de recursos Prováveis. Ou seja, as provisões. Conseqüentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ou melhor, revertemos as que se tornarem passivos contingentes (saídas possíveis ou remotas).

Analisemos o Processo Cível (2):

- **Situação em 2019**

Processo Cível (2) = R\$ 400.000,00 = Provável

- **Situação em 2020**

Processo Cível (2) = R\$ 300.000,00 = Provável

Nota-se que ele continuou como provável, mas a estimativa passou de 400.000 para 300.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 100.000**

Gabarito: Certo

32. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Trabalhista (3), trata-se de passivo contingente, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente. Logo, é indispensável o reconhecimento de uma obrigação não formalizada que será divulgada em notas explicativas.

Comentários:

É importante recordar que são reconhecidas no passivo, apenas as saídas de recursos Prováveis. Ou seja, as provisões. Conseqüentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ou melhor, revertemos as que se tornarem passivos contingentes (saídas possíveis ou remotas).

Analisemos o Processo Trabalhista (3):

- **Situação em 2019**

Processo Trabalhista (3) = Não existia

- **Situação em 2020**

Processo Trabalhista (3) = R\$ 200.000,00 = Possível



Observa-se que tal processo foi classificado como possível. Consequentemente, temos um passivo contingente.

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua divulgação será feita tão somente em notas explicativas. E mais, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas.

Portanto, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos não é reconhecido no balanço patrimonial e deve ser divulgado em notas explicativas.

Gabarito: Errado

33. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Fiscal (4), a perda é remota de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Contudo essa obrigação não deverá ser contabilizada no passivo, e sim publicada em notas explicativas.

Comentários:

É importante recordar que são reconhecidas no passivo, apenas as saídas de recursos Prováveis. Ou seja, as provisões. Consequentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ou melhor, revertemos as que se tornarem passivos contingentes (saídas possíveis ou remotas).

Analisemos o Processo Tributário (1):

- **Situação em 2019**

Processo Fiscal (4) = Não existia

- **Situação em 2020**

Processo Fiscal (4) = R\$ 80.000,00 = Remota

Constata-se que ele é remoto, assim sendo, não é reconhecido no balanço patrimonial e dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas

Gabarito: Errado

34. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) Na apuração final do exercício social de 2020, a empresa reconheceu, em função dos processos judiciais envolvendo as provisões, uma diminuição no resultado no valor de R\$160.000,00.

Comentários:

Para facilitar a visualização vamos demonstrar as suas respectivas situações conforme o ano:

- **Situação em 2019**



Processo Tributário (1) = R\$ 100.000,00 = Provável

Processo Cível (2) = R\$ 400.000,00 = Provável

Processo Trabalhista (3) = Não existia

Processo Fiscal (4) = Não existia

- **Situação em 2020**

Processo Tributário (1) = R\$ 40.000,00 = Provável

Processo Cível (2) = R\$ 300.000,00 = Provável

Processo Trabalhista (3) = R\$ 200.000,00 = Possível

Processo Fiscal (4) = R\$ 80.000,00 = Remota

Análise:

- Processo Tributário (1) = continuou como provável, mas a estimativa passou de 100.000 para 40.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 60.000.**
- Processo Cível (2) = continuou como provável, mas a estimativa passou de 400.000 para 300.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 100.000.**
- Processo Trabalhista (3) = passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.
- Processo Fiscal (4) = ele é remoto, assim sendo, **não é reconhecido no balanço patrimonial** e dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas

Efeito no resultado: 60.000 + 60.000 = 120.000 positivo.

Gabarito: Errado

35. (Instituto AOC/SANESUL/Contador/2021) Considerando o que estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes –, assinale a alternativa correta.

A Provisão é um passivo de prazo ou de valor certo.

B Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

C Passivo contingente é uma obrigação provável que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

D A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Entretanto o passivo contingente é divulgado em notas explicativas, mesmo que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

E A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Entretanto o ativo contingente é divulgado em notas explicativas quando for possível a entrada de benefícios econômicos.



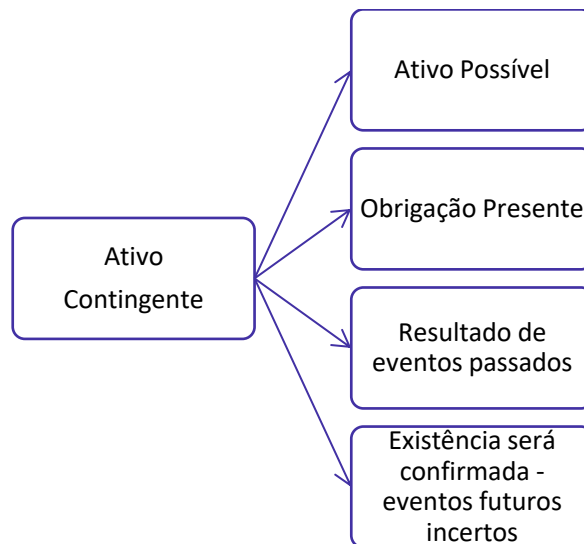
Comentários:

A Provisão é um passivo de prazo ou de valor certo. Errado, posto que é um passivo de prazo ou de valor **INCERTO**.

B Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

O CPC 25 apresenta a seguinte definição:

Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos** não totalmente sob controle da entidade.



Item certo.

C Passivo contingente é uma obrigação provável que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Vejamos a definição prevista no CPC 25:

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

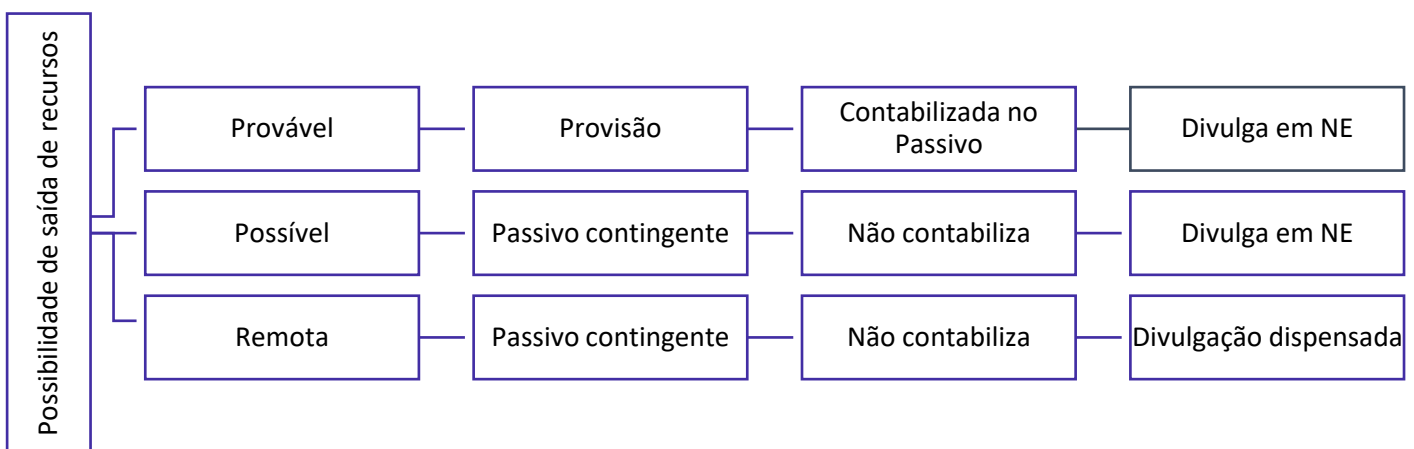


- (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Item errado.

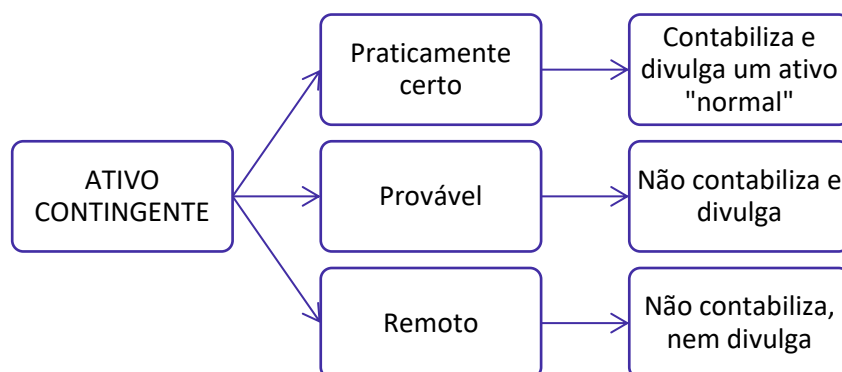
D A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Entretanto o passivo contingente é divulgado em notas explicativas, mesmo que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Errado, visto que a classificação remota dispensa a divulgação em notas explicativas:



E A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Entretanto o ativo contingente é divulgado em notas explicativas quando for possível a entrada de benefícios econômicos.

Errado, pois a divulgação em nota explicativa ocorre apenas quando ele for provável:



Gabarito: B

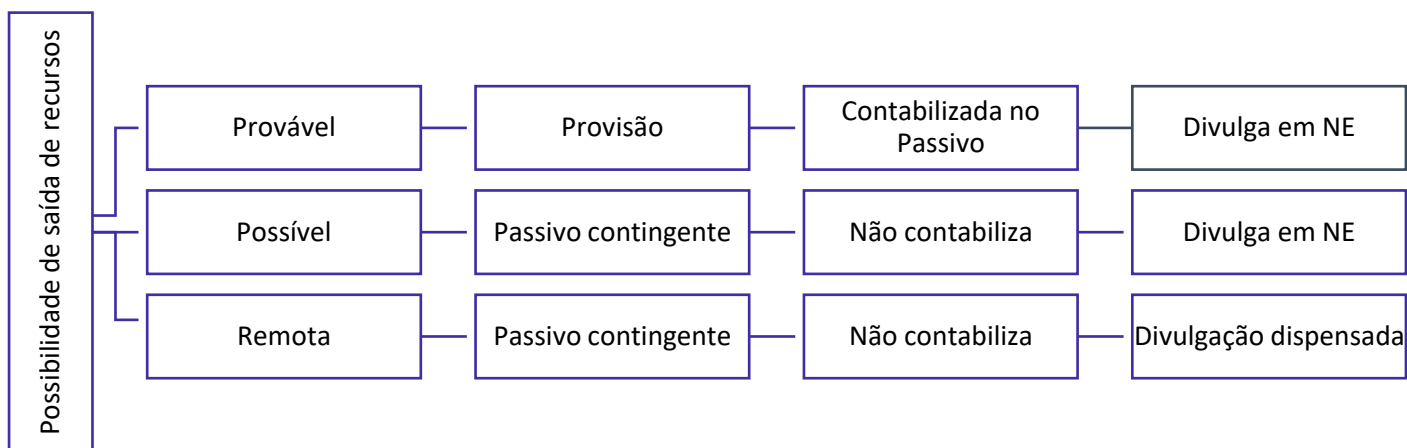
36. (AOC/ISS CARIACICA – ES/Fiscal de Tributos Municipais/2020) Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).



- I. Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.
- II. Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.
- III. Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.
- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) I, II e III.

Comentários:

Item bastante cobrado sobre o CPC 25, em quais situações serão constituídas as provisões. Vamos recorrer ao nosso esquema:



Todos estão corretos.

Gabarito: D

37. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) A Empresa Tudo junto e misturado apresenta as seguintes informações no seu Balanço Patrimonial em 31/12/X1:

Processo	Valor Estimado	Probabilidade de Perda do Processo
Ações Trabalhistas	R\$ 3.450.000,00	Provável
Ação Fiscal ICMS	R\$ 1.900.000,00	Possível
Processo Ambiental	R\$ 2.420.000,00	Possível
Ação Fiscal IPTU	R\$ 938.000,00	Provável

Sabe-se que esses valores foram passados pelo departamento jurídico da Empresa Tudo junto e Misturado, relativo a todos os processos movidos contra a empresa.



Com base nas informações apresentadas e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 25 (R2), assinale a alternativa que apresenta o valor a ser evidenciado como provisão no passivo no Balanço Patrimonial da empresa Tudo junto e Misturado em 31/12/X1.

- a) R\$ 4.320.000,00
- b) R\$ 4.388.000,00
- c) R\$ 8.708.000,00
- d) R\$ 3.450.000,00
- e) R\$ 2.420.000,00

Comentários:

Apenas as perdas consideradas PROVÁVEIS serão provisionadas pela empresa:

Processo	Valor Estimado	Probabilidade de Perda do Processo
Ações Trabalhistas	R\$ 3.450.000,00	Provável
Ação Fiscal IPTU	R\$ 938.000,00	Provável
Total	R\$ 4.388.000,00	

Gabarito: B

38. (AOCF/ISS CARIACICA – ES/Fiscal de Tributos Municipais/2020) Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.
 - II. Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.
 - III. Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.
- (A) Apenas I e II.
 - (B) Apenas I e III.
 - (C) Apenas II.
 - (D) I, II e III.

Comentários:

Item bastante cobrado sobre o CPC 25, em quais situações serão constituídas as provisões. Todos estão corretos.

Gabarito: D



39. (FUNDATEC/Pref. Formosa do Sul/Assistente Contábil/2019) Conforme a NBC TG 25 (CPC 25), uma provisão será reconhecida quando: existir uma obrigação legal _____ como resultado de evento passado; seja _____ a necessidade da saída de recursos para a liquidação da obrigação; e que possa ser feita uma estimativa _____ do valor da obrigação.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A ou informalizada – provável – confiável
- B e formalizada – possível – provável
- C ou não formalizada – remota – confiável
- D ou formalizada – possível – provável
- E e formalizada – provável – confiável

Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer ao item 14 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa **confiável** do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Gabarito: A

40. (FUNDATEC/Pref. POA/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2019) Para o encerramento do exercício de 2018, uma sociedade empresária apresentou o quadro abaixo, construído a partir da identificação de diversas obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cujas probabilidades de saída de recurso foram classificadas como prováveis ou possíveis.

Natureza da Obrigação	Saída de Recurso	Mensuração	Estimativa	Provisão
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00
Garantias	Possível	Estimativas confiáveis	R\$ 99.000,00	
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Inexistência de estimativas confiáveis	R\$ 40.000,00	
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00



De acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor de provisões a ser constituído e apresentado no Balanço Patrimonial será de:

- A R\$ 780.000,00.
- B R\$ 879.000,00.
- C R\$ 975.000,00.
- D R\$ 1.015.000,00.
- E R\$ 1.114.000,00.

Comentários:

A empresa deve provisionar os processos com provável possibilidade de perda. Se a perda for possível, a empresa não contabiliza, mas divulga em nota explicativa. Se a possibilidade de perda for remota, não contabiliza e nem divulga.

Ressaltamos que também é necessário que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Natureza da Obrigação	Saída de Recurso	Mensuração	Provisão
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 75.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 500.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 280.000,00
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 120.000,00
			R\$ 975.000,00

Gabarito: C

41. (FBC/EQT Perito Contábil/2017) O contador da empresa X está analisando uma lide em que X é polo passivo para concluir se deve reconhecer, ou não, algum valor. Depois de obter conhecimento sobre a lide, ouviu da consultoria jurídica que o passivo contingente que está sendo discutido é da ordem de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que o contador pode considerar que dos cenários provável, possível e remoto, o remoto lidera com 80% (oitenta por cento). Com base neste enunciado e considerando o item 6 da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que apresenta a CORRETA decisão do contador.

- a) Reconhecer e não divulgar um passivo no valor de R\$1.000.000,00, correspondente aos 20% não remoto.
- b) Reconhecer e divulgar um passivo no valor de R\$4.000.000,00, correspondente aos 80% como remoto.
- c) Não reconhecer e não divulgar nada sobre a lide.
- d) Não reconhecer e divulgar o valor total de R\$5.000.000,00.

Comentários:

Os passivos contingentes não são contabilizados.

Conforme a probabilidade de ocorrência eles são ou não divulgados em notas explicativas.



Os possíveis são divulgados, enquanto os remotos não.

Neste caso, sendo remota a probabilidade de perda, não reconhece e nem divulga.

Gabarito: C

42. (Instituto AOCP/EBSERH HU-UFGD/Analista/Administrativo/Contabilidade/Edital 2014) A Fábrica XL produz três modelos de geladeiras e dá garantia no momento da venda aos clientes. De acordo com os termos de garantia, a empresa se responsabiliza pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro de 12 meses a partir da data da venda. Sabe-se que, se forem detectados defeitos menores em todos os itens vendidos a empresa terá um custo de reparação de 100 mil reais e, se forem detectados defeitos maiores esse custo se elevaria para 400 mil reais. No entanto, a empresa já está há 10 anos no mercado e sua experiência tem demonstrado que 75% dos bens vendidos não apresentavam defeito algum e que os reparos menores representavam 20% e os reparos maiores apenas 5%. Com base nessa experiência, a empresa constituiu uma provisão para garantia. Assinale a alternativa correta.

- A O valor da provisão para garantia é de R\$ 40.000,00.
- B O valor da provisão para garantia é de R\$ 100.000,00.
- C O valor da provisão para garantia é de R\$ 400.000,00.
- D O valor da provisão para garantia é de R\$ 500.000,00.
- E O valor da provisão para garantia é de R\$ 20.000,00.

Comentários:

Para resolvermos essa questão, vamos recorrer ao item 39 do CPC 25, o qual afirma:

39. As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada **ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas**. O nome para esse método estatístico de estimativa é **“valor esperado”**. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.

Exemplo

A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em



custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.

O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$.

Ou seja, o valor reconhecido como provisão para garantia será encontrado buscando o valor esperado de gastos com reparos, fica assim:

Reparos menores = $100.000 \times 20\% = R\$ 20.000$

Reparos maiores = $400.000 \times 5\% = R\$ 20.000$

Total = $20.000 + 20.000 = R\$ 40.000$

Gabarito: A

43. (FADESP/MPE PA/Contador/2012) Uma das alternativas abaixo não está correta em relação ao passivo contingente. Assinale-a.

A Caracteriza-se por uma saída de recursos, possível mais não provável.

B Mesmo que a saída de recursos seja remota, a divulgação é necessária.

C Quando a probabilidade de saída de recursos é praticamente certa, trata-se de um passivo genuíno.

D Se a probabilidade de saída de recursos for provável e existir estimativa confiável, a obrigação presente requisita uma provisão.

Comentários:

Os passivos contingentes, segundo o CPC 25, são obrigações possíveis da entidade. Não é praticamente certo que haverá um desembolso para liquidar a obrigação. Assim, diferentemente das provisões, o passivo contingente não é contabilizado como passivo. Será divulgado em nota explicativa, se a probabilidade de perda for possível, ou nem isso, se a probabilidade de perda for remota. Resumindo, saída de recursos:

- Provável -> Provisão (contabilizamos e divulgamos em Notas explicativas)
- Possível -> Passivo contingente (não contabilizamos, mas divulgamos em Notas explicativas)
- Remoto -> Passivo contingente (não contabilizamos nem divulgamos em Notas explicativas)

Assim, é errado afirmar que "Mesmo que a saída de recursos seja remota, a divulgação é necessária" visto que nesse caso a divulgação NÃO é necessária.

Gabarito: B



QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESGRANRIO/Exame de Qualificação Técnica de Peritos/CFC/2023) A Cia. Q é uma companhia de capital aberto, com sede no Brasil, que atua no segmento de fabricação de eletrodomésticos com tecnologia robótica. Seu principal produto é um robô aspirador, que já está na segunda geração. Essa companhia oferece a seus clientes garantia por defeitos de fabricação ou por problemas de funcionamento inadequado do robô aspirador pelo período de um ano a partir da data da venda. A companhia considera que os equipamentos da 2ª geração têm um funcionamento melhor e que haverá uma redução nas garantias solicitadas pelos clientes. No início do exercício de 20x2, a Cia. Q apresentou as seguintes informações estimadas sobre as vendas e as garantias do robô aspirador:

Tipo	Unidades vendidas	Valor total das vendas (em R\$)	Custo individual com garantia (em R\$)	Estimativa de garantias
Robô aspirador 1ª geração	2.000	1.000.000,00	35,00	25% das unidades vendidas
Robô aspirador 2ª geração	10.000	9.000.000,00	45,00	10% das unidades vendidas

Considerando-se as informações da Cia. Q e as disposições da NBC TG 25 (R2)/2017, o valor, em reais, a ser reconhecido como provisão para cobertura das garantias deverá ser de

- a) 45.000,00
- b) 60.000,00
- c) 62.500,00
- d) 84.000,00
- e) 168.000,00

Comentários:

Para resolvermos essa questão, vamos recorrer ao item 39 do CPC 25, o qual afirma:

39. As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada **ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas**. O nome para esse método estatístico de estimativa é **“valor esperado”**. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.

Ou seja, o valor reconhecido como provisão para cobertura será encontrado buscando o valor esperado de gastos com cobertura de garantias, fica assim:



Robô 1ª geração = $2.000 \times 35 \times 25\% = R\$ 17.500$

Robô 2ª geração = $10.000 \times 45 \times 10\% = R\$ 45.000$

Total = $17.500 + 45.000 = R\$ 62.500$

Gabarito: C

2. (CESGRANRIO/TRANSPETRO Profissional de Nível Superior/Contabilidade/2023) Uma companhia opera em um mercado fortemente impactado pela variação cambial. Em decorrência da expectativa de flutuações cambiais relevantes com potencial impacto negativo nos resultados da companhia, a administração admite a ocorrência de perdas operacionais futuras. À luz das disposições do Pronunciamento CPC 25, essas perdas

A devem ser reconhecidas como provisão pela melhor estimativa na data do balanço.

B devem, quando reconhecidas, ter seus impactos refletidos como outros resultados abrangentes.

C podem ser reconhecidas como provisão ou como contingência, caso a sua mensuração seja impraticável na data do balanço.

D não podem ser associadas a potenciais reduções por irrecuperabilidade de ativos.

E não satisfazem à definição de passivo nem aos critérios gerais de reconhecimento.

Comentários:

O item 14 do CPC 25 afirma que uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;

(b) **seja provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Já o item 10 desse pronunciamento trouxe duas definições importantes:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo¹ é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Filtremos o trecho chave do enunciado: "**perdas operacionais futuras.**"

¹ A definição de passivo neste Pronunciamento não foi revisada após a revisão da definição de passivo no CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Alterada pela Revisão CPC 14).



Tais perdas futuras não devem ser reconhecidas como provisões nem como passivo, pois não satisfazem seus respectivos critérios.

Isso é previsto nos itens 63 a 65 do CPC 25:

Aplicações de regra de reconhecimento e de mensuração Perda operacional futura

63. Provisões para perdas operacionais futuras não devem ser reconhecidas.

64. As perdas operacionais futuras **não satisfazem à definição de passivo** do item 10, nem os critérios gerais de reconhecimento estabelecidos no item 14.

65. A expectativa de perdas operacionais futuras é uma indicação de que certos ativos da unidade operacional podem não ser recuperáveis. A entidade deve testar esses ativos quanto à recuperabilidade segundo o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Gabarito: E

3. (CESGRANRIO/AgERIO/Contabilidade/2023) É entendimento técnico-conceitual contábil, com base no texto do CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, em que existe uma expectativa provável de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações, e que os valores das mesmas podem ser mensurados com confiabilidade.

Nesse contexto do CPC 25, a companhia UZT informa que faz o registro contábil do 13º salário de seus empregados, a ser pago, em geral, nos meses de novembro e dezembro, no último dia útil de cada mês, e que o valor a ser contabilizado em 30/06/2022 é de R\$ 1.240.000,00.

Desconsiderando-se qualquer incidência tributária ou previdenciária sobre esse 13º salário, o registro contábil que a UZT deve fazer, em 30/06/2022, sem data e histórico, em lançamento simples, é:

- a) D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00
C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00
- b) D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00
C: 13º Salário a Pagar 1.240.000,00
- c) D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00
C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00
- d) D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00
C: 13º Salário 1.240.000,00
- e) D: Salários Provisionados 1.240.000,00
C: Provisão para Salários 1.240.000,00

Comentários:



Em nosso entendimento, pessoal, o examinador foi um pouco "maldoso" nessa questão. Ele faz toda a apresentação do conceito de provisões, conforme o CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.

Nesse sentido, pede para que o candidato faça o lançamento contábil correto da chamada "apropriação do 13º salário", chamada de maneira corriqueira na Contabilidade de "provisão para 13º salário", você já ouviu esse nome?

Contudo, pessoal, no caso da apropriação do 13º salário, **não há o que se falar em provisões**, visto que, estas são passivos de PRAZO OU VALORES INCERTOS.

O item 11 do CPC 25 fala expressamente que as provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (**accruals**) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Os passivos gerados pela apropriação de despesas por competência, como 13º salário, férias, são chamados de **accruals**. **Portanto, não devemos reconhecer aqui provisões, mas Passivos a Pagar.**

Logo, o registro contábil do 13º salário a ser feito em 30/06/2022 será:

Débito: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00

Crédito: 13º Salário a Pagar 1.240.000,00 (passivo)

Gabarito: B

4. (CESGRANRIO/Exame de Peritos/CFC/2022) A Zeta S.A. é fabricante de aparelhos de telefone celular e adotou a política de conceder garantia aos produtos vendidos pelo prazo de dois anos, a contar da data da venda. Os termos da garantia cobrem defeitos decorrentes da fabricação e podem gerar conserto ou substituição, conforme a extensão do problema detectado no prazo coberto pela garantia. A partir das ocorrências registradas em anos anteriores, a Zeta S.A. estima que, a cada ano, 2,5% dos aparelhos vendidos serão substituídos, e 4% passarão por reparos em decorrência do período de garantia concedido pela empresa. Em um determinado ano, a Zeta S.A. vendeu 10.000 aparelhos e faturou R\$ 7 milhões.

Considerando-se essas informações e as disposições da NBC TG 25 (R2), como a Zeta S.A. deverá tratar nas demonstrações contábeis a questão da concessão de garantia aos produtos vendidos?

- Aperfeiçoar os procedimentos de controle de qualidade dos aparelhos fabricados para reduzir os gastos com a cobertura de garantias.
- Divulgar os termos da concessão de garantias em notas explicativas, junto a uma avaliação de risco de ocorrência, se julgar relevante.
- Evidenciar um passivo contingente no valor de R\$ 455.000,00 para cobrir os custos estimados com as garantias.
- Reconhecer os gastos com garantias somente à medida que for acionada pelos clientes e conforme a extensão dos defeitos apresentados pelos aparelhos.



e) Reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos para cobrir a garantia concedida aos produtos vendidos.

Comentários:

Essa questão foi tirada de um exemplo que está no CPC 25, vejam:

Exemplo

A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões.

A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo. O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$.

Na questão apresentada, a empresa deve constituir uma provisão pra garantias no valor esperado com os custos cobrir a garantia concedida aos produtos vendidos, portanto, nosso gabarito é a alternativa E.

O valor esperado dessa provisão será = $R\$ 7.000.000 \times 4\% = R\$ 280.000$.

As demais alternativas estão erradas.

Gabarito: E

5. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Contador Júnior/2018) A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

a) 50.000,00



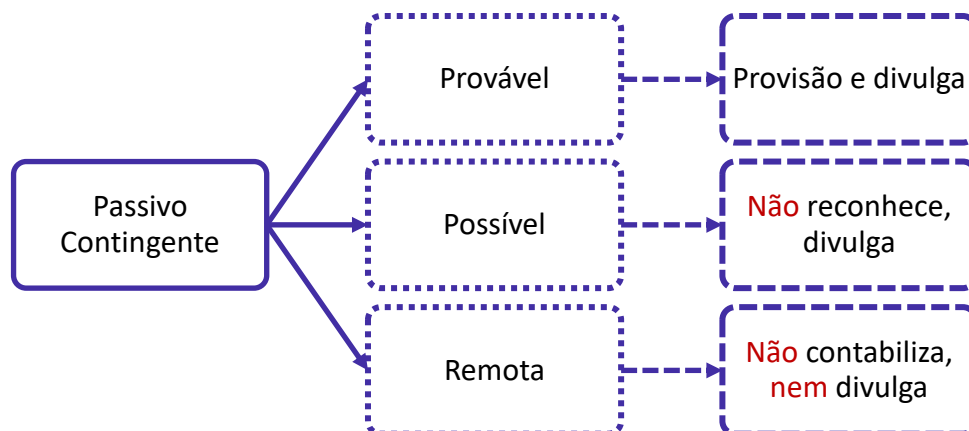
- b) 60.000,00
- c) 260.000,00
- d) 310.000,00
- e) 410.000,00

Comentários:

O CPC 25 define que Passivo contingente é:

- (a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela **ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade**; ou
- (b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, mas que **não é reconhecida porque**:
 - (i) **não é provável** que uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja exigida para **liquidar a obrigação**; ou
 - (ii) o valor da **obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade**

Além disso, baseados no CPC25 temos que:



Vamos, agora, efetuar a classificação de cada evento apresentado e assim verificarmos quais serão divulgados em Notas Explicativas como provisão:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;

Trata-se, na verdade, de um **passivo** e não passivo contingente. Não nos interessa;

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;

Aqui estamos diante de um Passivo Contingente, pois é obrigação presente, resultante de eventos passados **não há confiabilidade da mensuração**.



- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;

Trata-se de um Passivo Contingente, visto que é uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos.

- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Trata-se de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25.

Portanto, o total reconhecido como Passivo Contingente e divulgado pela empresa será: $60.000 + 200.000 + 50.000 = \text{R}\$ 310.000,00$

Gabarito: D

6. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Contador Júnior/2018) Uma companhia aérea detém uma frota de cinco aeronaves para locação de voos executivos. Cada aeronave foi adquirida por R\$ 7 milhões. Por exigência da agência reguladora de aviação, a companhia deve fazer a revisão de suas aeronaves a cada cinco anos de uso. A estimativa da entidade é que a revisão de cada aeronave custe 5% do valor de aquisição. Ao final do exercício de 2016, a frota tinha dois anos e meio de uso.

Considerando essa situação, ao final do exercício de 2016, a companhia aérea

- a) deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente.
- b) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 875.000,00.
- c) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 1.750.000,00.
- d) não deve reconhecer a provisão por causa da dificuldade de estimativas confiáveis.
- e) não deve reconhecer nem divulgar o fato, por se tratar de possibilidade futura.

Comentários:

Nessa situação a companhia aérea possui uma obrigação legal de realizar revisões a cada 5 anos.

Dado que seus aviões possuem 2,5 anos em 2016, então a entidade ainda terá 2,5 anos pela frente. Veja que ela pode evitar essas revisões futuras, por exemplo, vendendo esses ativos antes desse prazo. Logo, essa companhia não possui uma obrigação presente em relação ao gasto futuro, consequentemente, nenhuma provisão é reconhecida.

A seguir, observem um caso parecido previsto no pronunciamento contábil nº 25:

Exemplo 11B – Custo de reforma – há requisito legal

Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos.



Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19).

Os custos de vistoria da aeronave não são reconhecidos como provisão pelas mesmas razões de não-reconhecimento de provisão para os custos de substituição do revestimento do exemplo 11A. Mesmo o requisito legal para realizar a vistoria não torna os custos de vistoria um passivo, porque nenhuma obrigação existe para vistoriar a aeronave, independentemente das ações futuras da entidade – a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave. Ao invés da provisão ser reconhecida, a depreciação da aeronave leva em consideração a incidência futura de custos de manutenção, ou seja, um valor equivalente aos custos de manutenção esperados é depreciado em três anos.

Destacamos que se trata de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25:

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Por fim, analisemos as alternativas:

a) deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente.

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas**. E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas**.

Esse foi o gabarito da Cesgranrio, embora o correto seja: deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para DIVULGAR um passivo contingente.

Assim, temos que jogar com as alternativas que a banca nos oferece, pois não podemos contar que a banca irá anular as questões.

b) deve reconhecer ~~uma provisão no valor de R\$ 875.000,00.~~

c) deve reconhecer ~~uma provisão no valor de R\$ 1.750.000,00.~~



Erradas, pois ainda falta 2,5 anos para termos uma obrigação presente. Isso que é um requisito para reconhecer uma provisão.

d) não deve reconhecer a provisão ~~por causa da dificuldade de estimativas confiáveis.~~

Errado, visto que o quesito disse: “estimativa da entidade é que a revisão de cada aeronave custe 5% do valor de aquisição”. Ou seja, existe estimativa confiável. O que provocou o não reconhecimento foi o fato de não ser uma obrigação presente.

e) não deve reconhecer ~~nem divulgar o fato,~~ por se tratar de possibilidade futura.

Errado, precisamos saber se a possibilidade de saída de recursos é possível ou remota.

Em síntese:

Passivo contingente → Possível → Não contabiliza e Divulga em NE

Passivo contingente → Remoto → Não contabiliza e Nem Divulga em NE

Gabarito: A

7. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional Júnior/Ciências Contábeis/2015) No encerramento do exercício social, para a elaboração do Balanço Patrimonial, o Departamento Jurídico de uma empresa informou a existência de 4 processos trabalhistas, em andamento contra ela, em Varas Trabalhistas diferentes, com probabilidade de perda e com expectativa de desembolsos futuros, conforme segue demonstrado a seguir:

Processos trabalhistas	Desembolso provável	Probabilidades de ocorrência
Empregado Um	80.000,00	45%
Empregado Dois	70.000,00	60%
Empregado Três	150.000,00	70%
Empregado Quatro	100.000,00	85%

Considerando-se as informações recebidas do Departamento Jurídico e as normas contábeis vigentes, a Contabilidade deve fazer a adequada provisão para riscos trabalhistas, em reais, de

- A 232.000,00
- B 260.000,00
- C 268.000,00
- D 320.000,00
- E 400.000,00

Comentários:

Conforme previsão do CPC 25, para encontrarmos o “valor esperado” de perda com as ações judiciais, temos que multiplicar o desembolso provável pela probabilidade de ocorrência:



Processos Trabalhistas (a)	Desembolso Provável (b)	Probabilidades de Ocorrências (c)	Provisão (b x c)
Empregado 1	R\$ 80.000,00	45%	R\$ 36.000,00
Empregado 2	R\$ 70.000,00	60%	R\$ 42.000,00
Empregado 3	R\$ 150.000,00	70%	R\$ 105.000,00
Empregado 4	R\$ 100.000,00	85%	R\$ 85.000,00
		Total	R\$ 268.000,00

Gabarito: C

8. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Profissional de Nível Técnico - Contabilidade/2012) Uma companhia de grande porte tem em andamento, contra ela, quatro processos trabalhistas, pleiteando a reparação do mesmo direito ferido, tramitando em Juntas de Conciliação e Julgamento diferentes, portanto, submetidas ao julgamento de juízes também diferentes.

Os advogados da companhia admitem a probabilidade da necessidade de realização de desembolsos futuros, conforme previsão apresentada na tabela a seguir.

Processos em andamento	Valor do desembolso estimado (em reais)	Probabilidade de Ocorrência
Um	150.000,00	60%
Dois	100.000,00	45%
Três	130.000,00	80%
Quatro	120.000,00	35%

Considerando exclusivamente as informações recebidas, a mensuração da adequada provisão a ser realizada, em reais, é

- A 104.000,00
- B 194.000,00
- C 280.000,00
- D 281.000,00
- E 500.000,00

Comentários:

Para encontrarmos o “valor esperado” de perda com as ações judiciais, temos que multiplicar o desembolso provável pela probabilidade de ocorrência:

Processos Trabalhistas (a)	Desembolso Provável (b)	Probabilidades de Ocorrências (c)	Provisão (b x c)
Empregado 1	R\$150.000,00	60%	R\$ 90.000,00
Empregado 2	R\$100.000,00	45%	R\$ 45.000,00
Empregado 3	R\$130.000,00	80%	R\$ 104.000,00
Empregado 4	R\$120.000,00	35%	R\$ 42.000,00
		Total	R\$ 281.000,00

Gabarito: D



9. (CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico/Contabilidade/2013) O CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, define provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos. O mesmo CPC 25 apresenta, também, as condições (situações) em que uma provisão deve ser reconhecida.

Nesse contexto, considere as afirmativas abaixo.

I - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

II - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tenha como provável ser necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

III - Uma provisão deve ser reconhecida quando possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

Comentários:

Questão literal do item 14 do CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Observa-se que todos os itens estão corretos!

Gabarito: E

10. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Contabilidade/2012) Uma companhia aberta que opera na área de petróleo lavrou um contrato de licença de extração de petróleo em que se comprometeu a remover o equipamento perfuratriz ao final da extração e a restaurar o solo oceânico. Uma estimativa confiável dos custos



eventuais indica a seguinte distribuição: 55% instalação da perfuratriz, 25% restauração do solo oceânico e 20% extração do petróleo.

No encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2010, o equipamento perfuratriz estava completamente construído e instalado, pronto para operar, mas nenhum petróleo havia sido extraído ainda.

Considerando o disposto no CPC 25 e respectivos anexos, aprovado pela Deliberação CVM n 594/2009, de 15 de setembro de 2009, e as informações recebidas, a companhia, no Balanço de 31 de dezembro de 2010, deve reconhecer a provisão competente, aplicando sobre o valor dos custos eventuais o percentual de

- a) 100%
- b) 80%
- c) 75%
- d) 55%
- e) 25%

Comentários:

Essa questão foi retirada de um exemplo previsto no CPC 25:

Exemplo 3 – Atividade de extração de petróleo

Uma entidade opera em uma atividade de extração de petróleo na qual seu contrato de licença prevê a remoção da perfuratriz petrolífera ao final da produção e a restauração do solo oceânico. **Noventa por cento** dos custos eventuais são relativos à **remoção da perfuratriz petrolífera** e a **restauração dos danos** causados pela sua construção, e **dez por cento** advêm da **extração do petróleo**. Na data do balanço, a perfuratriz foi construída, mas o petróleo não está sendo extraído.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – A construção da perfuratriz petrolífera **cria uma obrigação legal nos termos da licença para remoção da perfuratriz e restauração do solo oceânico** e, portanto, esse é o **evento que gera a obrigação**. Na data do balanço, entretanto, **não há obrigação de corrigir o dano que será causado pela extração do petróleo**.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão: Uma provisão é reconhecida pela **melhor estimativa de noventa por cento dos custos eventuais** que se relacionam com a perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção (ver item 14). Esses custos são incluídos como parte dos custos da perfuratriz petrolífera. **Os dez por cento de custos que são originados a partir da extração do petróleo são reconhecidos como passivo quando o petróleo é extraído**.

Em suma pessoal:

Somente os custos com a remoção da perfuratriz e serão provisionados (55%+25% = 80%), os custos com a extração de petróleo (20%), serão considerados no Passivo, conforme ocorrer tiver início da produção.



Gabarito: B

11. (CESGRANRIO/PQS/Analista Contábil Júnior/2012) O surgimento da possibilidade da entrada de benefícios econômicos para a entidade de eventos não esperados ou não planejados caracteriza um ativo contingente.

Nas demonstrações contábeis, esses ativos contingentes

A não devem ser reconhecidos.

B não estão sujeitos à necessidade de avaliação periódica.

C não devem ser divulgados em nota explicativa quando for provável a entrada futura do benefício.

D são considerados redutores do ativo circulante / direitos realizáveis.

E devem ser classificados como ativo não circulante / investimentos.

Comentários:

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

O item 31 do CPC 25 informa que a entidade **não deve reconhecer um ativo contingente.**

Adicionalmente esse pronunciamento explica no item 32 que eles surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Gabarito: A

12. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Técnico Júnior/Contabilidade/2011) Uma empresa produz componentes para televisores LCD. Para conquistar o mercado, ela oferece aos seus clientes uma garantia de um ano para o funcionamento dos componentes que vende.

Devido a esse procedimento, ela deve registrar o valor provável a ser gasto com essa garantia na conta

- a) Reserva para contingências
- b) Reserva para garantia
- c) Reserva para eventos subsequentes
- d) Provisão para contingências
- e) Provisão para garantias

Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer ao seguinte exemplo dado pelo CPC 25:



Exemplo 1 – Garantia Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto.

De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24).

Assim, ela deve registrar o valor provável a ser gasto com essa garantia na conta Provisão para garantias no passivo circulante. A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão para garantias (despesa)

C – Provisão para garantias (passivo)

Gabarito: E

13. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Profissional Júnior/Ciências Contábeis/2010) No encerramento do balanço de determinada empresa, existem processos trabalhistas iniciados no exercício e ainda pendentes de decisão judicial, mas que o Departamento Jurídico tem como líquida e certa a perda, estimando que o desembolso ocorrerá num prazo superior a 2 anos. Contabilmente, quando deverá ser reconhecida a perda?

A No momento do desfecho da ação judicial, ou seja, quando ficar consignada a obrigação de desembolsar o valor ação.

B No ano anterior ao desfecho da ação judicial.

C No encerramento do balanço, através da constituição de uma provisão para perda em ação trabalhista, a ser registrada no passivo não circulante.

D Somente após o pagamento do valor relativo à ação judicial.

E Quando faltarem apenas 3 meses para o desfecho da ação.

Comentários:

Filtremos os trechos chaves:

Departamento Jurídico tem como líquida e certa a perda



Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente (legal ou não formalizada)** como **resultado de evento passado**;
- (b) **seja provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida

Após essa revisão e com base no enunciado, vamos responder as seguintes perguntas:

Obrigação presente? Sim, obrigação legal decorrente de processo trabalhista

Provável? Sim, pois é certa a perda

Estimativa Confiável? Sim, pois é líquida.

Assim, temos uma provisão trabalhista.

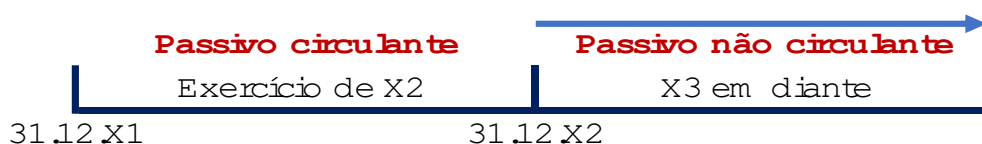
desembolso ocorrerá num prazo superior a 2 anos

O passivo exigível basicamente pode ser dividido em passivo circulante e não circulante.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações:

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei.

Esquematizemos:



Como o desembolso irá ocorrer após o final do exercício social subsequente, então vamos classificar no Passivo Não Circulante.

Diante do exposto, contabilmente, a perda será reconhecida no encerramento do balanço, através da constituição de uma provisão para perda em ação trabalhista, a ser registrada no passivo não circulante.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – VUNESP

1. (VUNESP/Pref. Taubaté/Contador/2024) Uma companhia aberta possui os seguintes processos trabalhistas em sua carteira de processos judiciais:

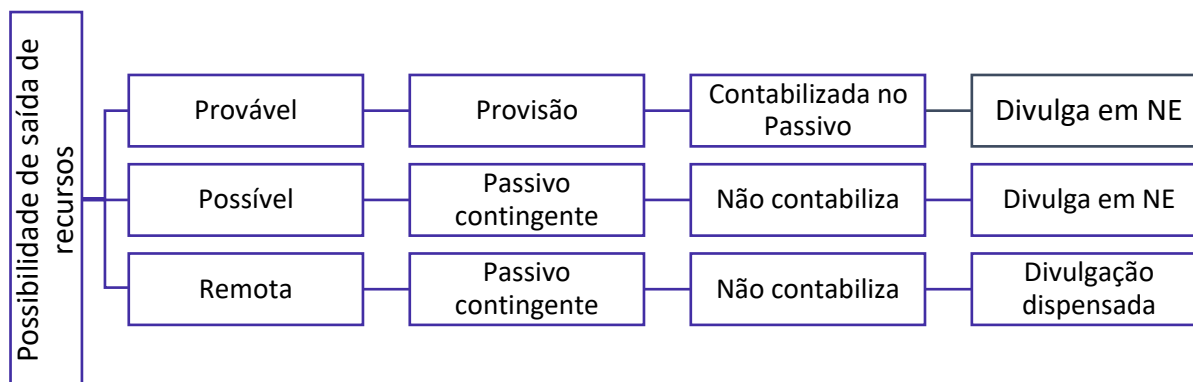
Número do processo	Saldo em 31/12/2023	Classificação em 31/12/2023	Saldo em 31/03/2024	Classificação em 31/03/2024
1	20.000,00	Provável	21.500,00	Provável
2	56.000,00	Provável	70.000,00	Provável
3	89.000,00	Provável	89.000	Provável
4	345.000,00	Remoto	345.000	Possível
5	780.000,00	Possível	780.000,00	Possível
6	230.000,00	Possível	235.000,00	Provável

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que, no 1o trimestre de 2024, o contador deverá reconhecer uma despesa relativa à atualização das provisões no valor, em R\$, de:

- A 15.500,00
- B 19.000,00
- C 20.500,00
- D 250.500,00
- E 415.500,00

Comentários:

No tocante a possibilidade de saída de recursos:



Após a avaliação inicial, podem ocorrer mudança na estimativa da probabilidade. Sobre o assunto, o item 59 do CPC 25 ensina que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

O mesmo item, ainda explica que se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Para facilitar a visualização vamos demonstrar as suas respectivas situações conforme a data:



- **Situação em 31/12/2023**

Número do processo	Saldo em 31/12/2023	Classificação em 31/12/2023
1	20.000,00	Provável
2	56.000,00	Provável
3	89.000,00	Provável
4	345.000,00	Remoto
5	780.000,00	Possível
6	230.000,00	Possível

- **Situação em 31/03/2024**

Número do processo	Saldo em 31/03/2024	Classificação em 31/03/2024
1	21.500,00	Provável
2	70.000,00	Provável
3	89.000,00	Provável
4	345.000,00	Possível
5	780.000,00	Possível
6	235.000,00	Provável

Análise:

- Processo Nº 1 = continuou como provável, mas a estimativa passou de 20.000 para 21.500, assim, temos uma **despesa com provisão de 1.500**.
- Processo Nº 2 = continuou como provável, mas a estimativa passou de 56.000 para 70.000, assim, temos uma **despesa com provisão de 14.000**.
- Processo Nº 3 = sem alteração, isto é, continuou como provável e com o mesmo valor.
- Processo Nº 4 = deixou de ser remoto e virou possível. Assim, temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.
- Processo Nº 5 = sem alteração, ou melhor, continuou como possível e com o mesmo valor. Assim, não vamos mexer na nota explicativa. Recordamos que ele não é reconhecido no Balanço patrimonial.
- Processo Nº 6 = deixou de ser possível e virou provável, **consequentemente estamos diante de uma provisão**. Além disso, temos uma **despesa com provisão de 235.000**

Efeito no resultado: -1.500 - 14.000 – 235.000 = 250.500 negativos (Aumento de despesa)

Gabarito: D

2. (VUNESP/APS/Contador/2024) A legislação contábil vigente define provisão como:

A uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

B possível obrigação que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.



C um passivo não oneroso a ser liquidado dentro do ciclo operacional da entidade.

D um passivo de prazo ou valores incertos.

E um passivo não oneroso a ser consumido por eventos incertos da entidade.

Comentários:

Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo¹ é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo contingente é:

(a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida porque:**

(i) **não é provável** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.

Após essa revisão, vamos julgar as alternativas:

A uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Essa é a definição de passivo. Alternativa errada.

Aproveitando... Embora o CPC 25 não tenha atualizado a definição do passivo, é importante saber também a definição prevista no CPC 00 (R2):

Definição de passivo

4.26 Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

¹ A definição de passivo neste Pronunciamento não foi revisada após a revisão da definição de passivo no CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Alterada pela Revisão CPC 14).



- (a) a entidade tem uma obrigação (ver de 4.28 a 4.35);
- (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico (ver itens de 4.36 a 4.41); e
- (c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados (ver itens de 4.42 a 4.47).

B possível obrigação que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Essa é uma das descrições sobre Passivo contingente, especificadamente a da alínea a. Alternativa errada.

C um passivo não oneroso a ser liquidado dentro do ciclo operacional da entidade.

Ressaltamos que o CPC 25 não trouxe essa definição. Alternativa errada.

D um passivo de prazo ou valores incertos.

Essa é a definição prevista no CPC 25. Alternativa certa.

E um passivo não oneroso a ser consumido por eventos incertos da entidade.

Ressaltamos que o CPC 25 não trouxe essa definição. Alternativa errada.

Gabarito: D

3. (VUNESP/APS/Contador/2024) Obrigação legal é uma obrigação que deriva de

A eventos passados não monetários.

B documentos da entidade.

C custos operacionais.

D eventos não monetários que afetam diretamente o capital circulante líquido.

E contrato, legislação ou outra ação da lei.

Comentários:

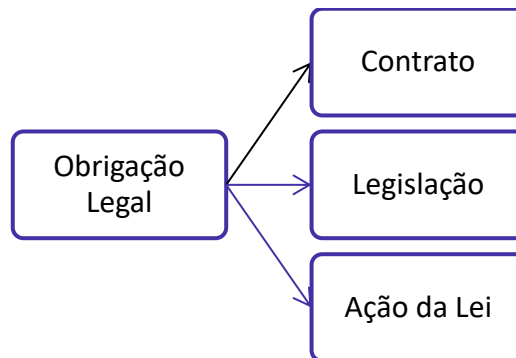
O item 10 do CPC 25 trouxe algumas definições, entre elas:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) **contrato** (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) **legislação**; ou
- (c) **outra ação da lei**.



Para ajudar, um esquema:



Gabarito: E

4. (VUNESP/SPTrans/Auditor Pleno/2024) No que tange as provisões, passivos e ativos contingentes e com base no pronunciamento contábil relativo à matéria, assinale a alternativa correta.

A A entidade deve reconhecer um passivo contingente. O ativo contingente é divulgado, como exigido em norma contábil, a menos que seja provável a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

B A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Os ativos contingentes surgem, normalmente, de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

C Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é imaterial, o valor da provisão deve ser o valor corrente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para provisionar a obrigação.

D Os eventos passados que possam afetar o valor atual para liquidar a obrigação devem ser refletidos no valor da provisão quando houver evidência objetiva insuficiente de que eles ocorrerão.

E Passivo é uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

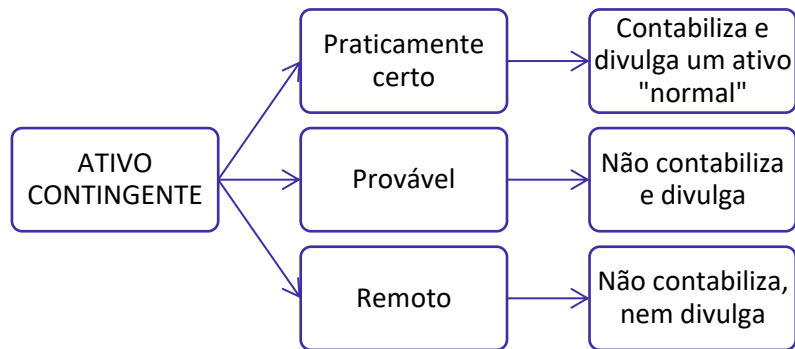
Comentários:

A A entidade ~~deve reconhecer~~ um passivo contingente. O ativo contingente é divulgado, como exigido em norma contábil, a menos que seja ~~provável~~ a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Não reconhecemos ativos contingentes nem passivos contingentes. Apenas divulgaremos em notas explicativas quando o ativo contingente é provável e o passivo contingente é possível.

Aproveitemos e vamos rever o nosso esquema:





Corrigindo: A entidade **NÃO** deve reconhecer um passivo contingente. O ativo contingente é divulgado, como exigido em norma contábil, a menos que seja POSSÍVEL a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. Alternativa Errada.

B A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Os ativos contingentes surgem, normalmente, de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos não totalmente sob controle** da entidade.

O item 31 do CPC 25 veda o reconhecimento de um ativo contingente.

O item 32 desse pronunciamento ensina que os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Ainda, trouxe o seguinte exemplo: uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Esse é o nosso gabarito.

C Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é imaterial, o valor da provisão deve ser o valor corrente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para provisionar a obrigação.

Consertando: MATERIAL ... valor PRESENTE ... LIQUIDAR.

Observem o item 45 do CPC 25:

Valor presente

45. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão deve ser o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação.

D Os eventos ~~passados~~ que possam afetar o valor atual para liquidar a obrigação devem ser refletidos no valor da provisão quando houver evidência objetiva insuficiente de que eles ocorrerão.



Na verdade, são os eventos FUTUROS. Vejam o item 48 dessa norma:

Evento futuro

48. Os eventos futuros que possam afetar o valor necessário para liquidar a obrigação devem ser refletidos no valor da provisão quando houver evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão

Item errado.

E Passivo é uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Falso, ele é uma obrigação **PRESENTE** ... espera que resulte em **SAIDA** de recursos.

Gabarito: B

5. (VUNESP/Pref. SP/Auditor Fiscal Tributário Municipal/Gestão Tributária/2023) O departamento jurídico de uma empresa apresentou o status dos processos judiciais que entram na carteira em dezembro de 2022 e nos quais a entidade é ré:

	31/12/2022		31/03/2023
Remoto	100.000,00	Remoto	120.000,00
Possível	70.000,00	Possível	60.000,00
Possível	120.000,00	Possível	120.000,00
Provável	80.000,00	Provável	120.000,00

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que

A em 31/03/2023, a empresa reverteu R\$ 10.000,00 de provisão relativo ao processo 02.

B em 31/12/2022, a empresa reconheceu uma provisão no valor de R\$ 270.000,00.

C em 31/12/2022, a empresa reconhece uma provisão no valor de R\$ 370.000,00.

D não houve alteração no saldo de provisões de 31/03/2023 em relação a 31/12/2022.

E em 31/03/2023, a empresa reconheceu despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.

Comentários:

- **Situação em 31/12/2022**

		31/12/2022
1°	Remoto	100.000,00
2°	Possível	70.000,00
3°	Possível	120.000,00
4°	Provável	80.000,00

Análise:



Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta:
Quais são prováveis?

Filtremos na tabela:

		31/12/2022
01	Remoto	100.000,00
02	Possível	70.000,00
03	Possível	120.000,00
04	Provável	80.000,00

Conforme a tabela, o **Processo 04 é o único provável**. Logo, o valor da despesa com Provisão será de **R\$ 80.000**. Fica assim:

Processo 01: aqui temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas.

Processo 02 e 03: estamos diante de dois passivos contingentes com “probabilidade possível” de saída de recursos, ele **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.

Processo 04: a perda é provável, assim sendo, é necessário constituir provisão, **no valor de R\$ 80.000, com uma despesa**.

- **Situação em 31/03/2023**

Após a avaliação inicial, podem ocorrer mudança na estimativa da probabilidade. Sobre o assunto, o item 59 do CPC 25 ensina que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

O mesmo item, ainda explica que se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Nessa data ocorreu a reclassificação de alguns processos e ficou assim:

		31/03/2023
01	Remoto	120.000,00
02	Possível	60.000,00
03	Possível	120.000,00
04	Provável	120.000,00

Análise:

- Processo 01= sem alteração, isto é, continuou como remoto. Aqui temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos **não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas**.
- Processo 02 = continuou como possível, **não é reconhecido no balanço patrimonial** e apenas vamos atualizar o valor na nota explicativa.



- Processo 03 = sem alteração, ou melhor, continuou como possível e com o mesmo valor. Assim, não vamos mexer na nota explicativa. Recordamos que ele não é reconhecido no Balanço patrimonial.
- Processo 04 = continuou como provável, mas a estimativa passou de 80.000 para 120.000, assim, temos uma **despesa com provisão de 40.000**.

Efeito no resultado: 40.000 negativos (Aumento de despesa)

Após essa verificação, vamos julgar as alternativas:

A em 31/03/2023, a empresa reverteu R\$ 10.000,00 de provisão relativo ao processo 02.

Tal processo é um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos, por conta disso ele **não é reconhecido no balanço patrimonial** e apenas deve ser divulgado em notas explicativas. Item errado.

B em 31/12/2022, a empresa reconheceu uma provisão no valor de R\$ 270.000,00.

Conforme a tabela, o Processo 04 é o único provável. Logo, o valor da despesa com Provisão será de R\$ 80.000. Alternativa errada.

C em 31/12/2022, a empresa reconhece uma provisão no valor de R\$ 370.000,00.

Em 31/12/2022, o Processo 04 é o único provável. Então, a empresa reconhece uma provisão no valor de R\$ 80.000. Alternativa errada.

D não houve alteração no saldo de provisões de 31/03/2023 em relação a 31/12/2022.

Na verdade, houve um aumento no saldo de provisões de R\$ 40.000 nesse período. Alternativa errada.

E em 31/03/2023, a empresa reconheceu despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.

Após as mudanças na estimativa de R\$ 80.000 para R\$ 120.000, a entidade reconheceu despesa com provisão no valor de R\$ 40.000. Com isso, a entidade terá uma provisão de R\$ 120.000 reconhecida no balanço patrimonial. Esse é o nosso gabarito!

Gabarito: E

6. (VUNESP/CM SOB/Contador/2023) A área jurídica de uma empresa apresentou, ao Diretor Financeiro, a lista dos processos judiciais em que a entidade era configurava como polo passivo. O quadro a seguir evidencia as informações levantadas, com base no valor e na classificação de probabilidade de perda:

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Cível	1.200.000,00	Remoto	1.200.000,00	Remoto
Trabalhista	900.000,00	Possível	900.000,00	Provável
Tributário	120.000,00	Provável	120.000,00	Provável
Ambiental	3.500.000,00	Remoto	3.500.000,00	Possível



O saldo da conta provisões judiciais no passivo totalizava, em 31.12.2022, o valor em R\$ de:

- A 120.000,00
- B 1.020.000,00
- C 2.100.000,00
- D 4.700.000,00
- E 5.720.000,00

Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: **Quais são prováveis?**

Filtremos na tabela:

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022
Cível	1.200.000,00	Remoto
Trabalhista	900.000,00	Possível
Tributário	120.000,00	Provável
Ambiental	3.500.000,00	Remoto

Conforme a tabela, o **Processo Tributário é o único provável**. Logo, o valor da despesa com Provisão será de **R\$ 120.000**.

Para fins didáticos, analisemos os demais:

- **Processo Civil e Ambiental:** estamos diante de dois passivos contingentes com “probabilidade remota” de saída de recursos, por conta disso não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas.
- **Processo Trabalhista:** aqui temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos, ele **não é reconhecido no balanço patrimonial** e deve ser divulgado em notas explicativas.

Gabarito: A

7. (VUNESP/CM SOB/Contador/2023) A área jurídica de uma empresa apresentou, ao Diretor Financeiro, a lista dos processos judiciais em que a entidade era configurava como polo passivo. O quadro a seguir evidencia as informações levantadas, com base no valor e na classificação de probabilidade de perda:

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Cível	1.200.000,00	Remoto	1.200.000,00	Remoto
Trabalhista	900.000,00	Possível	900.000,00	Provável
Tributário	120.000,00	Provável	120.000,00	Provável
Ambiental	3.500.000,00	Remoto	3.500.000,00	Possível

É correto afirmar que no 1º trimestre de 2023, a entidade



A não reconheceu despesa e nem reversão de despesa com provisões.

B reconheceu despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.

C reconheceu reversão de despesa de provisão no valor de R\$ 4.820.000,00.

D registrou despesa com provisão no valor de R\$ 1.020.000,00.

E registrou despesa com provisão no valor de R\$ 900.000,00.

Comentários:

Para facilitar, vamos analisar individualmente os processos:

- **Processo Civil**

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Cível	1.200.000,00	Remoto	1.200.000,00	Remoto

Sem alteração, isto é, continuou como remoto. Aqui temos um passivo contingente com “probabilidade remota” de saída de recursos. Ele **não é reconhecido no balanço patrimonial nem deve ser divulgado em notas explicativas.**

- **Processo Trabalhista**

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Trabalhista	900.000,00	Possível	900.000,00	Provável

Tal processo se tornou provável, assim, temos **uma despesa com provisão de 900.000 e uma provisão de mesmo valor.**

- **Processo Tributário**

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Tributário	120.000,00	Provável	120.000,00	Provável

Não houve alteração na probabilidade nem no valor estimado. Assim, temos uma provisão tributária de 120.000 reconhecida no balanço patrimonial.

- **Processo Ambiental**

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Ambiental	3.500.000,00	Remoto	3.500.000,00	Possível



Deixou de ser remota e virou possível, conseqüentemente temos um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos. Ele **não é reconhecido no balanço patrimonial** e apenas deve ser divulgado em notas explicativas.

A não reconheceu despesa e nem reversão de despesa com provisões.

Na verdade, a entidade reconheceu uma despesa com provisão de R\$ 900.000,00 no 1o trimestre de 2023. Item errado.

B reconheceu despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.

Verdade seja dita: essa despesa foi de R\$ 900.000,00. Alternativa errada.

C reconheceu reversão de despesa de provisão no valor de R\$ 4.820.000,00.

Nesse trimestre houve apenas reconhecimento de despesa de provisões. Não houve reversão de despesa de provisões. Item errado.

D registrou despesa com provisão no valor de R\$ 1.020.000,00.

Na realidade, foi no valor de R\$ 900.000,00. Alternativa errada.

E registrou despesa com provisão no valor de R\$ 900.000,00.

Por conta da mudança de classificação do processo trabalhista, a entidade registrou despesa com provisão no valor de R\$ 900.000,00 no 1o trimestre de 2023. Esse é o nosso gabarito.

Gabarito: E

8. (VUNESP/TCM SP/Auditor de Controle Externo/Administração/2023) Um evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, como é o caso de uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto, é denominado de:

- A Provisão.
- B Passivo contingente.
- C Ativo contingente.
- D Contas a pagar.
- E Contas a receber.

Comentários:

Nesse tipo de questão temos que caçar as palavras-chaves: “não planejado”, “não esperados”, “possibilidade de **ENTRADA** de benefícios” “incertos”. Essas são características dos ativos contingentes.

Aproveitemos para recordar:



Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32 do CPC 25).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. (item 33 do CPC 25).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Gabarito: C

9. (VUNESP/Pref. Jaguariúna/Auditor Fiscal Tributário/2023) Indique o valor que deverá ser contabilizado como uma provisão para contingências, no balanço patrimonial, tendo em vista as informações sobre os processos tributários e os seus respectivos riscos classificados pela área jurídica da empresa, como segue:

Relação de processos tributários:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Provável	6.172.500,00
Perda Possível	4.250.000,00
Perda Remota	7.502.500,00

A R\$ 4.250.000

B R\$ 6.172.500

C R\$ 7.502.000

D R\$ 10.422.500

E R\$ 17.925.000

Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?

Conforme a tabela temos:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Provável	6.172.500,00



Logo, o valor de R\$ 6.172.500,00 deverá ser contabilizado como uma provisão para contingências, no balanço patrimonial. Já podemos marcar como gabarito a letra B.

No tocante aos outros processos tributários, teremos que divulgar em notas explicativas aqueles que forem possíveis. Então, dessa vez perguntemos: Quais são possíveis?

Observando a tabela:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Possível	4.250.000,00

Então, serão divulgados em NE. Aqui temos um passivo contingente possível.

E os demais?

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Remota	7.502.500,00

Como o processo tributário foi remoto, não reconhecemos nem divulgamos esses passivos contingentes remotos.

Gabarito: B

10. (VUNESP/Pref. Guarulhos/CONTADOR/2023) A equipe jurídica de uma entidade apresentou para a Diretoria a lista de processos judiciais nos quais a entidade figura-se como ré.

Número do processo	Classificação em 31.12.2021	Classificação em 31.12.2022	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	Provável	1.230.000,00
456.764.678	Remoto	Provável	345.000,00
234.760.777	Provável	Possível	89.090,00
234.567.321	Remoto	Possível	2.300.000,00
765.872.012	Remoto	Remoto	1.890.650,00

Considerando que o saldo de provisões judiciais em 31.12.2021 totalizava R\$ 1.230.000,00, pode-se afirmar que, em 2022, a entidade registrou

A uma reversão de provisão no valor de R\$ 885.404,00

B uma despesa de provisão no valor de R\$ 345.000,00

C uma despesa de provisão no valor de R\$ 2.645.000,00

D uma despesa de provisão no valor de R\$ 1.575.000,00

E ativo contingente no valor de R\$ 89.090,00

Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?



- **Em 31/12/2021 (Situação Inicial)**

Número do processo	Classificação em 31.12.2021	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	Não Informado
234.760.777	Provável	Não informado
	Saldo	1.230.000,00

- **Em 31/12/2022 (Situação Final)**

Número do processo	Classificação em 31.12.2022	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	1.230.000,00
456.764.678	Provável	345.000,00
	Saldo	1.575.000,00

Resultado: $1.575.000 - 1.230.000 = 345.000$ (Despesa, pois a provisão aumentou).

Fique Atento! Evidentemente temos uma reversão da provisão referente ao processo nº 234.760.777 (ele deixou de ser provável e tornou-se possível). Aqui vai o “pulo do gato”: todavia não sabemos os saldos iniciais dos processos 123.456.789 e 234.760.777 (O quesito informou só o total das provisões: [...] “saldo de provisões judiciais em 31.12.2021 **totalizava** R\$ 1.230.000,00”). Em razão disso, não podemos fazer pela variação dos processos. A banca, para dificultar, colocou o saldo final do processo 123.456.789 equivalente ao saldo inicial total de R\$ 1.230.000 e isso confundiu muitos candidatos.

Gabarito: B

11. (VUNESP/Pref. Sorocaba/Contador/2023) Uma entidade pertencente ao setor industrial oferece garantia de 3 meses após a entrega para todos os seus produtos, assim, os clientes dessa empresa estão cobertos pelo custo de reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente no prazo de vigência da garantia.

Para fins gerenciais, a entidade classifica os custos de reparação nos níveis A e B. No nível A estão classificados os maiores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível A no último trimestre foi de R\$ 200.000,00. Já no nível B estão classificados os menores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível B foi de R\$ 50.000,00 trimestrais. A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que 80% dos produtos não deem defeito, 8% apresentem defeitos maiores e 12% defeitos menores.

Considerando essas informações, é correto afirmar que a despesa com provisão de garantias que deverá ser reconhecida pela entidade será, em R\$, de:

- A 0,00.
- B 6.000,00.
- C 16.000,00.
- D 22.000,00.
- E 250.000,00.



Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer ao seguinte exemplo dado pelo CPC 25:

Exemplo 1 – Garantia Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto.

De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24).

Nota-se que o quesito trouxe uma situação parecida com o exemplo do pronunciamento: *Uma entidade pertencente ao setor industrial oferece garantia de 3 meses após a entrega para todos os seus produtos, assim, os clientes dessa empresa estão cobertos pelo custo de reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente no prazo de vigência da garantia.*

É evidente que teremos que reconhecer uma conta Provisão para garantias no passivo. A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão para garantias (despesa)

C – Provisão para garantias (passivo)

A dúvida seria em relação ao valor a ser contabilizado. Para resolver, vamos recorrer, mais uma vez, ao texto desse pronunciamento:

O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. (Item 36, CPC 25)

As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. **Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.** O nome para esse **MÉTODO** estatístico de estimativa é **“VALOR ESPERADO”**. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala. (Item 39, CPC 25)



Exemplo: A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.

O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$

Vamos seguir a mesma lógica utilizando os valores do nosso quesito:

Para fins gerenciais, a entidade classifica os custos de reparação nos níveis A e B.

*No nível A estão classificados os maiores custos de reparação. **A média de gastos na carteira de nível A no último trimestre foi de R\$ 200.000,00** + A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que [...] **8% apresentem defeitos maiores***

Custo as reparações com defeitos maiores = $R\$ 200.000 \times 8\% = R\$ 16.000$

*Já no **nível B** estão classificados os menores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível B foi de **R\$ 50.000,00** trimestrais + A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que [...] **12% defeitos menores.***

Custo as reparações com defeitos menores = $R\$ 50.000 \times 12\% = R\$ 6.000$

Considerando essas informações, é correto afirmar que a despesa com provisão de garantias que deverá ser reconhecida pela entidade será, em R\$, de:

- defeitos maiores = $200.000 \times 8\% = 16.000$
- defeitos menores = $50.000 \times 12\% = 6.000$

O valor esperado do custo das reparações = 22.000

Gabarito: D

12. (VUNESP/UNICAMP/CONTADOR/2023) A área jurídica de uma sociedade anônima industrial possui os seguintes processos judiciais em andamento:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa
1	100.000,00	Requerente
2	500.000,00	Requerente
3	90.000,00	Ré
4	25.000,00	Ré
5	200.000,00	Ré



Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa
6	890.000,00	Ré
7	290.000,00	Ré

Sabe-se que, em virtude da política da empresa, todos os processos são classificados inicialmente como possíveis.

No final de 2022, a área jurídica entendeu que os processos 3, 6, 7 deveriam ser reclassificados do possível para o provável.

Considerando essas informações, o contador da entidade realizou no sistema contábil em 31.12.2022, o registro de uma provisão no valor, em R\$, de:

A 0,00.

B 600.000,00.

C 1.270.000,00.

D 1.495.000,00.

E 2.095.000,00.

Comentários:

Inicialmente, temos a seguinte situação²:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa	Classificação Inicial
1	100.000,00	Requerente	Possível
2	500.000,00	Requerente	Possível
3	90.000,00	Ré	Possível
4	25.000,00	Ré	Possível
5	200.000,00	Ré	Possível
6	890.000,00	Ré	Possível
7	290.000,00	Ré	Possível

Posteriormente, a entidade reclassificou para provável os processos 3, 6, 7:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa	Classificação 12/2022
1	100.000,00	Requerente	Possível
2	500.000,00	Requerente	Possível
3	90.000,00	Ré	Provável
4	25.000,00	Ré	Possível
5	200.000,00	Ré	Possível

² Sabe-se que, em virtude da política da empresa, todos os processos são classificados inicialmente como possíveis.



Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa	Classificação 12/2022
6	890.000,00	Ré	Provável
7	290.000,00	Ré	Provável

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa	Classificação 12/2022
3	90.000,00	Ré	Provável
6	890.000,00	Ré	Provável
7	290.000,00	Ré	Provável
Total	1.270.000,00		

Considerando essas informações, o contador da entidade realizou no sistema contábil em 31.12.2022, o registro de uma provisão no valor, em R\$, de: 1.270.000,00.

Alguns detalhes! Note que os processos 1 e 2 a entidade é requerente. Ou seja, são ativos contingentes possíveis. Já os processos 4 e 5 são passivos contingentes possíveis.

Gabarito: C.

Considere os dados a seguir, para responder à questão.

13. (VUNESP/DOCAS PB/CONTADOR/2022) Uma companhia estatal portuária não dependente elaborou o seguinte balancete de verificação contendo contas e saldos patrimoniais e de resultado para exercício findo de 2021, em milhares de R\$:

Contas	Saldo (em milhares de R\$)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, patrimônio líquido	41.244,80
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	100.000,00
Bancos	113.597,50
Caixa	10.000,00
Capital Social	390.000,00
Clientes, curto prazo	98.560,00
Clientes, longo prazo	20.000,00
Custos dos Produtos e Serviços Prestados	74.257,28
Despesa Financeira	76.892,34
Despesas Administrativas	37.128,64
Direitos Contratuais - Outorgas de Terminais Portuários, longo prazo	198.067,50
Encargos Sociais a Pagar, curto prazo	1.320,45
Imobilizado, líquido	528.180,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.045,00
Intangível, líquido	120.000,00



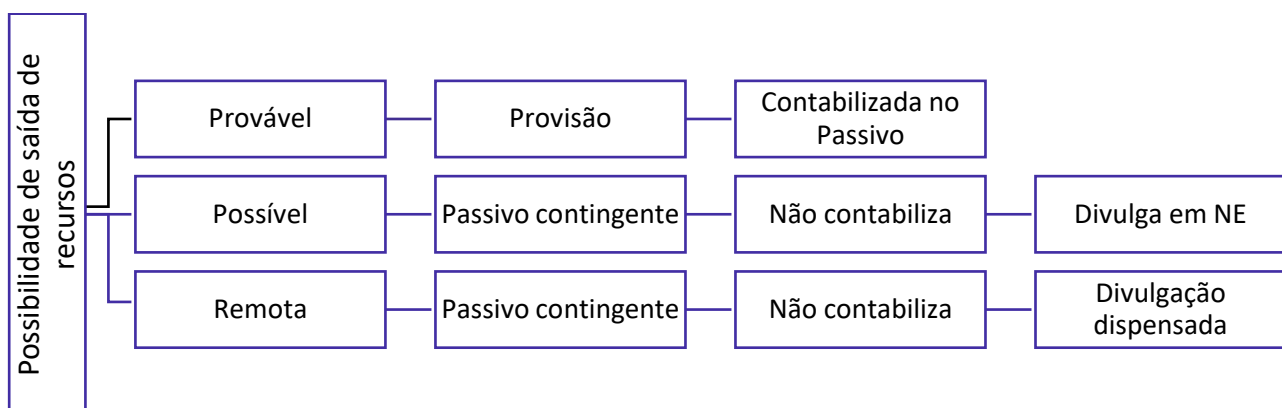
Contas	Saldo (em milhares de R\$)
Despesa com IR e CSLL	15.549,90
Outras Despesas Operacionais	7.980,00
Outras Receitas Operacionais	9.282,16
Prejuízo Acumulado	186.974,09
Provisão para 13º salário, curto prazo	19.806,75
Provisão para férias, curto prazo	13.204,50
Provisões Cíveis, curto prazo	215.670,00
Provisões Cíveis, longo prazo	413.675,00
Provisões Trabalhistas, curto prazo	14.567,00
Provisões Trabalhistas, longo prazo	90.456,00
Receita Diferida, longo prazo	250.885,50
Receita Financeira	47.067,89
Receita Líquida	185.643,20
Salários a pagar, curto prazo	26.409,00

Os valores provisionados no Balancete da companhia estatal referentes às ações judiciais cíveis e trabalhistas foram reconhecidos porque a equipe jurídica considera que o desembolso com essas ações será, conforme pronunciamento técnico 25 do CPC,

- A Remoto.
- B Relevante.
- C Provável.
- D Possível.
- E Fidedigno.

Comentários:

Para questões de CPC 25 - Provisões, precisamos ter sempre esse esquema em mente:



Segundo a referida norma:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:
- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;



(b) seja **PROVÁVEL** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Gabarito: C

14. (VUNESP/ALESP/Auditor Interno/2022) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não), decorrente de evento passado, for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços, para que a obrigação seja liquidada, e

A uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

B uma estimativa confiável do valor presente possa ser realizada.

C existam documentos confiáveis acerca da obrigação.

D existam ativos em Caixa e Equivalente de Caixa para suportar o valor da obrigação, nos moldes exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E que a despesa e seu desembolso estejam empenhados.

Comentários:

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão? Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;

(b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **ESTIMATIVA CONFIÁVEL DO VALOR DA OBRIGAÇÃO**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Gabarito: A

15. (VUNESP/PRUDENCO/Contador/2022) De acordo com as normas contábeis brasileiras, uma provisão deve ser reconhecida, entre outras variáveis, quando

A é possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.



B é presente e resulta de eventos passados, mas que talvez seja reconhecida porque o valor da obrigação tende a ser mensurado com suficiente confiabilidade.

C tenha capacidade de gerar benefício econômico futuro.

D a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

E um evento passado conduz a uma obrigação.

Comentários:

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão? Segundo o pronunciamento CPC 25:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida

Vejamos as alternativas:

A é possível-que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Errado, pois tal item faz referência ao passivo contingente e não as provisões. Nas palavras do CPC 25:

Passivo contingente é:

(a) **uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade;** ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.



B é presente e resulta de eventos passados, mas que talvez seja reconhecida porque o valor da obrigação tende a ser mensurado com suficiente confiabilidade. Uma vez atendido os critérios de reconhecimento, as provisões serão reconhecidas. Item errado.

C tenha capacidade de gerar benefício econômico futuro. A provisão é reconhecida quando for provável a **SAÍDA DE RECURSOS** envolvendo benefícios futuros na liquidação. O item erra ao informar uma geração de recursos.

D a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

Correto, visto que é previsto no item 14, alínea a, do CPC 25:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) **a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;**

E um evento passado conduz a uma obrigação. Não é uma variável ter uma obrigação, pois ela precisa ser uma obrigação presente. Item errado

Gabarito: D

16. (VUNESP/IPSM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/ANALISTA PREVIDENCIÁRIO CONTABILIDADE/2022) O responsável jurídico recebeu demanda do setor de contabilidade da Cia IPSM para manifestar-se sobre os processos judiciais dos quais a Cia é ré para que se pudesse realizar os registros contábeis nas demonstrações contábeis trimestrais (ITR) relativas a junho de 2022.

O responsável jurídico informou à contabilidade a existência de dois processos trabalhistas e de dois processos cíveis, juntamente com a classificação de perdas, de acordo com a interpretação da equipe jurídica, conforme quadro abaixo.

Processo	Tipo	Valor provisionado na ITR de 31/03/2022 (em R\$)	Perda remota (em R\$)	Perda possível (em R\$)	Perda provável (em R\$)
1	Trabalhista	30.000,00	-	30.000,00	23.000,00
2	Trabalhista	0,00	-	10.000,00	6.500,00
3	Cível	0,00	200.000,00	120.000,00	-
4	Cível	50.000,00	-	45.000,00	60.000,00

Na demonstração de resultado relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2022 (segundo trimestre), será evidenciado o seguinte efeito líquido global dos processos judiciais em curso:

A ativo contingente no valor de R\$ 7.000,00.

B reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 16.500,00.



C reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 9.500,00.

D reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 7.000,00.

E reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 9.500,00.

Comentários:

Vimos que apenas são reconhecidas no passivo, apenas as saídas de recursos Prováveis. Consequentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ainda, reconhecer aquelas que passaram a ser prováveis após a mudança da probabilidade.

Trabalhista 1 Reverte R\$ 7.000,00 (30.0000 – 23.000)

Trabalhista 2 Constitui -R\$ 6.500,00

Cível 2 Constitui -R\$ 10.000,00 (50.000 – 60.000)

Resultado Despesa R\$ 9.500,00

Outra forma de resolver:

Em 31/03/22, o total da provisão era de R\$ 30.000 + R\$ 50.000 = R\$ 80.000.

Em 31/06/22, a provisão passa para R\$ 23.000 + R\$ 6.500 + R\$ 60.000 = R\$ 89.500.

Resultado: R\$ 80.020 – R\$ 89.500 = R\$ 9.500 (despesa, pois a provisão aumentou).

Na demonstração de resultado relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2022 (segundo trimestre), será evidenciado o seguinte efeito líquido global dos processos judiciais em curso **reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 9.500,00.**

Gabarito: C

17. (VUNESP/VALIPREV/Contador/2020) O departamento jurídico de uma empresa de capital aberto apresentou as seguintes informações para o Departamento de Contabilidade:

Processos judiciais	Probabilidade de Desembolso (em R\$)		
	Remota	Possível	Provável
Trabalhistas	0,00	0,00	123.000,00
Cíveis	0,00	150.000,00	0,00
Tributários	120.000,00	0,00	0,00

O valor da Despesa com Provisão na Demonstração de Resultado do Exercício será, em R\$:

- a) 123.000,00
- b) 150.000,00
- c) 273.000,00
- d) 120.000,00
- e) 393.000,00



Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?

Conforme a tabela, os processos judiciais trabalhistas são os únicos prováveis. Logo, o valor da despesa com Provisão será de R\$ 123.000,00. Já podemos marcar como gabarito a letra a.

No tocante aos outros processos, teremos que divulgar em notas explicativas aqueles que forem possíveis. Então, dessa vez perguntemos: Quais são possíveis?

Observando a tabela, notamos que os processos judiciais Cíveis são possíveis, logo serão divulgados em NE. Aqui temos um passivo contingente possível.

Como o processo tributário foi remoto, não reconhecemos nem divulgamos esses passivos contingentes remotos.

Gabarito: A

18. (VUNESP/Pref. Cerquilha/Contador/2019) O texto a seguir foi retirado de uma Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de uma empresa brasileira.

“A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas.”

Conforme as normas e os pronunciamentos técnicos de contabilidade adotados no Brasil, a provisão para as demandas judiciais da companhia foram estimadas e reconhecidas nas demonstrações contábeis, considerando o suficiente para cobrir as perdas

- a) fidedignas.
- b) possíveis.
- c) precisas.
- d) prováveis.
- e) remotas.

Comentários:

Filtrando as características expostas pelo quesito: [...] “foram ESTIMADAS e RECONHECIDAS nas DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, considerando o suficiente para cobrir as perdas”

Fique Atento! O quesito já começou falando Notas explicativas, mas não estamos diante de um passivo contingente possível. Já que a questão afirmou que essas demandas foram reconhecidas nas demonstrações contábeis. Logo, só podem ser perdas prováveis.

Segundo o pronunciamento CPC 25:



14. Uma **PROVISÃO DEVE SER RECONHECIDA** quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (**legal ou não formalizada**) como resultado de **EVENTO PASSADO**;

(b) seja **PROVÁVEL** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **ESTIMATIVA CONFIÁVEL** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Gabarito: D

19. (VUNESP/Pref. SP/Analista - Ciências Contábeis/2018) Assinale a alternativa correta.

a) Quando uma obrigação presente for considerada provável, mas não passível de mensuração, deve-se divulgar o fato em nota explicativa.

b) Quando uma entrada de benefícios for considerada remota, deve-se reconhecer um ativo contingente.

c) Quando uma obrigação possível puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer um ativo contingente.

d) Quando uma obrigação presente e provável não puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer uma provisão.

e) Quando uma obrigação presente for considerada remota, mas passível de mensuração confiável, deve-se reconhecer uma provisão.

Comentários:

a) Quando uma obrigação presente for considerada provável, mas não passível de mensuração, deve-se divulgar o fato em nota explicativa.

Correto, porque o reconhecimento de uma provisão exige todas as seguintes características: obrigação presente, estimativa confiável e provável saída de recursos.

Nesse caso, ele será um passivo contingente e como sua possibilidade é provável deverá ser divulgado em notas explicativas.

b) Quando uma entrada de benefícios for considerada ~~remota~~, deve-se ~~reconhecer~~ um ativo contingente.

Errado, pois ativos contingentes não são reconhecidos.

c) Quando uma ~~obrigação~~ possível puder ser mensurada de forma confiável, deve-se ~~reconhecer~~ um ativo contingente.



Errado, dado que eles são ativos prováveis ou remotos e não são reconhecidos.

d) Quando uma obrigação presente e provável não puder ser mensurada de forma confiável, deve-se ~~reconhecer~~ reconhecer uma provisão.

Errado, vimos que o reconhecimento de uma provisão exige todas as seguintes características: obrigação presente, estimativa confiável e provável saída de recursos.

e) Quando uma obrigação presente for considerada remota, mas passível de mensuração confiável, deve-se ~~reconhecer~~ reconhecer uma provisão.

Errado, já que as obrigações remotas não são reconhecidas nem divulgadas em notas explicativas.

Gabarito: A

20. (VUNESP/CM Itaquaquecetuba/Controlador Interno/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

- a) contas a pagar.
- b) ativo contingente.
- c) reserva de lucros.
- d) passivo contingente.
- e) fluxo operacional de desembolsos.

Comentários:

Destaquemos os atributos: “não é reconhecida”, “improvável uma saída de recursos”, não é possível fazer uma estimativa confiável.” Vimos que essas palavras chaves definem os passivos contingentes, pois eles não são contabilizados:

- Porque a saída de recursos é somente possível.
- Pois você não consegue estimar com confiabilidade o valor desta obrigação.

Gabarito: D

21. (VUNESP/Pref. Registro/Analista Contábil/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como

- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.



- c) Adiantamento de um evento econômico.
- d) Passivo Contingente.
- e) Ativo contingente.

Comentários:

Separando as palavras chaves: “ativo possível”, “existência será confirmada”, “eventos futuros” “incertos”, “não completamente sob o controle”. Essas são características dos ativos contingentes. Recordamos que eles surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Gabarito: E

22. (VUNESP/Controlador/Indaiatuba/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

- a) contas a pagar.
- b) ativo contingente.
- c) reserva de lucros.
- d) passivo contingente.
- e) fluxo operacional de desembolsos.

Comentários:

Esse é o conceito de passivo contingente. Segundo o CPC 25:

10. Passivo contingente é:

- a) Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; OU
- b) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Lembrando que o passivo contingente não é contabilizado, apenas divulgado em notas explicativas.



Se o passivo contingente for de probabilidade de saída remota, ele não é divulgado e sua divulgação em nota explicativa é dispensada.

A provisão, por seu turno, é contabilizada.

Gabarito: D

23. (VUNESP/Contador/Prefeitura de SBC/2018) De acordo com os preceitos contábeis atuais, assinale a alternativa que indica uma das condições que se apresenta correta para o reconhecimento de uma provisão.

- a) Seja ainda remota a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.
- b) Que haja dúvida quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.
- c) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.
- d) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).
- e) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; E
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Gabarito, portanto, letra c. Vejamos as demais alternativas.

a) Seja ainda **remota** a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.

A saída de recursos é provável.

b) Que haja **dúvida** quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.

Deve haver uma estimativa confiável para se reconhecer uma provisão. Veja que o valor não precisa ser exato, mas deve haver estimativa confiável.

d) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).



Errado. A saída de recursos deve ser provável.

e) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

Errado. Conta a pagar é um passivo líquido e certo (sabe-se o valor exato) e não uma provisão.

Gabarito: C

24. (VUNESP/Analista/Prefeitura de Registro/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como

- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.
- c) Adiantamento de um evento econômico.
- d) Passivo Contingente.
- e) Ativo contingente.

Comentários:

Segundo o CPC, item 31, a entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Devem, sim, ser evidenciado em notas explicativas.

Então, se, por exemplo, você entrou na justiça para reaver um tributo pago a maior, e esse processo está para ser analisado, mas é somente possível que o desfecho seja favorável, então, nesta hipótese estamos frente a um ativo contingente, que, como tal, não é contabilizado. Veja, é possível que você ganhe e tenha o direito a receber, mas não é praticamente certo, tampouco provável.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Gabarito: E

25. (VUNESP/CM Pradópolis/Contador/2016) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade, refere-se a um dos conceitos de

- a) impairment.



- b) contas a pagar.
- c) reserva de contingência.
- d) provisão para redução de ativos.
- e) passivo contingente.

Comentários:

O Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes oferece as seguintes definições:

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) **NÃO É PROVÁVEL** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **NÃO PODE SER MENSURADO** com suficiente confiabilidade.

Gabarito: E

26. (VUNESP/PREF. POÁ/ANALISTA CONTÁBIL/2015) De acordo com os preceitos contábeis, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Todavia, na identificação de um ativo como resultado de um evento não planejado ou de outros eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, ou mesmo que esse ativo nunca venha a ser realizado, tal ativo será conceituado como

- a) Provisão para perdas.
- b) Ativo contingente.
- c) Ativo não circulante.
- d) Ajuste de variação patrimonial.
- e) Impairment.

Comentários:

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.**

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.



Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Ativo Contingente: A entrada de benefícios econômicos é:

- 1) **Praticamente certa:** Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.
- 2) **Provável**, mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) **A entrada não é provável** (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.

Gabarito: B

27. (Vunesp/Desenvolvesp/Contador/2014) As premissas de que a entidade tem uma obrigação, legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado; que seja provável uma saída de recursos para liquidar tal obrigação; e que pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação, referem-se a:

- a) capital circulante líquido.
- b) características de um passivo contingente.
- c) características das contas a pagar, de fato.
- d) origens e aplicação de recursos.
- e) requisitos básicos para que uma provisão possa ser reconhecida.

Comentários:

O Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes oferece as seguintes definições:

10. Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo contingente é:



(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Além disso, o CPC 25 nos aponta os critérios para reconhecimento de provisões, que foram apresentados no enunciado da questão:

Reconhecimento

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Gabarito: E

28. (VUNESP/SP – Urbanismo/Analista Administrativo/2014) A obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, é definida como

(A) ativo contingente.

(B) contas a pagar.

(C) passivo contingente.

(D) ajuste de exercício anterior.

(E) reserva de contingência.

Comentários:



Definição de Passivo Contingente apresentada no CPC 25:

10. Os seguintes termos são usados nesta Norma, com os significados especificados

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade

Gabarito: C



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – FGV

1. (FGV/EPE/Analista De Gestão Corporativa –Contabilidade/2024) Uma loja de eletrodomésticos vendeu uma versão especial de geladeiras apenas em dezembro de 2023. No mês, foram vendidas 30 geladeiras da edição especial, tendo a loja auferido receita de R\$60.000.

Em relação às vendas desta geladeira, a loja reconheceu provisão para garantias de R\$8.000, de acordo com as estimativas realizadas por seus especialistas. A garantia tinha validade de 6 meses, a partir da data da compra.

Em 30/06/2023, a loja constatou que os gastos com garantia relacionados às geladeiras vendidas em dezembro, foram de R\$5.000.

Assinale a opção que indica o impacto dessa constatação no resultado da loja, auferido na Demonstração do Resultado do Exercício semestral, em 30/06/2023.

- (A) Aumento de R\$3.000.
- (B) Aumento de R\$5.000.
- (C) Diminuição de R\$3.000.
- (D) Diminuição de R\$5.000.
- (E) Não há impacto.

2. (FGV/EPE/Analista De Gestão Corporativa –Contabilidade/2024) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deve-se reconhecer no Balanço Patrimonial, apenas

- (A) os ativos contingentes.
- (B) os passivos contingentes.
- (C) as provisões para contingências.
- (D) os ativos e os passivos contingentes.
- (E) os passivos contingentes e as provisões para contingências.

3. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em relação aos ativos contingentes, é correto afirmar que

A resultam de eventos futuros.

B surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

C devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

D quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

E são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.



4. (FGV/TCE-BA/Auditor Estadual de Controle Externo/2023) Em 12 de dezembro de 2023, uma empresa decide encerrar uma divisão que fabricava painéis solares. Em 20 de dezembro de 2023, foi finalizado o plano detalhado de encerramento da divisão. Cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurarem uma fonte alternativa de fornecimento e avisos de rescisão foram enviados ao pessoal da divisão.

A empresa estima que terá 675 mil reais em gastos, detalhados em:

Descrição	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	R\$ 50.000
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	R\$ 250.000
Novo treinamento de funcionários	Possível	R\$ 25.000
Marketing	Possível	R\$ 50.000
Investimento em novos sistemas e redes de distribuição	Provável	R\$ 300.000

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um montante de provisões de reestruturação de:

- (A) R\$ 25.000;
- (B) R\$ 75.000;
- (C) R\$ 300.000;
- (D) R\$ 600.000;
- (E) R\$ 675.000.

5. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 02/01/X0, uma loja foi acionada na justiça por um funcionário que reclamava R\$15.000 por danos morais. A administração da loja julgava que a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000. Assinale a opção que indica o lançamento contábil em 02/01/X0.

- a) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Passivo contingente R\$10.000
- b) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Provisão para contingências R\$10.000
- c) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Provisão para contingências R\$15.000
- d) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Causa a pagar R\$10.000



C - Provisão para perdas R\$5.000

e) Não deve haver contabilização

6. (FGV/PC AM/Perito Criminal/4ª Classe/Contabilidade/2022) Uma loja foi acionada na justiça por um cliente que diz ter sido constrangido por seus funcionários. O cliente apresenta provas, de modo que os advogados da loja julgam que é provável a saída de recursos como indenização ao cliente. No entanto, apesar do esforço, não foi possível estimar de modo confiável o valor da obrigação.

Assinale a opção correta em relação ao tratamento da causa pela loja, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Divulgação como passivo contingente.
- b) Reconhecimento como contas a pagar.
- c) Reconhecimento como provisão para contingências.
- d) Reconhecimento como ajuste do patrimônio líquido.
- e) Não é requerido reconhecimento e nem divulgação.

7. (FGV/SEFAZ- AM/ Assistente Administrativo/SEFAZ/2022) Em relação às provisões, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Têm prazo ou valor incertos.
- b) Derivam de eventos que ainda irão ocorrer.
- c) Representam contas redutoras do ativo.
- d) Representam obrigações possíveis cuja existência será confirmada.
- e) Não são contabilizadas nas demonstrações contábeis, mas evidenciadas em notas explicativas.

8. (FGV/FunSaúde CE/Técnico Contabilidade/2021) O empregado de uma sociedade empresária foi demitido e entrou na justiça pedindo uma indenização. Os advogados da sociedade empresária julgaram que a probabilidade de perda e a consequente saída de recursos, é remota.

Assinale a opção que indica o posicionamento da contabilidade da sociedade empresária em relação à causa.

A Deve reconhecer uma provisão e divulgar o fato em nota explicativa.

B Deve reconhecer uma provisão, mas não divulgar o fato em nota explicativa.

C Deve divulgar o fato em nota explicativa, mas não reconhecer uma provisão.

D Deve reconhecer a despesa na Demonstração do Resultado, mas não reconhecer uma provisão.

E Não deve reconhecer uma provisão e nem divulgar o fato em nota explicativa.

9. (FGV/IMBEL/Analista Contábil/2021) Um grupo de empregados acionou uma empresa na justiça, pedindo uma indenização no valor de R\$ 100.000. Os advogados da empresa consideravam que a perda da causa na justiça era provável. Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil do caso nas demonstrações contábeis da empresa.

A Constituição de provisão para contingências.



- B Constituição de reserva para contingências.
- C Constituição de passivo contingente.
- D Diminuição do caixa.
- E Nada deve ser feito.

10. (FGV/IMBEL/Supervisor/Contador/2021) O Balanço Patrimonial de uma entidade apresentava, em 31/12/X0, os saldos a seguir.

- Crédito Fiscal: R\$ 40.000;
- Passivo contingente: R\$ 25.000;
- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Despesa antecipada de salários: R\$ 15.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;
- Disponibilidades: R\$ 34.000.

Com base nos saldos apresentados, assinale a opção que indica o valor do passivo da entidade, na data.

- A R\$ 80.000
- B R\$ 95.000
- C R\$ 105.000
- D R\$ 120.000
- E R\$ 135.000

11. (FGV/CM Salvador/Analista Legislativo Municipal/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

12. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.



d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.

e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

13. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Assinale a opção que indica a existência de um passivo contingente.

a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.

b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.

c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.

d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.

e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

14. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Um empregado de determinada entidade entrou na justiça cobrando horas extras não remuneradas, no total de R\$ 50.000.

Os consultores jurídicos da entidade consideram que o risco de perda é remoto.

Em relação ao fato, assinale a opção que indica o correto procedimento da entidade.

a) Reconhecimento de passivo circulante.

b) Reconhecimento de passivo não circulante.

c) Reconhecimento de despesa.

d) Divulgação em nota explicativa.

e) Não deve haver reconhecimento nem divulgação.

15. (FGV/ALE-RO/Assistente Legislativo/Técnico em Contabilidade/2018) Em 01/02/2018, um antigo funcionário da Cia. K entrou na justiça alegando ter sido mal tratado na empresa e pedindo indenização por danos morais.

Os advogados da Cia. K julgaram que a perda da causa seria provável. No entanto, não conseguiram estimar o valor que poderiam perder, uma vez que o caso é inédito na empresa.

Assinale a opção correta em relação ao procedimento da Cia. K frente ao caso, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a) Constituição de provisão.

b) Divulgação em nota explicativa.

c) Constituição de provisão e divulgação em nota explicativa.

d) Divulgação no relatório da administração.

e) Nada deve ser feito.



16. (FGV/Auditor/CGM/Niterói/2018) A diretoria de uma entidade, em 31.01.2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31.03.2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividades em Minas Gerais ocorreu em 31.05.2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31.07.2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31.08.2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividades, um passivo foi constituído em

- a) 31.01.2017
- b) 31.03.2017
- c) 31.05.2017
- d) 31.07.2017
- e) 31.08.2017

17. (FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

18. (FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015) Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.



Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

19. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (C) D – Contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – Contingências ativas - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – Contingências ativas - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – Outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

20. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhadas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:



- a) 2011.
- b) 2012.
- c) 2013.
- d) 2014.
- e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

21. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014) Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
- (B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
- (C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
- (D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
- (E) não contabilizar a provisão.

22. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.
- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

23. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013) O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é

- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.



24. (FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011) Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.
- B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.
- C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

25. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010) A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.



GABARITO

1	A
2	C
3	E
4	C
5	B
6	A
7	A
8	E
9	A
10	A
11	B
12	D
13	E
14	E
15	B
16	B
17	A
18	C
19	B
20	C
21	E
22	B
23	D
24	D
25	B



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – FCC

1. (FCC/Pref. do Jaboaão dos Guararapes/Auditor Fiscal Tributário/2024) O setor jurídico da empresa Abacaxi SA acompanha periodicamente os processos em que a entidade figura como parte. Um desses processos, aberto pela empresa Laranja S.A., originou-se do suposto não cumprimento de cláusulas do contrato comercial estabelecido entre ambas as entidades. A seguir, apresenta-se o histórico do referido processo judicial:

- 10/06/2020: Abertura do processo judicial pela empresa Laranja S.A., que exige uma indenização de R\$ 600.000,00, em virtude das perdas comerciais sofridas. O setor jurídico da Abacaxi S.A. classificou como remota a chance de saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

- 31/03/2023: O juiz responsável pelo processo deu causa ganha à empresa Laranja S.A.. No entanto, o valor da obrigação não pôde ser mensurado com suficiente confiabilidade. Por essa razão, designou-se perito contábil para a realização dos cálculos. O setor jurídico da Abacaxi S.A. passou a considerar passível a saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

- 26/11/2023: O perito contábil estabeleceu que o valor que deveria ser pago, a título de indenização, à empresa Laranja S.A. era de R\$ 1.156.000,00. Diante disso, o setor jurídico da empresa Abacaxi S.A. passou a classificar o processo como de provável saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

Com base nessas informações, a área contábil da empresa Abacaxi S.A.

- (A) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 26/11/2023, pelo valor de R\$ 1.156.000,00.
- (B) divulgou uma provisão em Notas Explicativas, em 31/03/2023, pelo valor de R\$ 600.000,00, que era a melhor estimativa à época.
- (C) reconheceu um passivo contingente no Balanço Patrimonial, em 26/11/2023, pelo valor de R\$ 1.156.000,00.
- (D) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 31/03/2023, ainda que sem valor definido.
- (E) divulgou um passivo contingente em Notas Explicativas, em 10/06/2020, pelo valor de R\$ 600.000,00.

2. (FCC/MPE AM/Contador/2024) Em dezembro de 20X3, uma tradicional indústria chinesa do segmento automobilístico iniciou suas atividades no Brasil. Para se destacar no mercado nacional e ganhar à confiança de seus clientes, a diretoria da indústria decidiu que, nas vendas de seu primeiro modelo, cujo lançamento está previsto para 20 de janeiro de 20X4, a empresa concederá uma garantia aos seus clientes. Essa garantia abrange consertos - por reparo ou substituição de peças - de defeitos apresentados pelo veículo no prazo de cinco anos a contar da data da venda. A entidade estima que venderá 10.000 unidades de seu novo modelo em 20X4, a um preço unitário de R\$ 80.000,00. Por experiências anteriores com modelos semelhantes, entende-se como provável que os clientes acionem a garantia no prazo concedido. A expectativa para o próximo ano é de que 80% dos veículos não apresentem defeitos, 15% tenham pequenos defeitos, cuja estimativa de gasto para reparação é de R\$ 300.000,00, e que 5% tenham defeitos grandes, cuja estimativa de gasto para reparação é de R\$ 1.000.000,00. Com base apenas nessas informações, a Indústria, em 31/12/20X3,



A não deve reconhecer provisão nem divulgar passivo contingente.

B deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 95.000,00.

C deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 50.000,00 e, adicionalmente, divulgar um passivo contingente em Notas Explicativas no valor de R\$ 45.000,00.

D deve reconhecer uma provisão em Balanço Patrimonial no valor de R\$ 1.300.000,00.

E deve divulgar um passivo contingente em Notas Explicativas no valor de R\$ 1.300.000,00.

3. (FCC/TJ BA/Contador/2024. Adaptada) A empresa Bello Colchão identificou, em dezembro de 20X8, os passivos contingentes apresentados a seguir:

Origem do passivo contingente	Valor estimado (Em R\$)	Classificação dada pela área jurídica
Processos trabalhistas	250.000,00	Provável
Processos tributários	100.000,00	Possível
Processos judiciais	187.000,00	Remoto

Com base nessas informações, a empresa Bello Colchão é requerida a apresentar em seu Balanço Patrimonial de 31/12/20X8 e em suas notas explicativas, respectivamente, passivo contingente no valor, em reais, de

A 537.000,00 e zero

B 250.000,00 e 287.000,00

C 350.000,00 e 187.000,00

D 250.000,00 e 350.000,00

E 250.000,00 e zero

4. (FCC/COPERGÁS/Economista/2023) A empresa K LW S.A. está respondendo a diversos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. As informações sobre esses processos, em 31/12/X1, são apresentadas a seguir:

Número do Processo	Valor estimado (em reais)	Probabilidade de Perda
1	500.000	Possível
2	120.000	Provável
3	200.000	Provável
4	100.000	Possível
5	250.000	Remota

O valor total que deve ser reconhecido no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/X1 da empresa K LW S.A., exclusivamente em relação aos processos citados é, em reais:

A Zero.

B 920.000.

C 1.170.000.

D 320.000.

E 600.000.



5. (FCC/TRT-18/Administrativa/Contabilidade/2023) O departamento jurídico da empresa Problemas Gerais S.A. apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- a) 5.600.000,00
- b) 1.720.000,00
- c) 4.960.000,00
- d) 2.360.000,00
- e) 3.240.000,00

6. (FCC/SEFAZ- SC/Analista da Receita Estadual/2021) As informações sobre os processos judiciais que uma determinada empresa está respondendo são apresentadas na tabela a seguir:

No do Processo	31/12/2019	31/12/2020	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
1	R\$ 800.000,00	Provável	R\$ 680.000,00
2	R\$ 310.000,00	Possível	R\$ 230.000,00
3	-	Provável	R\$ 150.000,00
4	-	Remota	R\$ 210.000,00

Com base nas informações acima, o impacto total reconhecido no resultado da empresa no ano de 2020, decorrente destes processos judiciais, foi

- A uma perda de R\$ 150.000,00.
- B um ganho de R\$ 280.000,00.
- C um ganho de R\$ 200.000,00.
- D um ganho de R\$ 120.000,00.
- E uma perda de R\$ 30.000,00.

7. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Considere os conceitos abaixo:



I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

II. Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço Patrimonial, visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.

III. Provisões, por serem caracterizadas como passivos contingentes, não são reconhecidas em Balanço Patrimonial.

IV. As provisões remotas são reconhecidas no passivo em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

8. (FCC/SEFAZ BA/Auditor Fiscal/Administração, Finanças e Controle Interno/2019) Em 31/12/2017, uma empresa estava respondendo a dois processos, sendo um relacionado a questionamentos de ex-funcionários e outro a uma autuação efetuada por um órgão de fiscalização tributária. O Balanço Patrimonial da empresa apresentava, nessa data, no grupo do passivo não circulante, a conta Provisões com a composição e o saldo total constantes da tabela a seguir:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 400.000,00
Tributário	R\$ 720.000,00
Saldo total da conta	R\$ 1.120.000,00

Para a realização do Balanço Patrimonial em 31/12/2018 a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2017 e identificou, adicionalmente, dois novos processos judiciais surgidos em 2018. A tabela a seguir apresenta as informações obtidas de uma assessoria jurídica independente sobre os diversos processos a que a empresa responde em 31/12/2018:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado de perda em 31/12/2018
Trabalhista	Provável	R\$ 320.000,00
Tributário	Possível	R\$ 400.000,00
Cível	Possível	R\$ 200.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 160.000,00

Com base nas informações apresentadas, o efeito líquido total causado na Demonstração do Resultado de 2018 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) Despesa de 1.080.000,00.
- b) Despesa de 480.000,00.



- c) Receita de 40.000,00.
- d) Receita de 800.000,00.
- e) Receita de 640.000,00.

9. (FCC/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava no passivo o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos valores abaixo.

Processo	Saldo em 31/12/2017
Ambiental	R\$ 300.000,00
Trabalhista	R\$ 540.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições destes dois processos e identificou dois novos processos que surgiram durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre os processos foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 240.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 450.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 270.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2018, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi:

- (A) Receita total no valor de R\$ 200.000,00.
- (B) Despesa total no valor de R\$ 70.000,00.
- (C) Despesa total no valor de R\$ 720.000,00.
- (D) Despesa total no valor de R\$ 270.000,00.
- (E) Despesa total no valor de R\$ 520.000,00.

10. (FCC/ISS Manaus/Técnico Fazendário/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava, no passivo, o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2017
Fiscal	R\$ 200.000,00
Trabalhista	R\$ 640.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições desses dois processos e identificou um novo processo que surgiu durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre eles foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Fiscal	Possível	R\$ 250.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 500.000,00
Ambiental (novo)	Possível	R\$ 260.000,00



O valor total evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 correspondente aos diversos processos a que a empresa está respondendo foi, em reais:

- a) 840.000,00.
- b) 500.000,00.
- c) 640.000,00.
- d) 900.000,00.
- e) 1.010.000,00.

Atenção: Para responder às duas próximas questões, considere as informações a seguir.

A Cia. Produtos Naturais apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2016 o saldo total de R\$ 470.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2016
Trabalhista 1	R\$ 190.000,00
Ambiental 1	R\$ 280.000,00

No final de 2017, a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2016 e identificou quatro novos processos judiciais surgidos em 2017. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2017, são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de perda em 31/12/2017	Valor estimado de perda em 31/12/2017
Trabalhista 1	Provável	R\$ 210.000,00
Trabalhista 2	Possível	R\$ 150.000,00
Tributário 1	Possível	R\$ 340.000,00
Tributário 2	Provável	R\$ 170.000,00
Cível 1	Provável	R\$ 140.000,00
Ambiental 1	Possível	R\$ 250.000,00

11. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o impacto total causado no Resultado de 2017 da Cia. Produtos Naturais, relacionado às Provisões, foi, em reais,

- (A) 60.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 50.000,00, negativo.
- (D) 520.000,00, negativo.
- (E) 310.000,00, negativo.

12. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais de 31/12/2017, foi, em reais,

- A) 550.000,00.
- B) 500.000,00.



- C) 780.000,00.
- D) 530.000,00.
- E) 520.000,00.

13. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2016, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2016
Ambiental	R\$ 600.000,00
Trabalhista	R\$ 1.080.000,00

Em 31/12/2017 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2017	Valor estimado em 31/12/2017 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 480.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 800.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 900.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 540.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2017, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- (A) despesa total no valor de R\$ 1.040.000,00.
- (B) receita total no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) despesa total no valor de R\$ 1.440.000,00.
- (D) despesa total no valor de R\$ 140.000,00.
- (E) despesa total no valor de R\$ 540.000,00.

14. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) A empresa Novos Problemas S.A. nunca teve problemas com ações de qualquer natureza, mas no ano de 2017 se deparou com alguns processos movidos contra ela. Até o dia 31/12/2017 não ocorreu nenhuma audiência ou julgamento para qualquer dos processos. A assessoria jurídica apresentou para a diretoria da empresa, em 31/12/2017, as informações constantes da tabela a seguir, onde constam a avaliação feita quanto à possibilidade de perda dos diversos processos e os valores prováveis que poderão ser desembolsados pela empresa:

Informações apresentadas em 31/12/2017		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao PIS	18.000.000,00	Possível
Ação Fiscal relativa ao ICMS	12.000.000,00	Remota
Ação por danos ambientais	3.000.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	12.000.000,00	Provável



Sabendo que os valores estimados para as ações são confiáveis e as probabilidades de perda foram avaliadas com critérios adequados, o valor total que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Novos Problemas S.A. é, em reais,

- (A) 17.000.000,00.
- (B) 21.000.000,00.
- (C) 50.000.000,00.
- (D) 38.000.000,00.
- (E) 0,00 (zero).

15. (FCC/Analista/DPE AM/2018) O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00

16. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Desenrola está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2016, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	400.000	Provável
Fiscal I	220.000	Provável
Cível	100.000	Possível



Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2017, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	300.000	Provável
Fiscal I	280.000	Provável
Fiscal II	320.000	Possível
Cível	140.000	Provável
Ambiental	170.000	Remota

Com base nas informações, o impacto no resultado de 2017 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- (A) 100.000,00 negativo.
- (B) 720.000,00 negativo.
- (C) 40.000,00 positivo.
- (D) 320.000,00 negativo.
- (E) 580.000,00 negativo.



GABARITO

1	A
2	A
3	D
4	D
5	E
6	B
7	B
8	E
9	B
10	B
11	C
12	E
13	D
14	A
15	E
16	A



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/ITAIPU/Contador/2024) Relativamente ao conceito e ao tratamento contábil de provisões, passivos e ativos contingentes, julgue os itens que se seguem.

I Quando, em decorrência de eventos passados, há um ativo possível cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, o reconhecimento em conta de ativo é adequado desde que a entrada de benefícios econômicos seja, a critério da gestão da entidade, praticamente certa.

II Provisão é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, contudo com prazo ou valor incertos.

III Uma obrigação presente, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade é um passivo contingente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito das provisões e passivos e ativos contingentes.

2. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) O nome comercial de determinada entidade, amplamente reconhecido no mercado, vem sendo utilizado de forma indevida por um concorrente. A empresa entrou com ação pedindo que o concorrente pare de utilizar seu nome comercial e a indenize pelas perdas provocadas pelo tempo de uso indevido. Segundo avaliação do departamento jurídico da entidade, a ação tem grande chance de sucesso e o recebimento da indenização é provável. Nessa situação, a entidade reclamante pode registrar o ativo provável, desde que constitua nota explicativa detalhando sua origem.

3. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada empresa comercial possui duas ações judiciais nas quais apela contra o que entende serem cobranças indevidas da receita federal. Para amparar as obrigações presentes nessas ações, foram constituídos depósitos judiciais relativos aos valores questionados. Em relação à primeira ação, os advogados consideram remota a chance de vitória da empresa. A segunda ação tem mais chance de sucesso, sendo possível que a empresa reverta as cobranças indevidas. Nessa situação, a empresa não deve fazer qualquer contabilização relativa a essas duas ações, devendo limitar-se a divulgar uma nota explicativa apenas para a segunda ação.



4. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada entidade enfrente uma ação trabalhista por pagamento de horas extras e segundo avaliação do departamento jurídico da empresa, essa ação tende a ser vencida pelos funcionários, desfecho usual de situações similares. Nessa situação, a empresa deve provisionar o valor provável da obrigação respectiva, divulgando o fato em suas notas explicativas.

5. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) A obrigação que envolve incerteza sobre o prazo ou valor do desembolso futuro para sua extinção deve ser registrada nas contas de provisão.

6. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Os passivos contingentes devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, independente de sua natureza ou do fato que lhes deu origem.

7. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes —, o procedimento contábil a ser adotado em relação ao reconhecimento contábil de ativos contingentes é

A reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando for provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

B reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando a entrada de benefícios econômicos futuros se tornar praticamente certa, ocasião em que o referido ativo deixa de ser considerado contingente.

C não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial, mas divulgá-lo em notas explicativas quando for possível que esse ativo venha a gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

D reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial sempre que houver alguma possibilidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

E não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial e somente divulgá-lo em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar praticamente certa.

8. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) Caso a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços de um passivo contingente se torne provável,

a) uma nota explicativa deverá ser divulgada nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

b) esses valores deverão ser registrados em contas de controle nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

c) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o valor necessário para a extinção da obrigação.

d) uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

e) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o prazo para a extinção da obrigação.

9. (CEBRASPE/TJ-AM/Analista Judiciário - Contabilidade/2019) O reconhecimento de provisões no passivo ocorre quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como prováveis, possíveis ou remotas.



Com relação ao reconhecimento, à avaliação, à mensuração e à escrituração de itens patrimoniais passivos e do patrimônio líquido, julgue o item seguinte.

10. (CEBRASPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Ciências Contábeis/2019) A possibilidade de perda em ação judicial trabalhista, mesmo que mensurada confiavelmente como remota, deve ser reconhecida, por ser resultado de eventos passados e constituir obrigação presente que demandará sacrifício de recursos que possam trazer benefícios econômicos futuros.

11. (CEBRASPE/TCM-BA/Auditor Estadual - Controle Externo/2018) Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade de sua ocorrência for

- a) igual a 20%.
- b) superior a 20% e inferior a 30%.
- c) superior a 30% e inferior a 40%.
- d) superior a 40% e inferior a 50%.
- e) superior a 50%.

12. (CEBRASPE/SEFAZ RS/Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Com relação ao tratamento contábil, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve

- a) ser divulgado em notas explicativas.
- b) ser reconhecido no patrimônio líquido, na conta de reservas.
- c) ser reconhecido no passivo, na conta de ajustes de avaliação patrimonial.
- d) não ser reconhecido no balanço patrimonial nem divulgado em notas explicativas.
- e) ser reconhecido no passivo, na conta de provisões.

Julgue o item seguinte, com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

13. (CEBRASPE/FUB/Técnico Contabilidade/2018) Os ativos contingentes não devem ser objeto de reconhecimento pela contabilidade.

14. (CEBRASPE/SEDF/Analista/2017) Um fabricante deve registrar um passivo líquido e certo relativo às garantias de reparo ou troca de seus produtos, dadas aos compradores, se, pela sua experiência passada, for provável — ou seja, mais provável que sim do que não — que algumas garantias serão executadas pelos compradores.

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de



um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

15. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Na situação apresentada, a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é considerada possível, pois a probabilidade de a saída de recursos ocorrer é superior à de ela não ocorrer.

16. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

17. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No término do exercício social em curso, a empresa deverá reconhecer um passivo contingente.

18. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

19. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Caso a empresa tenha direito ao reembolso, por terceiro, do total a ser desembolsado para reparação da área poluída, esse direito a reembolso deverá ser registrado em uma conta retificadora de passivo.

Em outubro de 2010, uma empresa acionou judicialmente seu principal fornecedor de matérias-primas reivindicando um direito. Até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse provável uma entrada de benefícios econômicos. No final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão judicial a favor da empresa, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item, acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

20. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No final de 2015, a empresa teve de reconhecer, em suas demonstrações contábeis, o ativo e os ganhos decorrentes da decisão judicial proferida a seu favor.

21. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No período de 2010 a 2014, a empresa teve a obrigação de divulgar, nas datas de cada balanço, informações acerca da natureza dos ativos contingentes e, quando praticáveis, as estimativas dos efeitos financeiros dos referidos ativos.

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.



22. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016) O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

23. (CEBRASPE/TCE-PR/Analista de Controle – Contábil/2016) Em 2015, a Cia. Alfa foi autuada pelo não recolhimento de R\$ 3.000.000, referentes a determinado imposto. Em 31/12/2015, foi reconhecida contabilmente uma provisão de apenas R\$ 1.500.000, por sugestão do setor jurídico da companhia. Simultaneamente, a Cia. Alfa impetrou recurso junto ao órgão fiscal. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000. A companhia optou por não recorrer dessa decisão. Em seguida, em 18/3/2016, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015.

Nesse caso hipotético, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Cia. Alfa consiste em reconhecer, nas demonstrações contábeis

- a) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- b) de 2016, uma provisão de R\$ 1.500.000.
- c) do ano em que ocorrer o efetivo recolhimento, uma despesa tributária de R\$ 2.000.000.
- d) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 500.000.
- e) de 2016, uma provisão de R\$ 500.000.

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue o item subsequente.

24. (CEBRASPE/DPU/Contador/2016) Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

25. (CEBRASPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015) O ativo contingente não deve ser reconhecido no balanço patrimonial da entidade, pois, entre outros motivos, não é um evento totalmente sob o controle da empresa.

Com relação ao tratamento contábil de itens patrimoniais, julgue o item a seguir.

26. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O tempo é um fator que diferencia provisões para contingências de reservas para contingências: as primeiras referem-se a eventos passados, e as últimas, a futuros.



Julgue o item subsequente, relativo aos procedimentos contábeis de mensuração de ativos e passivos que devem ser efetuados pela UnB.

27. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

28. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A empresa X está sendo acusada pela concorrente Y de prática desleal, por combinar preços com as demais concorrentes. A empresa Y pede judicialmente uma indenização de R\$ 1 milhão. Nessa situação, a empresa X deve reconhecer uma obrigação no passivo, pelo valor requerido, mesmo que seja remota a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Uma companhia aberta que fabrica aparelhos celulares vende o seu produto oferecendo garantia ao cliente no momento da venda. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda. A experiência passada revela que é provável que haja reclamações dentro do período de cobertura da garantia. O fabricante tem condições de fazer uma estimativa confiável do valor com o qual terá que arcar em caso de danos nos aparelhos.

Com base na situação hipotética apresentada e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue.

29. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) A restrição, nesse caso, para o reconhecimento contábil de uma provisão está relacionada à inexistência de uma obrigação presente.

30. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) O fabricante está diante de uma situação que configura a existência de um passivo contingente. Nesse caso, o procedimento contábil apropriado é a divulgação desse passivo contingente em notas explicativas.

31. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza.

32. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro.

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

33. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Uma empresa, após ter apurado lucro de R\$ 100.000,00, destinou um terço desse valor para contingências futuras. Nessa situação, a empresa contabilizará, no mesmo exercício, R\$ 30.000,00 a crédito de uma conta de provisão para contingências.



Julgue o item que se segue, acerca da utilização das técnicas contábeis no registro e controle do patrimônio das entidades.

34. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Se as circunstâncias justificarem, as provisões devem ser constituídas ainda que a entidade correspondente esteja operando com prejuízo.



GABARITO

1	E
2	ERRADO
3	ERRADO
4	CERTO
5	CERTO
6	ERRADO
7	B
8	D
9	ERRADO
10	ERRADO
11	E
12	A
13	CERTO
14	ERRADO
15	ERRADO
16	CERTO
17	ERRADO
18	CERTO
19	ERRADO
20	CERTO
21	CERTO
22	ERRADO
23	D
24	CERTO
25	CERTO
26	CERTO
27	CERTO
28	ERRADO
29	ERRADO
30	ERRADO
31	CERTO
32	ERRADO
33	ERRADO
34	CERTO



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – MULTIBANCAS

1. (FUNDATEC/Pref. Jari/Contador/2024) Em um processo trabalhista em que, na avaliação do advogado, a probabilidade de perda é possível, assinale a alternativa que evidencia o correto procedimento contábil.

- A Provisão contábil de 50% do valor da causa, tendo em vista a classificação intermediária.
- B Provisão contábil de 100% do valor da causa, pois a partir da classificação “possível”, já é obrigatório esse registro.
- C Não é necessário provisionamento contábil, somente a menção em notas explicativas.
- D Não é necessário o provisionamento contábil, uma vez que a entrega do parecer do advogado isenta o contador de tal registro, inclusive da menção em notas explicativas.
- E Provisão contábil do valor pleiteado pela parte autora e menção em notas explicativas.

2. (FUNDATEC/Pref. Criciúma/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2024) Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação:

- I. Fechamento de locais de negócios de um país ou região ou realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro(a).
- II. Mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência.
- III. Venda ou extinção de linha de negócios.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E I, II e III.

3. (INSTITUTO AOCP/UFS/TÉCNICO CONTABILIDADE/2024) A empresa KGU está respondendo a diversos processos. Ao elaborar o Balanço Patrimonial, referente ao período de 31/12/X1, o jurídico da empresa realizou a análise de cada um desses processos e apresentou as seguintes probabilidades de perda para cada caso e estimativa de desembolso:

Tipo de Processo	Estimativa de desembolso	Probabilidade de perda
Processo Fiscal	R\$ 100.000	Provável
Processo Trabalhista	R\$ 200.000	Possível
Processo Ambiental	R\$ 150.000	Provável
Processo Cível	R\$ 250.000	Remota



Considerando as informações apresentadas, assinale a alternativa que mostra corretamente o valor a ser apresentado como provisão, no passivo, em 31/12/X1.

- A R\$ 100.000.
- B R\$ 450.000.
- C R\$ 700.000.
- D R\$ 200.000.
- E R\$ 250.000.

4. (Instituto AOC/SEAP PR/Contador/2024) Durante o exercício financeiro de 2023, a Construtora Futura S.A. enfrentou um cenário desafiador devido a atrasos significativos em um de seus principais projetos de construção.

Em dezembro de 2023, a empresa foi notificada por um cliente sobre uma possível ação judicial, exigindo compensação pelos atrasos. A equipe jurídica da Construtora Futura avaliou que a ação judicial tem uma probabilidade de perda baixa, sendo um cenário possível, mas que não é provável. A equipe jurídica estimou que, em caso de perda, a empresa terá que pagar uma indenização de R\$ 1.500.000.

Considerando o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a Lei no 6.404/1976, qual é a abordagem contábil mais adequada para a Construtora Futura S.A. ao final do exercício de 2023?

- A Reconhecer uma provisão no valor de R\$ 1.500.000, já que há uma possibilidade de perda na ação judicial.
- B Não fazer nenhum registro contábil, mas divulgar a possível ação judicial e a estimativa de perda nas notas explicativas.
- C Registrar um passivo contingente no balanço patrimonial, refletindo a incerteza do desfecho da ação judicial.
- D Reconhecer um ativo contingente, pois a ação ainda não foi formalmente iniciada e o desfecho é incerto.
- E Registrar o valor de R\$ 1.500.000 como despesa operacional, antecipando uma possível perda no futuro.

5. (Instituto AOC/TRF 2ª Região/Analista Judiciário/Contabilidade/2024) De acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25 (CPC 25), a respeito dos ativos contingentes, é INCORRETO afirmar que

- A resultam de eventos passados.
- B não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.
- C surgem, geralmente, de eventos não planejados ou inesperados.
- D são avaliados periodicamente para assegurar que as informações nas demonstrações contábeis estejam atualizadas.
- E devem ser registrados nas demonstrações contábeis apenas quando a entrada de recursos for provável.

6. (Instituto AOC/TRF 2ª Região/Técnico Judiciário/Contabilidade/2024) Uma entidade apresentou cinco processos independentes, cada um sobre um assunto diferente, sendo que em cada um deles há chances de que indenizações sejam reclamadas em desfavor da entidade. Cada um desses processos tramitava em varas judiciárias distintas.

A probabilidade de desembolsos futuros está detalhada na tabela a seguir.



Processos	Desembolso	Probabilidade de ocorrência
1	R\$ 75.000	10%
2	R\$ 50.000	60%
3	R\$ 12.000	15%
4	R\$ 96.000	55%
5	R\$ 51.000	90%

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que indica corretamente o valor a ser reconhecido como provisão no balanço patrimonial da entidade.

- A R\$ 51.000.
- B R\$ 101.000.
- C R\$ 146.000.
- D R\$ 197.000.
- E R\$ 284.000.

7. (INSTITUTO VERBENA/PREF. CIDADE OCIDENTAL-GO/TÉCNICO EM CONTABILIDADE/2023) As informações sobre os processos judiciais, com estimativa confiável, que uma determinada empresa está respondendo são apresentadas na tabela a seguir.

Nº do processo	31/12/2021		31/12/2022	
	R\$ Estimativa	Probabilidade de perda	R\$ Nova estimativa	Probabilidade de perda
1	600.000,00	Provável	800.000,00	Provável
2	350.000,00	Provável	200.000,00	Possível
3	900.000,00	Possível	700.000,00	Remota
4	400.000,00	Possível	1.050.000,00	Provável

Com base nas informações da Tabela e considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o impacto total reconhecido no resultado da empresa no ano de 2022, decorrente destes processos judiciais, foi de

- A reversão de despesa de R\$ 350.000,00.
- B aumento de despesa de R\$ 500.000,00.
- C reversão de despesa de R\$ 600.000,00.
- D aumento de despesa de R\$ 900.000,00.

8. (Instituto ACCESS/UFAPE/Técnico Contabilidade/2024) Uma empresa aérea foi acionada na justiça por um grupo de clientes que solicitaram comida vegetariana em uma viagem internacional e não tiveram o seu pedido atendido. O grupo solicita recebimento de R\$20.000. Os advogados da empresa consideram a perda na justiça provável.

Assinale a alternativa que indique corretamente os lançamentos contábeis relacionados a esse fato.

- A D- Despesa de Contingências C- Reserva de Contingências R\$20.000 R\$20.000
- B D- Despesa de Contingências C- Provisão para Contingências R\$20.000 R\$20.000
- C D- Despesa de Contingências C- Disponibilidades R\$20.000 R\$20.000



D D- Ativo Contingente C- Provisão para Contingências R\$20.000 R\$20.000

E D- Ativo Contingente C- Reserva para Contingências R\$20.000 R\$20.000

9. (IAUPE/CM Tabira/Técnico Controle Interno/2024) Sobre passivo contingente, é CORRETO afirmar que

A

é uma obrigação difícil de acontecer e resultante de eventos passados, cuja existência foi confirmada, apenas, pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

B é uma obrigação possível resultante de eventos futuros cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um evento futuro e certo que não está totalmente sob o controle da entidade.

C é uma obrigação difícil de acontecer que será resultante de eventos futuros e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

D é uma obrigação possível resultante de eventos futuros e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um evento futuro e certo e que está totalmente sob o controle da entidade.

E é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada, apenas, pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade

10. (IAUPE/CM Tabira/Técnico Controle Interno/2024) As provisões devem ser reconhecidas, quando estiverem presentes os seguintes requisitos:

I. Exista uma obrigação presente (formalizada ou não), resultante de eventos passados.

II. Seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.

III. Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;

IV. Exista uma provável dívida futura de difícil liquidação imediata.

Estão CORRETOS

A I e II, apenas.

B III e IV, apenas.

C II e III, apenas.

D I, II e III, apenas.

E I, II, III e IV.

11. (INQC/CPTRANS/Técnico Contabilidade/2024) A empresa DANIEL SAN, foi acionada judicialmente por ex-funcionários, assim, alguns processos trabalhistas 15, 25, 30 e 35, que discutem a mesma matéria, e correm em varas trabalhistas distintas. Os advogados da empresa classificaram os processos como de provável condenação a pagar as indenizações reclamadas.

A tabela, a seguir, descreve os processos trabalhistas desfavoráveis à empresa.



Processo nº	Valor da ação (R\$)	Probabilidade de ocorrência
15	130.000,00	50%
25	25.000,00	60%
30	80.000,00	80%
35	68.000,00	100%

De acordo com as informações elencadas, o valor total a ser provisionado é de:

- A 68.000,00
- B 147.000,00
- C 212.000,00
- D 303.000,00

12. (FUNDATEC/BRDE/Contador/2023) Sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Pronunciamento Técnico CPC 25, reconhecido pela Resolução CMN nº 3.823/2009, foi editado com o objetivo de assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Sobre esse Pronunciamento Técnico, analise as assertivas a seguir:

- I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- II. Contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer suas obrigações não excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.
- III. Uma provisão deve ser reconhecida quando as seguintes condições forem satisfeitas: a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas I e II.
- D Apenas I e III.
- E I, II e III.

13. (FUNDATEC/IFFAR/Técnico Contabilidade/2023) Com relação às provisões no contexto da Contabilidade, assinale a alternativa correta.

- A Provisão é um passivo de prazo ou de valor certos.
- B Ativo contingente deve ser reconhecido.
- C Passivo contingente deve ser reconhecido.



D O valor reconhecido como provisão deve ser a maior estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação passada na data do balanço.

E O efeito de possível legislação nova deve ser considerado na mensuração da obrigação existente quando existe evidência objetiva suficiente de que a promulgação da lei é praticamente certa.

14. (FUNDATEC/CAU RS/Contador/2023) Em relação ao registro de operações típicas de empresas privadas e à constituição de Provisão para Reestruturação, analise as assertivas a seguir:

I. A Provisão para Reestruturação inclui gastos com investimentos em novos sistemas e redes de distribuição.

II. Perdas operacionais futuras, identificáveis até a data da reestruturação devem sempre ser incluídas em uma provisão.

III. Os ganhos na alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar uma provisão para reestruturação, mesmo que a venda de ativos seja vista como parte da reestruturação.

Quais estão corretas?

A Apenas I.

B Apenas II.

C Apenas III.

D Apenas I e II.

E I, II e III.

15. (INSTITUTO MAIS/Pref. Santos/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2023) Uma provisão deve ser usada somente para os desembolsos para os quais foi

A originalmente reconhecida.

B relacionada com o benefício econômico.

C relacionada como despesa.

D classificada como provável.

16. (FUVEST/USP/Contador/2023) A empresa Toda Encrencada S.A. está respondendo a quatro processos judiciais e as informações referentes a eles, em 31/12/2020 e 31/12/2021, são apresentadas na tabela a seguir:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida no passivo em 31/12/2020	Informações disponíveis em 31/12/2021	
		Classificação da probabilidade de perda pela empresa	Valor estimado de Perda
1	R\$ 750.000,00	Provável	R\$ 600.000,00
2	R\$ 450.000,00	Possível	R\$ 270.000,00
3	Zero	Possível	R\$ 240.000,00
4	Zero	Provável	R\$ 360.000,00

Com base nestas informações, o impacto líquido reconhecido no resultado de 2021 da empresa *Toda Encrencada S.A.* foi

A um ganho de R\$ 240.000,00



- B uma perda de R\$ 30.000,00
- C uma perda de R\$ 180.000,00
- D uma perda de R\$ 270.000,00
- E uma perda de R\$ 360.000,00

17. (Instituto ACCESS/CM Itaguaçu/Auditor Interno/2023) Uma organização vende seus produtos com garantia de custos de reparação para qualquer defeito de fabricação pelo prazo de 1 ano. A organização calcula que, se todos os produtos vendidos apresentarem defeitos mais complexos, irá incorrer em custos de reparação de R\$ 40.000,00, mas, se forem detectados defeitos menos complexos em todos os produtos vendidos, irá incorrer em custos de reparação de R\$ 10.000,00. A experiência passada e as expectativas futuras indicam que, para o ano de 2023, do total de produtos vendidos, 70% não apresentarão defeitos, 25% apresentarão defeitos menos complexos e 5% terão defeitos mais complexos.

Considerando somente as informações apresentadas, a organização deverá

- A divulgar um passivo contingente de R\$ 500,00.
- B reconhecer uma provisão passiva de R\$ 4.500,00.
- C divulgar um passivo contingente de R\$ 10.500,00.
- D reconhecer uma provisão passiva de R\$ 50.000,00.

18. (INSTITUTO MAIS/Pref. Santos/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2023) As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a

- A provisão deve ser revertida.
- B entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ajustes na data do balanço.
- C provisão deve ser mantida.
- D entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ajustes na data do balanço, de acordo com a opinião do auditor.

19. (INSTITUTO MAIS/Pref. Santos/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2023) Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais em que o desfecho seja incerto.

Dessa forma, a entidade

- A deve reconhecer um ativo contingente.
- B não deve reconhecer um ativo contingente.
- C não deve divulgar quando for provável a saída de benefícios econômicos.
- D não deve divulgar quando for possível a saída de benefícios econômicos.



20. (DIRENS Aeronáutica/CIAAR EAOAP/Ciências Contábeis/2023) A sociedade empresária Zeta Ltda. está envolvida em duas demandas judiciais, a seguir demonstradas, juntamente com a avaliação realizada pelo departamento jurídico da empresa.

- Ação judicial de reparação de danos movida pela empresa contra um terceiro, por meio da qual a sociedade empresária Zeta Ltda. pleiteia receber R\$ 150.000,00 a título de indenização. Avaliação do departamento jurídico: é provável que a empresa logre êxito, visto já ter obtido decisão favorável em primeira instância judicial, haver sólido embasamento técnico acerca da argumentação apresentada, bem como jurisprudência favorável.
- Ação de execução fiscal movida pela fazenda estadual para cobrança de dívidas tributárias da ordem de R\$ 250.000,00. Avaliação do departamento jurídico: entende que a cobrança é indevida e assim instruiu a defesa da empresa. Embora não considere provável, admite ser possível que a fazenda estadual tenha êxito na ação e, conseqüentemente, sendo possível que a empresa venha a ter que, no futuro, desembolsar o valor objeto da execução.

Considerando os critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, qual impacto as avaliações feitas pelo departamento jurídico da sociedade empresária Zeta Ltda. produziram no Balanço Patrimonial da empresa?

- A O ativo e o passivo aumentariam.
- B Não haveria alteração no ativo, nem no passivo.
- C O ativo aumentaria e não haveria alteração no passivo.
- D O passivo aumentaria e não haveria alteração no ativo.

21. (IBADE/RBPREV/Contador/2023) Sobre as provisões, assinale a alternativa INCORRETA.

- A São passivos de valor incerto
- B São regulamentadas pelo CPC 25
- C São eventos que podem reduzir o passivo ou aumentar o ativo
- D Quando uma perda é definida, ela passa a não ser mais considerada uma provisão
- E Não possuem data fixada para pagamento

22. (FUNCERN/CM Natal/Contador/2023) Uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade, denomina-se

- A Despesa.
- B Passivo Circulante.
- C Passivo Contingente.
- D Prejuízo Realizável a Longo Prazo.

23. (IBFC/UFPB/Contador/2023) Segundo a Resolução CFC nº 1.374/2011 “alguns passivos somente podem ser mensurados por meio do emprego de significativo grau de estimativa”. No Brasil, denominam-se esses passivos de “provisões”. Sobre as provisões e passivos contingentes, normatizados pela NBC TG 25, analise as afirmativas a seguir.



I. Presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável, as provisões são reconhecidas como passivo porque são obrigações presentes, e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

II. Passivos Contingentes não são reconhecidos como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem, ou não, uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou obrigações presentes que não satisfazem aos critérios de reconhecimento da NBC TG 25 (R1).

II. Os Ativos Contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis, pois tratam-se de resultados que serão realizados.

Assinale a alternativa correta.

A Apenas as afirmativas I e II estão corretas

B Apenas as afirmativas I e III estão corretas

C As afirmativas I, II e III estão corretas

D Apenas a afirmativa I está correta

E Apenas as afirmativas II e III estão corretas

24. (IBFC/UFPB/Contador/2023) Em agosto de 20X9, a empresa ABC recebeu comunicado de um processo trabalhista contra si, movido por um ex-funcionário seu que trabalhou para ela entre os anos de 20X6 e 20X7. O processo, no valor de R\$150.000,00 está em trâmite judicial e seu advogado avaliou que é provável que empresa ABC seja condenada, ou seja, que tenha que pagar o valor pleiteado no processo.

Sobre o caso descrito acima e em relação à contabilidade da empresa ABC referente a agosto de 20X9, assinale a alternativa correta.

A Como a exigibilidade da obrigação dependerá de uma ação no futuro a decisão do juiz acerca do processo, trata-se de um passivo contingente, portanto, não deve ser reconhecido na conta

B Para atender o princípio contábil da competência, a empresa ABC deverá refazer sua contabilidade de 20X6 e 20X7

C A avaliação do advogado sobre a provável condenação é elemento suficiente para que a empresa reconheça a despesa em agosto de 20X9, tendo como contrapartida uma conta de provisão, visto que há incerteza quanto à data de pagamento

D A empresa deverá reconhecer uma despesa de R\$150.000,00 no momento da decisão de condenação pelo juiz. Como não há previsão sobre quando isso irá acontecer, tal informação constará apenas nas Notas Explicativas da contabilidade de agosto de 20X9

E Por ser provável a condenação da empresa, será reconhecida uma despesa em agosto e a contrapartida do lançamento contábil será de um passivo comum, tal como contas a pagar ou impostos a recolher, por exemplo

25. (IBFC/SESACRE/Técnico Contabilidade/2022) A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 25 (R2), estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes. Quanto aos termos e significados usados nesta Norma, leia as alternativas a seguir e assinale a alternativa incorreta.



A Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos

B Evento que cria obrigação é aquele que gera uma obrigação legal ou não formalizada fazendo com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação

C Contrato Oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato são bem menores que os benefícios econômicos que serão recebidos ao longo do contrato

D Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade

26. (IBFC/Pref. Dourados/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2022) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 R2 tem o objetivo de estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Analise as informações a seguir e assinale a alternativa correta.

A A contabilidade deve efetuar provisões para contrapartida de despesas que reduzem o valor do Ativo, como provisão para depreciação acumulada, provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas em estoque. Todas essas contas credoras geram obrigação com terceiros

B Passivos como férias, 13º salário, Imposto de Renda, e outros, devem ser contabilizados no Passivo como provisões, pois são obrigações já constituídas e não restam dúvidas sobre seus valores

C Passivo é uma obrigação futura da empresa, derivadas de eventos que ainda vão ocorrer, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade

D Passivo Contingente é uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado

27. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Por meio de Memorando Conjunto do Departamento Jurídico e do Departamento Tributário, o Departamento de Contabilidade da Cia. Terra Prometida é comunicado de que a entidade acaba de ingressar com ação judicial contra a União, pleiteando créditos tributários cobrados a maior nos últimos cinco anos. O documento informa ainda que, em casos parecidos, não há consenso sobre o efetivo direito das empresas, sendo possível, mas improvável, o desfecho favorável da ação. Diante da situação descrita, e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador da Cia. Terra Prometida:

A) Não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.

B) Deve registrar em conta de Ativo Diferido o valor das diferenças apuradas pelos outros setores, atualizados monetariamente e corrigidos por juros de mora.

C) Deve divulgar o fato em notas explicativas sem, no entanto, proceder ao registro de qualquer direito no Balanço Patrimonial, ante a incerteza de fruição de benefícios econômicos futuros.

D) Deve registrar em conta de Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo – Créditos Tributários, o montante provável de realização da ação judicial, em valores nominais, divulgando o fato em notas explicativas.



28. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Em reunião com o departamento de contabilidade, o advogado de determinada empresa informa à chefia responsável, que, no último mês, a empresa foi notificada da existência de três ações judiciais, cujas características são:

I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.

Considerando o exposto e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

A) O contador deve proceder ao reconhecimento de um passivo exigível de R\$ 15.000,00, além de constituir provisão no Passivo Não Circulante no valor de R\$ 23.000,00.

B) As ações judiciais descritas nos itens I, II e III configuram-se como passivos contingentes; portanto, não é necessária qualquer provisão ou divulgação em Notas Explicativas.

C) O procedimento a ser adotado pelo contador, em conformidade com a Norma citada, é o reconhecimento imediato de provisão no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 38.000,00.

D) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas Passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

29. (FUNDATEC/Pref. Vacaria/Técnico Contabilidade/2021) As provisões referem-se a obrigações _____, quanto ao prazo de pagamento e valor a ser quitado. Os Accruals são _____ a pagar que não foram faturados ou formalizados e pagos, e a incerteza de sua estimativa é _____ do que as provisões, sendo divulgados frequentemente no contas a _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A incertas – ativos – maior – receber

B certas – provisões – menor – pagar

C duvidosas – despesas – maior – receber

D improváveis – receitas – menor – pagar

E incertas – passivos – menor – pagar

Acerca das provisões, dos passivos e das contingências passivas, analise as informações a seguir:

Em 31/12/2019, determinada empresa havia reconhecido um passivo na conta de provisões no valor total de R\$ 840.000,00, conforme as seguintes informações:



- Processo Tributário (1) = R\$ 100.000,00
- Processo Cível (2) = R\$ 400.000,00

Em 31/12/2020, o departamento jurídico dessa empresa analisou as condições desses dois processos existentes e identificou mais dois novos processos que surgiram durante o exercício de 2020. Dessa forma, foram apresentadas as seguintes informações sobre todos os processos judiciais que envolvem a empresa:

- Processo Tributário (1): a probabilidade de perda é provável no valor de R\$ 40.000,00.
- Processo Cível (2): a probabilidade de perda é provável no valor de R\$ 300.000,00.
- Processo Trabalhista (3): a probabilidade de perda é possível no valor de R\$ 200.000,00.
- Processo Fiscal (4): a probabilidade de perda é remota no valor de R\$ 80.000,00.

Com base nas informações apresentadas, julgue as próximas cinco questões.

30. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Tributário (1), trata-se de uma provisão que representa um passivo de prazo ou de valor incerto, presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável de uma obrigação presente.
31. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Cível (2), a perda é provável, porém a estimativa da provisão passou de R\$ 400.000,00 para R\$ 300.000,00. Desse modo, tem-se o reconhecimento no resultado de uma receita com reversão da perda no valor de R\$ 100.000,00.
32. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Trabalhista (3), trata-se de passivo contingente, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente. Logo, é indispensável o reconhecimento de uma obrigação não formalizada que será divulgada em notas explicativas.
33. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) No Processo Fiscal (4), a perda é remota de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Contudo essa obrigação não deverá ser contabilizada no passivo, e sim publicada em notas explicativas.
34. (Instituto AOCF/FUNPRESP-JUD/Analista Contabilidade/2021) Na apuração final do exercício social de 2020, a empresa reconheceu, em função dos processos judiciais envolvendo as provisões, uma diminuição no resultado no valor de R\$160.000,00.
35. (Instituto AOCF/SANESUL/Contador/2021) Considerando o que estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes –, assinale a alternativa correta.

A Provisão é um passivo de prazo ou de valor certo.

B Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

C Passivo contingente é uma obrigação provável que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.



D A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Entretanto o passivo contingente é divulgado em notas explicativas, mesmo que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

E A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Entretanto o ativo contingente é divulgado em notas explicativas quando for possível a entrada de benefícios econômicos.

36. (AOCP/ISS CARIACICA – ES/Fiscal de Tributos Municipais/2020) Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.

II. Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.

III. Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I e III.

(C) Apenas II.

(D) I, II e III.

37. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) A Empresa Tudo junto e misturado apresenta as seguintes informações no seu Balanço Patrimonial em 31/12/X1:

Processo	Valor Estimado	Probabilidade de Perda do Processo
Ações Trabalhistas	R\$ 3.450.000,00	Provável
Ação Fiscal ICMS	R\$ 1.900.000,00	Possível
Processo Ambiental	R\$ 2.420.000,00	Possível
Ação Fiscal IPTU	R\$ 938.000,00	Provável

Sabe-se que esses valores foram passados pelo departamento jurídico da Empresa Tudo junto e Misturado, relativo a todos os processos movidos contra a empresa.

Com base nas informações apresentadas e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 25 (R2), assinale a alternativa que apresenta o valor a ser evidenciado como provisão no passivo no Balanço Patrimonial da empresa Tudo junto e Misturado em 31/12/X1.

a) R\$ 4.320.000,00

b) R\$ 4.388.000,00

c) R\$ 8.708.000,00

d) R\$ 3.450.000,00

e) R\$ 2.420.000,00

38. (AOCP/ISS CARIACICA – ES/Fiscal de Tributos Municipais/2020) Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).



I. Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.

II. Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.

III. Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I e III.

(C) Apenas II.

(D) I, II e III.

39. (FUNDATEC/Pref. Formosa do Sul/Assistente Contábil/2019) Conforme a NBC TG 25 (CPC 25), uma provisão será reconhecida quando: existir uma obrigação legal _____ como resultado de evento passado; seja _____ a necessidade da saída de recursos para a liquidação da obrigação; e que possa ser feita uma estimativa _____ do valor da obrigação.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A ou informalizada – provável – confiável

B e formalizada – possível – provável

C ou não formalizada – remota – confiável

D ou formalizada – possível – provável

E e formalizada – provável – confiável

40. (FUNDATEC/Pref. POA/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2019) Para o encerramento do exercício de 2018, uma sociedade empresária apresentou o quadro abaixo, construído a partir da identificação de diversas obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cujas probabilidades de saída de recurso foram classificadas como prováveis ou possíveis.

Natureza da Obrigação	Saída de Recurso	Mensuração	Estimativa	Provisão
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00
Garantias	Possível	Estimativas confiáveis	R\$ 99.000,00	
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Inexistência de estimativas confiáveis	R\$ 40.000,00	
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

De acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor de provisões a ser constituído e apresentado no Balanço Patrimonial será de:

A R\$ 780.000,00.

B R\$ 879.000,00.

C R\$ 975.000,00.

D R\$ 1.015.000,00.



E R\$ 1.114.000,00.

41. (FBC/EQT Perito Contábil/2017) O contador da empresa X está analisando uma lide em que X é polo passivo para concluir se deve reconhecer, ou não, algum valor. Depois de obter conhecimento sobre a lide, ouviu da consultoria jurídica que o passivo contingente que está sendo discutido é da ordem de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que o contador pode considerar que dos cenários provável, possível e remoto, o remoto lidera com 80% (oitenta por cento). Com base neste enunciado e considerando o item 6 da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que apresenta a CORRETA decisão do contador.

- a) Reconhecer e não divulgar um passivo no valor de R\$1.000.000,00, correspondente aos 20% não remoto.
- b) Reconhecer e divulgar um passivo no valor de R\$4.000.000,00, correspondente aos 80% como remoto.
- c) Não reconhecer e não divulgar nada sobre a lide.
- d) Não reconhecer e divulgar o valor total de R\$5.000.000,00.

42. (Instituto AOCPE/EBSERH HU-UFGD/Analista/Administrativo/Contabilidade/Edital 2014) A Fábrica XL produz três modelos de geladeiras e dá garantia no momento da venda aos clientes. De acordo com os termos de garantia, a empresa se responsabiliza pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro de 12 meses a partir da data da venda. Sabe-se que, se forem detectados defeitos menores em todos os itens vendidos a empresa terá um custo de reparação de 100 mil reais e, se forem detectados defeitos maiores esse custo se elevaria para 400 mil reais. No entanto, a empresa já está há 10 anos no mercado e sua experiência tem demonstrado que 75% dos bens vendidos não apresentavam defeito algum e que os reparos menores representavam 20% e os reparos maiores apenas 5%. Com base nessa experiência, a empresa constituiu uma provisão para garantia. Assinale a alternativa correta.

- A O valor da provisão para garantia é de R\$ 40.000,00.
- B O valor da provisão para garantia é de R\$ 100.000,00.
- C O valor da provisão para garantia é de R\$ 400.000,00.
- D O valor da provisão para garantia é de R\$ 500.000,00.
- E O valor da provisão para garantia é de R\$ 20.000,00.

43. (FADESP/MPE PA/Contador/2012) Uma das alternativas abaixo não está correta em relação ao passivo contingente. Assinale-a.

- A Caracteriza-se por uma saída de recursos, possível mais não provável.
- B Mesmo que a saída de recursos seja remota, a divulgação é necessária.
- C Quando a probabilidade de saída de recursos é praticamente certa, trata-se de um passivo genuíno.
- D Se a probabilidade de saída de recursos for provável e existir estimativa confiável, a obrigação presente requisita uma provisão.



GABARITO

1	C	16	A	31	CERTO
2	E	17	B	32	ERRADO
3	E	18	A	33	ERRADO
4	B	19	B	34	ERRADO
5	E	20	B	35	B
6	D	21	C	36	D
7	D	22	C	37	B
8	B	23	A	38	D
9	E	24	C	39	A
10	D	25	C	40	C
11	C	26	D	41	C
12	D	27	A	42	A
13	E	28	D	43	B
14	C	29	E		
15	A	30	CERTO		



LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESGRANRIO/Exame de Qualificação Técnica de Peritos/CFC/2023) A Cia. Q é uma companhia de capital aberto, com sede no Brasil, que atua no segmento de fabricação de eletrodomésticos com tecnologia robótica. Seu principal produto é um robô aspirador, que já está na segunda geração. Essa companhia oferece a seus clientes garantia por defeitos de fabricação ou por problemas de funcionamento inadequado do robô aspirador pelo período de um ano a partir da data da venda. A companhia considera que os equipamentos da 2ª geração têm um funcionamento melhor e que haverá uma redução nas garantias solicitadas pelos clientes. No início do exercício de 20x2, a Cia. Q apresentou as seguintes informações estimadas sobre as vendas e as garantias do robô aspirador:

Tipo	Unidades vendidas	Valor total das vendas (em R\$)	Custo individual com garantia (em R\$)	Estimativa de garantias
Robô aspirador 1ª geração	2.000	1.000.000,00	35,00	25% das unidades vendidas
Robô aspirador 2ª geração	10.000	9.000.000,00	45,00	10% das unidades vendidas

Considerando-se as informações da Cia. Q e as disposições da NBC TG 25 (R2)/2017, o valor, em reais, a ser reconhecido como provisão para cobertura das garantias deverá ser de

- a) 45.000,00
- b) 60.000,00
- c) 62.500,00
- d) 84.000,00
- e) 168.000,00

2. (CESGRANRIO/TRANSPETRO Profissional de Nível Superior/Contabilidade/2023) Uma companhia opera em um mercado fortemente impactado pela variação cambial. Em decorrência da expectativa de flutuações cambiais relevantes com potencial impacto negativo nos resultados da companhia, a administração admite a ocorrência de perdas operacionais futuras. À luz das disposições do Pronunciamento CPC 25, essas perdas

A devem ser reconhecidas como provisão pela melhor estimativa na data do balanço.

B devem, quando reconhecidas, ter seus impactos refletidos como outros resultados abrangentes.

C podem ser reconhecidas como provisão ou como contingência, caso a sua mensuração seja impraticável na data do balanço.

D não podem ser associadas a potenciais reduções por irrecuperabilidade de ativos.

E não satisfazem à definição de passivo nem aos critérios gerais de reconhecimento.



3. (CESGRANRIO/AgRIO/Contabilidade/2023) É entendimento técnico-conceitual contábil, com base no texto do CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, em que existe uma expectativa provável de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações, e que os valores das mesmas podem ser mensurados com confiabilidade.

Nesse contexto do CPC 25, a companhia UZT informa que faz o registro contábil do 13º salário de seus empregados, a ser pago, em geral, nos meses de novembro e dezembro, no último dia útil de cada mês, e que o valor a ser contabilizado em 30/06/2022 é de R\$ 1.240.000,00.

Desconsiderando-se qualquer incidência tributária ou previdenciária sobre esse 13º salário, o registro contábil que a UZT deve fazer, em 30/06/2022, sem data e histórico, em lançamento simples, é:

a) D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00

C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00

b) D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00

C: 13º Salário a Pagar 1.240.000,00

c) D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00

C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00

d) D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00

C: 13º Salário 1.240.000,00

e) D: Salários Provisionados 1.240.000,00

C: Provisão para Salários 1.240.000,00

4. (CESGRANRIO/Exame de Peritos/CFC/2022) A Zeta S.A. é fabricante de aparelhos de telefone celular e adotou a política de conceder garantia aos produtos vendidos pelo prazo de dois anos, a contar da data da venda. Os termos da garantia cobrem defeitos decorrentes da fabricação e podem gerar conserto ou substituição, conforme a extensão do problema detectado no prazo coberto pela garantia. A partir das ocorrências registradas em anos anteriores, a Zeta S.A. estima que, a cada ano, 2,5% dos aparelhos vendidos serão substituídos, e 4% passarão por reparos em decorrência do período de garantia concedido pela empresa. Em um determinado ano, a Zeta S.A. vendeu 10.000 aparelhos e faturou R\$ 7 milhões.

Considerando-se essas informações e as disposições da NBC TG 25 (R2), como a Zeta S.A. deverá tratar nas demonstrações contábeis a questão da concessão de garantia aos produtos vendidos?

a) Aperfeiçoar os procedimentos de controle de qualidade dos aparelhos fabricados para reduzir os gastos com a cobertura de garantias.

b) Divulgar os termos da concessão de garantias em notas explicativas, junto a uma avaliação de risco de ocorrência, se julgar relevante.

c) Evidenciar um passivo contingente no valor de R\$ 455.000,00 para cobrir os custos estimados com as garantias.

d) Reconhecer os gastos com garantias somente à medida que for acionada pelos clientes e conforme a extensão dos defeitos apresentados pelos aparelhos.



e) Reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos para cobrir a garantia concedida aos produtos vendidos.

5. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Contador Júnior/2018) A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- a) 50.000,00
- b) 60.000,00
- c) 260.000,00
- d) 310.000,00
- e) 410.000,00

6. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Contador Júnior/2018) Uma companhia aérea detém uma frota de cinco aeronaves para locação de voos executivos. Cada aeronave foi adquirida por R\$ 7 milhões. Por exigência da agência reguladora de aviação, a companhia deve fazer a revisão de suas aeronaves a cada cinco anos de uso. A estimativa da entidade é que a revisão de cada aeronave custe 5% do valor de aquisição. Ao final do exercício de 2016, a frota tinha dois anos e meio de uso.

Considerando essa situação, ao final do exercício de 2016, a companhia aérea

- a) deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente.
- b) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 875.000,00.
- c) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 1.750.000,00.
- d) não deve reconhecer a provisão por causa da dificuldade de estimativas confiáveis.
- e) não deve reconhecer nem divulgar o fato, por se tratar de possibilidade futura.

7. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional Júnior/Ciências Contábeis/2015) No encerramento do exercício social, para a elaboração do Balanço Patrimonial, o Departamento Jurídico de uma empresa informou a existência de 4 processos trabalhistas, em andamento contra ela, em Varas Trabalhistas diferentes, com probabilidade de perda e com expectativa de desembolsos futuros, conforme segue demonstrado a seguir:



Processos trabalhistas	Desembolso provável	Probabilidades de ocorrência
Empregado Um	80.000,00	45%
Empregado Dois	70.000,00	60%
Empregado Três	150.000,00	70%
Empregado Quatro	100.000,00	85%

Considerando-se as informações recebidas do Departamento Jurídico e as normas contábeis vigentes, a Contabilidade deve fazer a adequada provisão para riscos trabalhistas, em reais, de

- A 232.000,00
- B 260.000,00
- C 268.000,00
- D 320.000,00
- E 400.000,00

8. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Profissional de Nível Técnico - Contabilidade/2012) Uma companhia de grande porte tem em andamento, contra ela, quatro processos trabalhistas, pleiteando a reparação do mesmo direito ferido, tramitando em Juntas de Conciliação e Julgamento diferentes, portanto, submetidas ao julgamento de juízes também diferentes.

Os advogados da companhia admitem a probabilidade da necessidade de realização de desembolsos futuros, conforme previsão apresentada na tabela a seguir.

Processos em andamento	Valor do desembolso estimado (em reais)	Probabilidade de Ocorrência
Um	150.000,00	60%
Dois	100.000,00	45%
Três	130.000,00	80%
Quatro	120.000,00	35%

Considerando exclusivamente as informações recebidas, a mensuração da adequada provisão a ser realizada, em reais, é

- A 104.000,00
- B 194.000,00
- C 280.000,00
- D 281.000,00
- E 500.000,00

9. (CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico/Contabilidade/2013) O CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, define provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos. O mesmo CPC 25 apresenta, também, as condições (situações) em que uma provisão deve ser reconhecida.

Nesse contexto, considere as afirmativas abaixo.

I - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.



II - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tenha como provável ser necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

III - Uma provisão deve ser reconhecida quando possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

10. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Contabilidade/2012) Uma companhia aberta que opera na área de petróleo lavrou um contrato de licença de extração de petróleo em que se comprometeu a remover o equipamento perfuratriz ao final da extração e a restaurar o solo oceânico. Uma estimativa confiável dos custos eventuais indica a seguinte distribuição: 55% instalação da perfuratriz, 25% restauração do solo oceânico e 20% extração do petróleo.

No encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2010, o equipamento perfuratriz estava completamente construído e instalado, pronto para operar, mas nenhum petróleo havia sido extraído ainda.

Considerando o disposto no CPC 25 e respectivos anexos, aprovado pela Deliberação CVM n 594/2009, de 15 de setembro de 2009, e as informações recebidas, a companhia, no Balanço de 31 de dezembro de 2010, deve reconhecer a provisão competente, aplicando sobre o valor dos custos eventuais o percentual de

- a) 100%
- b) 80%
- c) 75%
- d) 55%
- e) 25%

11. (CESGRANRIO/PQS/Analista Contábil Júnior/2012) O surgimento da possibilidade da entrada de benefícios econômicos para a entidade de eventos não esperados ou não planejados caracteriza um ativo contingente.

Nas demonstrações contábeis, esses ativos contingentes

A não devem ser reconhecidos.

B não estão sujeitos à necessidade de avaliação periódica.

C não devem ser divulgados em nota explicativa quando for provável a entrada futura do benefício.

D são considerados redutores do ativo circulante / direitos realizáveis.

E devem ser classificados como ativo não circulante / investimentos.



12. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Técnico Júnior/Contabilidade/2011) Uma empresa produz componentes para televisores LCD. Para conquistar o mercado, ela oferece aos seus clientes uma garantia de um ano para o funcionamento dos componentes que vende.

Devido a esse procedimento, ela deve registrar o valor provável a ser gasto com essa garantia na conta

- a) Reserva para contingências
- b) Reserva para garantia
- c) Reserva para eventos subsequentes
- d) Provisão para contingências
- e) Provisão para garantias

13. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Profissional Júnior/Ciências Contábeis/2010) No encerramento do balanço de determinada empresa, existem processos trabalhistas iniciados no exercício e ainda pendentes de decisão judicial, mas que o Departamento Jurídico tem como líquida e certa a perda, estimando que o desembolso ocorrerá num prazo superior a 2 anos. Contabilmente, quando deverá ser reconhecida a perda?

A No momento do desfecho da ação judicial, ou seja, quando ficar consignada a obrigação de desembolsar o valor ação.

B No ano anterior ao desfecho da ação judicial.

C No encerramento do balanço, através da constituição de uma provisão para perda em ação trabalhista, a ser registrada no passivo não circulante.

D Somente após o pagamento do valor relativo à ação judicial.

E Quando faltarem apenas 3 meses para o desfecho da ação.



GABARITO

1	C
2	E
3	B
4	E
5	D
6	A
7	C
8	D
9	E
10	B
11	A
12	E
13	C



LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – VUNESP

1. (VUNESP/Pref. Taubaté/Contador/2024) Uma companhia aberta possui os seguintes processos trabalhistas em sua carteira de processos judiciais:

Número do processo	Saldo em 31/12/2023	Classificação em 31/12/2023	Saldo em 31/03/2024	Classificação em 31/03/2024
1	20.000,00	Provável	21.500,00	Provável
2	56.000,00	Provável	70.000,00	Provável
3	89.000,00	Provável	89.000	Provável
4	345.000,00	Remoto	345.000	Possível
5	780.000,00	Possível	780.000,00	Possível
6	230.000,00	Possível	235.000,00	Provável

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que, no 1o trimestre de 2024, o contador deverá reconhecer uma despesa relativa à atualização das provisões no valor, em R\$, de:

- A 15.500,00
- B 19.000,00
- C 20.500,00
- D 250.500,00
- E 415.500,00

2. (VUNESP/APS/Contador/2024) A legislação contábil vigente define provisão como:

- A uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- B possível obrigação que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- C um passivo não oneroso a ser liquidado dentro do ciclo operacional da entidade.
- D um passivo de prazo ou valores incertos.
- E um passivo não oneroso a ser consumido por eventos incertos da entidade.

3. (VUNESP/APS/Contador/2024) Obrigação legal é uma obrigação que deriva de

- A eventos passados não monetários.
- B documentos da entidade.
- C custos operacionais.
- D eventos não monetários que afetam diretamente o capital circulante líquido.
- E contrato, legislação ou outra ação da lei.

4. (VUNESP/SPTTrans/Auditor Pleno/2024) No que tange as provisões, passivos e ativos contingentes e com base no pronunciamento contábil relativo à matéria, assinale a alternativa correta.



A A entidade deve reconhecer um passivo contingente. O ativo contingente é divulgado, como exigido em norma contábil, a menos que seja provável a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

B A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Os ativos contingentes surgem, normalmente, de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

C Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é imaterial, o valor da provisão deve ser o valor corrente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para provisionar a obrigação.

D Os eventos passados que possam afetar o valor atual para liquidar a obrigação devem ser refletidos no valor da provisão quando houver evidência objetiva insuficiente de que eles ocorrerão.

E Passivo é uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

5. (VUNESP/Pref. SP/Auditor Fiscal Tributário Municipal/Gestão Tributária/2023) O departamento jurídico de uma empresa apresentou o status dos processos judiciais que entram na carteira em dezembro de 2022 e nos quais a entidade é ré:

	31/12/2022		31/03/2023
Remoto	100.000,00	Remoto	120.000,00
Possível	70.000,00	Possível	60.000,00
Possível	120.000,00	Possível	120.000,00
Provável	80.000,00	Provável	120.000,00

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que

A em 31/03/2023, a empresa reverteu R\$ 10.000,00 de provisão relativo ao processo 02.

B em 31/12/2022, a empresa reconheceu uma provisão no valor de R\$ 270.000,00.

C em 31/12/2022, a empresa reconhece uma provisão no valor de R\$ 370.000,00.

D não houve alteração no saldo de provisões de 31/03/2023 em relação a 31/12/2022.

E em 31/03/2023, a empresa reconheceu despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.

6. (VUNESP/CM SOB/Contador/2023) A área jurídica de uma empresa apresentou, ao Diretor Financeiro, a lista dos processos judiciais em que a entidade era configurava como polo passivo. O quadro a seguir evidencia as informações levantadas, com base no valor e na classificação de probabilidade de perda:

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Cível	1.200.000,00	Remoto	1.200.000,00	Remoto
Trabalhista	900.000,00	Possível	900.000,00	Provável
Tributário	120.000,00	Provável	120.000,00	Provável
Ambiental	3.500.000,00	Remoto	3.500.000,00	Possível

O saldo da conta provisões judiciais no passivo totalizava, em 31.12.2022, o valor em R\$ de:

A 120.000,00

B 1.020.000,00



- C 2.100.000,00
- D 4.700.000,00
- E 5.720.000,00

7. (VUNESP/CM SOB/Contador/2023) A área jurídica de uma empresa apresentou, ao Diretor Financeiro, a lista dos processos judiciais em que a entidade era configurava como polo passivo. O quadro a seguir evidencia as informações levantadas, com base no valor e na classificação de probabilidade de perda:

	Valor em 31.12.2022	Classificação em 31.12.2022	Valor em 31.03.2023	Classificação em 31.03.2023
Cível	1.200.000,00	Remoto	1.200.000,00	Remoto
Trabalhista	900.000,00	Possível	900.000,00	Provável
Tributário	120.000,00	Provável	120.000,00	Provável
Ambiental	3.500.000,00	Remoto	3.500.000,00	Possível

- É correto afirmar que no 1º trimestre de 2023, a entidade
- A não reconheceu despesa e nem reversão de despesa com provisões.
 - B reconheceu despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.
 - C reconheceu reversão de despesa de provisão no valor de R\$ 4.820.000,00.
 - D registrou despesa com provisão no valor de R\$ 1.020.000,00.
 - E registrou despesa com provisão no valor de R\$ 900.000,00.

8. (VUNESP/TCM SP/Auditor de Controle Externo/Administração/2023) Um evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, como é o caso de uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto, é denominado de:

- A Provisão.
- B Passivo contingente.
- C Ativo contingente.
- D Contas a pagar.
- E Contas a receber.

9. (VUNESP/Pref. Jaguariúna/Auditor Fiscal Tributário/2023) Indique o valor que deverá ser contabilizado como uma provisão para contingências, no balanço patrimonial, tendo em vista as informações sobre os processos tributários e os seus respectivos riscos classificados pela área jurídica da empresa, como segue:

Relação de processos tributários:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Provável	6.172.500,00
Perda Possível	4.250.000,00
Perda Remota	7.502.500,00



- A R\$ 4.250.000
- B R\$ 6.172.500
- C R\$ 7.502.000
- D R\$ 10.422.500
- E R\$ 17.925.000

10. (VUNESP/Pref. Guarulhos/CONTADOR/2023) A equipe jurídica de uma entidade apresentou para a Diretoria a lista de processos judiciais nos quais a entidade figura-se como ré.

Número do processo	Classificação em 31.12.2021	Classificação em 31.12.2022	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	Provável	1.230.000,00
456.764.678	Remoto	Provável	345.000,00
234.760.777	Provável	Possível	89.090,00
234.567.321	Remoto	Possível	2.300.000,00
765.872.012	Remoto	Remoto	1.890.650,00

Considerando que o saldo de provisões judiciais em 31.12.2021 totalizava R\$ 1.230.000,00, pode-se afirmar que, em 2022, a entidade registrou

- A uma reversão de provisão no valor de R\$ 885.404,00
- B uma despesa de provisão no valor de R\$ 345.000,00
- C uma despesa de provisão no valor de R\$ 2.645.000,00
- D uma despesa de provisão no valor de R\$ 1.575.000,00
- E ativo contingente no valor de R\$ 89.090,00

11. (VUNESP/Pref. Sorocaba/Contador/2023) Uma entidade pertencente ao setor industrial oferece garantia de 3 meses após a entrega para todos os seus produtos, assim, os clientes dessa empresa estão cobertos pelo custo de reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente no prazo de vigência da garantia.

Para fins gerenciais, a entidade classifica os custos de reparação nos níveis A e B. No nível A estão classificados os maiores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível A no último trimestre foi de R\$ 200.000,00. Já no nível B estão classificados os menores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível B foi de R\$ 50.000,00 trimestrais. A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que 80% dos produtos não deem defeito, 8% apresentem defeitos maiores e 12% defeitos menores.

Considerando essas informações, é correto afirmar que a despesa com provisão de garantias que deverá ser reconhecida pela entidade será, em R\$, de:

- A 0,00.
- B 6.000,00.
- C 16.000,00.
- D 22.000,00.
- E 250.000,00.



12. (VUNESP/UNICAMP/CONTADOR/2023) A área jurídica de uma sociedade anônima industrial possui os seguintes processos judiciais em andamento:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa
1	100.000,00	Requerente
2	500.000,00	Requerente
3	90.000,00	Ré
4	25.000,00	Ré
5	200.000,00	Ré
6	890.000,00	Ré
7	290.000,00	Ré

Sabe-se que, em virtude da política da empresa, todos os processos são classificados inicialmente como possíveis.

No final de 2022, a área jurídica entendeu que os processos 3, 6, 7 deveriam ser reclassificados do possível para o provável.

Considerando essas informações, o contador da entidade realizou no sistema contábil em 31.12.2022, o registro de uma provisão no valor, em R\$, de:

- A 0,00.
- B 600.000,00.
- C 1.270.000,00.
- D 1.495.000,00.
- E 2.095.000,00.

Considere os dados a seguir, para responder à questão.

13. (VUNESP/DOCAS PB/CONTADOR/2022) Uma companhia estatal portuária não dependente elaborou o seguinte balancete de verificação contendo contas e saldos patrimoniais e de resultado para exercício findo de 2021, em milhares de R\$:

Contas	Saldo (em milhares de R\$)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, patrimônio líquido	41.244,80
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	100.000,00
Bancos	113.597,50
Caixa	10.000,00
Capital Social	390.000,00
Clientes, curto prazo	98.560,00
Clientes, longo prazo	20.000,00
Custos dos Produtos e Serviços Prestados	74.257,28
Despesa Financeira	76.892,34
Despesas Administrativas	37.128,64
Direitos Contratuais - Outorgas de Terminais Portuários, longo prazo	198.067,50
Encargos Sociais a Pagar, curto prazo	1.320,45
Imobilizado, líquido	528.180,00



Contas	Saldo (em milhares de R\$)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.045,00
Intangível, líquido	120.000,00
Despesa com IR e CSLL	15.549,90
Outras Despesas Operacionais	7.980,00
Outras Receitas Operacionais	9.282,16
Prejuízo Acumulado	186.974,09
Provisão para 13º salário, curto prazo	19.806,75
Provisão para férias, curto prazo	13.204,50
Provisões Cíveis, curto prazo	215.670,00
Provisões Cíveis, longo prazo	413.675,00
Provisões Trabalhistas, curto prazo	14.567,00
Provisões Trabalhistas, longo prazo	90.456,00
Receita Diferida, longo prazo	250.885,50
Receita Financeira	47.067,89
Receita Líquida	185.643,20
Salários a pagar, curto prazo	26.409,00

Os valores provisionados no Balancete da companhia estatal referentes às ações judiciais cíveis e trabalhistas foram reconhecidos porque a equipe jurídica considera que o desembolso com essas ações será, conforme pronunciamento técnico 25 do CPC,

A Remoto.

B Relevante.

C Provável.

D Possível.

E Fidedigno.

14. (VUNESP/ALESP/Auditor Interno/2022) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não), decorrente de evento passado, for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços, para que a obrigação seja liquidada, e

A uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

B uma estimativa confiável do valor presente possa ser realizada.

C existam documentos confiáveis acerca da obrigação.

D existam ativos em Caixa e Equivalente de Caixa para suportar o valor da obrigação, nos moldes exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E que a despesa e seu desembolso estejam empenhados.

15. (VUNESP/PRUDENCO/Contador/2022) De acordo com as normas contábeis brasileiras, uma provisão deve ser reconhecida, entre outras variáveis, quando

A é possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

B é presente e resulta de eventos passados, mas que talvez seja reconhecida porque o valor da obrigação tende a ser mensurado com suficiente confiabilidade.



C tenha capacidade de gerar benefício econômico futuro.

D a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

E um evento passado conduz a uma obrigação.

16. (VUNESP/IPSM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/ANALISTA PREVIDENCIÁRIO CONTABILIDADE/2022) O responsável jurídico recebeu demanda do setor de contabilidade da Cia IPSM para manifestar-se sobre os processos judiciais dos quais a Cia é ré para que se pudesse realizar os registros contábeis nas demonstrações contábeis trimestrais (ITR) relativas a junho de 2022.

O responsável jurídico informou à contabilidade a existência de dois processos trabalhistas e de dois processos cíveis, juntamente com a classificação de perdas, de acordo com a interpretação da equipe jurídica, conforme quadro abaixo.

Processo	Tipo	Valor provisionado na ITR de 31/03/2022 (em R\$)	Perda remota (em R\$)	Perda possível (em R\$)	Perda provável (em R\$)
1	Trabalhista	30.000,00	-	30.000,00	23.000,00
2	Trabalhista	0,00	-	10.000,00	6.500,00
3	Cível	0,00	200.000,00	120.000,00	-
4	Cível	50.000,00	-	45.000,00	60.000,00

Na demonstração de resultado relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2022 (segundo trimestre), será evidenciado o seguinte efeito líquido global dos processos judiciais em curso:

A ativo contingente no valor de R\$ 7.000,00.

B reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 16.500,00.

C reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 9.500,00.

D reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 7.000,00.

E reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 9.500,00.

17. (VUNESP/VALIPREV/Contador/2020) O departamento jurídico de uma empresa de capital aberto apresentou as seguintes informações para o Departamento de Contabilidade:

Processos judiciais	Probabilidade de Desembolso (em R\$)		
	Remota	Possível	Provável
Trabalhistas	0,00	0,00	123.000,00
Cíveis	0,00	150.000,00	0,00
Tributários	120.000,00	0,00	0,00

O valor da Despesa com Provisão na Demonstração de Resultado do Exercício será, em R\$:

- a) 123.000,00
- b) 150.000,00
- c) 273.000,00
- d) 120.000,00



e) 393.000,00

18. (VUNESP/Pref. Cerquilha/Contador/2019) O texto a seguir foi retirado de uma Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de uma empresa brasileira.

“A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas.”

Conforme as normas e os pronunciamentos técnicos de contabilidade adotados no Brasil, a provisão para as demandas judiciais da companhia foram estimadas e reconhecidas nas demonstrações contábeis, considerando o suficiente para cobrir as perdas

- a) fidedignas.
- b) possíveis.
- c) precisas.
- d) prováveis.
- e) remotas.

19. (VUNESP/Pref. SP/Analista - Ciências Contábeis/2018) Assinale a alternativa correta.

- a) Quando uma obrigação presente for considerada provável, mas não passível de mensuração, deve-se divulgar o fato em nota explicativa.
- b) Quando uma entrada de benefícios for considerada remota, deve-se reconhecer um ativo contingente.
- c) Quando uma obrigação possível puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer um ativo contingente.
- d) Quando uma obrigação presente e provável não puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer uma provisão.
- e) Quando uma obrigação presente for considerada remota, mas passível de mensuração confiável, deve-se reconhecer uma provisão.

20. (VUNESP/CM Itaquaquecetuba/Controlador Interno/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

- a) contas a pagar.
- b) ativo contingente.
- c) reserva de lucros.
- d) passivo contingente.
- e) fluxo operacional de desembolsos.

21. (VUNESP/Pref. Registro/Analista Contábil/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como



- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.
- c) Adiantamento de um evento econômico.
- d) Passivo Contingente.
- e) Ativo contingente.

22. (VUNESP/Controlador/Indaiatuba/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

- a) contas a pagar.
- b) ativo contingente.
- c) reserva de lucros.
- d) passivo contingente.
- e) fluxo operacional de desembolsos.

23. (VUNESP/Contador/Prefeitura de SBC/2018) De acordo com os preceitos contábeis atuais, assinale a alternativa que indica uma das condições que se apresenta correta para o reconhecimento de uma provisão.

- a) Seja ainda remota a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.
- b) Que haja dúvida quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.
- c) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.
- d) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).
- e) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

24. (VUNESP/Analista/Prefeitura de Registro/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como

- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.
- c) Adiantamento de um evento econômico.
- d) Passivo Contingente.
- e) Ativo contingente.



25. (VUNESP/CM Pradópolis/Contador/2016) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade, refere-se a um dos conceitos de

- a) impairment.
- b) contas a pagar.
- c) reserva de contingência.
- d) provisão para redução de ativos.
- e) passivo contingente.

26. (VUNESP/PREF. POÁ/ANALISTA CONTÁBIL/2015) De acordo com os preceitos contábeis, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Todavia, na identificação de um ativo como resultado de um evento não planejado ou de outros eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, ou mesmo que esse ativo nunca venha a ser realizado, tal ativo será conceituado como

- a) Provisão para perdas.
- b) Ativo contingente.
- c) Ativo não circulante.
- d) Ajuste de variação patrimonial.
- e) Impairment.

27. (Vunesp/Desenvolvesp/Contador/2014) As premissas de que a entidade tem uma obrigação, legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado; que seja provável uma saída de recursos para liquidar tal obrigação; e que pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação, referem-se a:

- a) capital circulante líquido.
- b) características de um passivo contingente.
- c) características das contas a pagar, de fato.
- d) origens e aplicação de recursos.
- e) requisitos básicos para que uma provisão possa ser reconhecida.

28. (VUNESP/SP – Urbanismo/Analista Administrativo/2014) A obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, é definida como

- (A) ativo contingente.
- (B) contas a pagar.
- (C) passivo contingente.



- (D) ajuste de exercício anterior.
- (E) reserva de contingência.



GABARITO

1	D
2	D
3	E
4	B
5	E
6	A
7	E
8	C
9	B
10	B
11	D
12	C
13	C
14	A
15	D
16	C
17	A
18	D
19	A
20	D
21	E
22	D
23	C
24	E
25	E
26	B
27	E
28	C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.